

The background of the entire page is a stylized, grayscale map of the city of Poços de Caldas. It features a complex grid of streets, with some areas showing more irregular, organic shapes, possibly representing parks or undeveloped land. The lines are white on a dark gray background.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Programa de Pós Graduação - Mestrado em Urbanismo

UM ESTUDO DE MORFOLOGIA URBANA DA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS

Luciana Valin Gonçalves Dias

Dezembro
2016

LUCIANA VALIN GONÇALVES DIAS

UM ESTUDO DE MORFOLOGIA DA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Urbanismo do Programa de
Pós Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira.

Campinas – S.P.

2016

LUCIANA VALIN GONÇALVES DIAS

UM ESTUDO DE MORFOLOGIA DA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Urbanismo do Programa de
Pós Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira.

Membros da Banca:

Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira (orientadora Puc-Campinas)

Prof.^a Dr.^a Ivone Salgado (Puc-Campinas)

Prof.^a Dr.^a Rosana Soares Bertocco Parisi (Puc Minas – Poços de Caldas)

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
D541e

Dias, Luciana Valin Gonçalves.

Um estudo de morfologia da cidade de Poços de Caldas / Luciana Valin Gonçalves Dias. - Campinas: PUC-Campinas, 2016.
162p.

Orientadora: Renata Baesso Pereira.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Espaço urbano. 3. Cartografia. 4. Poços de Caldas (MG) - História. I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4

AGRADECIMENTOS:

Quero agradecer a todos que compartilharam da minha trajetória neste Mestrado.

Primeiramente quero agradecer aos meus pais, por todo apoio “sempre” na minha vida.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Renata Baesso Pereira, por todo conhecimento, ajuda, apoio, compreensão e carinho, sempre me direcionando para os melhores caminhos.

Aos meus irmãos: Rose (toda ajuda com livros, referências, materiais e incentivo!) e Paulo (por me ajudar sempre e cuidar das “meninas” lá de casa quando eu precisava estar fora estudando). A minha madrinha Cleusa pelo apoio.

A toda família e amigos que sempre me incentivaram. Em especial à minha amiga e mestra Flávia Elaine Aliotti Rodrigues Nogueira, que me incentivou a “mergulhar no mundo acadêmico”, minha prima Denise Monteiro por todo carinho e recepção na sua casa em Campinas durante todo o curso, e à amiga e companheira de estrada, que ganhei nessa jornada Anna Luísa Nery (Ufaaaa... conseguimos!).

Aos meus amigos que sempre tinham uma palavra de ânimo nos momentos difíceis: Natália, Deborah, Simone, Cláudia, Angélica, Camila e Leandro.

A todos os professores do POSURB – PUC Campinas que contribuíram para a minha formação, em especial às professoras Ivone e Rosana, que são parte dessa banca, e colaboraram muito com as suas considerações para a conclusão da minha dissertação.

Aos funcionários da PUC Campinas.

Aos colegas arquitetos que ajudaram nessa missão: Fernanda Buga, Luciana Dabdab, Adriane Matthes, Antônio Carlos Lorette, Esther Cervini, Carlos Pozzer e Letícia Loiola.

Aos colaboradores do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas: Haroldo Gessoni, Sônia Sanches e Lourival Storani, que me “aguentaram” por longas tardes de pesquisas no museu.

Ao Prof. Hugo Pontes, sempre disponível em me ajudar com sugestões e fontes de pesquisa.

A CAPES pela bolsa concedida.

RESUMO:

Este trabalho investiga a história da configuração da cidade de Poços de Caldas (MG), bem como os diferentes processos de transformações que ocorreram no seu espaço urbano desde a formação dessa cidade até a década de 1940. O trabalho utiliza como método, os estudos de morfologia urbana das escolas europeias. A partir de materiais como a cartografia histórica, fotografias antigas, plantas, projetos, anteprojetos e relatórios técnicos, tem-se a base inicial para analisar a forma urbana de Poços de Caldas.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano. Espaço Urbano. Cartografia. Morfologia Urbana. Poços de Caldas (MG).

ABSTRACT:

This work investigates the history of the configuration of the city of *Poços de Caldas* (MG), as well as the different processes of transformation that occurred in its urban space from the formation of this city until the 1940s. The work uses as method, studies of morphology Of European schools. From materials such as historical cartography, old photographs, plans, projects, preliminary projects and technical reports, we have the initial basis to analyze the urban form of *Poços de Caldas*.

KEY-WORDS: Urban Planning. Urban Space. Cartography. Urban Morphology. *Poços de Caldas* (MG).

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	pg 08
<u>CAPÍTULO 1: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A TEMÁTICA DA MORFOLOGIA URBANA E SUAS RELAÇÕES</u>	pg 11
1.1 - A morfologia urbana.....	pg 12
1.2 – O estudo tipológico a partir dos enciclopedistas franceses.....	pg 16
1.3 – As escolas italianas e francesas de morfologia urbana.....	pg 21
1.4 – A escola inglesa de morfologia urbana.....	pg 23
1.5 – Os estudos de morfologia urbana em Portugal.....	pg 27
1.6 – O ISUF (<i>International Seminar on Urban Form</i>) e a revista <i>Urban Morphology</i>	pg 29
<u>CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS</u>	pg 30
2.1 – 1ª Fase: A Descoberta das águas sulfurosas e seus povoadores (De 1760 até aproximadamente 1800).....	pg 34

2.2 – 2ª Fase: A origem da cidade (Período aproximado entre 1800 e 1872).	pg 40
2.3 – 3ª Fase: A Exploração das águas e o desenvolvimento da cidade por concessionários particulares (1872 -1900).....	pg 49
2.4 – 4ª Fase: O Estado no controle da estância hidromineral (1900 – 1946).....	pg 67
<u>CAPÍTULO 3:</u> UM ESTUDO DE MORFOLOGIA URBANA APLICADO À REGIÃO CENTRAL DE POÇOS DE CALDAS.....	pg 97
Análises da forma urbana da região central de Poços de Caldas.....	pg 98
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	pg 110
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	pg 113
<u>FONTES E BIBLIOGRAFIA</u>	pg 120

The background of the page is a light gray map. On the left side, there is a regular grid of white lines representing a street layout. On the right side, there are irregular white lines representing a more complex, organic network, possibly representing a river system or a different type of urban layout. In the center, there is a white rectangular box with a thin black border.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO:

A motivação para elaborar essa dissertação de mestrado partiu da vontade de compreender a configuração da cidade de Poços de Caldas, estância hidrotermal localizada no sul de Minas Gerais, e entender o processo de consolidação deste povoado que possui uma trajetória muito particular.

Desde a graduação, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas (1994-1998), já me interessava por temas ligados à história da arquitetura e do urbanismo e ao patrimônio histórico. Após a graduação, fiz uma especialização *lato sensu* em Patrimônio Arquitetônico: Teoria e Projeto pela PUC Campinas (1999-2000), na qual desenvolvi um trabalho sobre um edifício histórico de Poços de Caldas que havia sido construído para abrigar um sanatório e no qual atualmente funciona a Escola Estadual David Campista. Mas foi depois de viver em Portugal durante sete anos que a história dessa cidade mineira, que não é a minha cidade natal, com tantos traços europeus, me encantou... O regresso ao Brasil despertou o meu interesse em descobrir mais sobre a formação, a configuração e desenvolvimento dessa cidade no contexto brasileiro.

Poços de Caldas foi uma cidade que passou por muitas intervenções urbanísticas, provocando alterações na sua paisagem ao longo do tempo. As águas foram um instrumento

civilizador da localidade. A leitura e interpretação dos aspectos físicos e formas da cidade, fundamentada nos aspectos históricos é o método adotado na presente pesquisa, com o objetivo de compreender a configuração dessa estância balneária.

O recorte temporal da pesquisa percorre o período desde a formação do povoado dos “Campos das Caldas”, no século XVIII, por volta de 1760, quando nasce um núcleo urbano a partir da cura pelas suas águas, até a década de 1940, quando em 30 de abril de 1946, o jogo foi proibido no Brasil, fato que alterou significativamente a vida econômica e social da cidade.

O recorte espacial da pesquisa aborda a área central da cidade de Poços de Caldas, tomando como ponto de partida o complexo hidrotermal do Parque José Afonso Junqueira: praças e jardins, Palace Hotel, Thermas, Cassino e algumas quadras do seu entorno.

Os historiadores e memorialistas locais foram fundamentais para construir o panorama histórico da cidade. Os livros de Homero Benedicto Ottoni, Mário e Benedictos Mourão, Nilza Megale, Stelio Marras, os relatórios dos prefeitos e dos órgãos do Estado de Minas Gerais que cuidavam da gestão da cidade, e também as dissertações de mestrado dos professores Carlos Pozzer, Adriane Matthes e Jussara Marrichi foram essenciais para fazer a reconstituição histórica de Poços de Caldas.

Essa dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma abordagem sobre os estudos de morfologia urbana existentes na Europa: na Itália, na França, na Inglaterra e em Portugal. O segundo capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a história da cidade de Poços de Caldas, estabelecendo uma periodização que busca compreender a formação da paisagem urbana. O terceiro capítulo apresenta uma leitura morfológica da cidade, a partir da aplicação de alguns dos conceitos e métodos abordados no capítulo 1, além da sobreposição da cartografia histórica e de plantas da cidade, que permitem compreender a gênese da paisagem urbana. Pretende-se ainda abordar de que forma os estudos de morfologia urbana podem ser utilizados, e como os mesmos podem auxiliar em ações efetivas que venham contribuir para a proteção do patrimônio arquitetônico, como podem servir como ferramenta metodológica para entender as cidades, e de que maneira podem contribuir na constituição de legislações, planos diretores e ações jurídicas para se intervir nas cidades.

A pesquisa se estrutura a partir do levantamento da cartografia histórica e dos planos urbanísticos para a cidade de Poços de Caldas. Inicia-se com o primeiro registro do sítio no qual a cidade se desenvolveria e chega a análise do conjunto de plantas cadastrais de 1943, elaborado pelo Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais.

Pretende-se com essa pesquisa compreender a dinâmica da cidade e contribuir para uma nova leitura e compreensão do espaço urbano de Poços de Caldas.

CAPÍTULO

DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A
TEMÁTICA DA MORFOLOGIA
URBANA E SUAS RELAÇÕES

01

1.1 – A MORFOLOGIA URBANA

O estudo das formas urbanas torna compreensível a dinâmica das transformações espaciais. É uma forma de leitura e sistematização dos processos que ocorrem em um determinado espaço em um determinado tempo. A morfologia urbana, entendida como uma ciência que estuda a forma física da cidade iniciou seus estudos na Europa, na segunda metade do século XX, como alternativa para entender a estrutura espacial das cidades e propor soluções para o seu desenvolvimento após a segunda Guerra Mundial. Contudo, o emprego do termo “morfologia”, como estudo das formas, data do início do século XIX.

O termo morfologia já havia sido empregado por Goethe quando este se referia ao estudo da unidade ou do tipo, e foi posteriormente apropriado para se referir ao estudo das formas orgânicas. (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.30).

O termo morfologia, do alemão morphologie, foi cunhado por Johann Wolfgang Von Goethe, em 1822, derivado do grego morf(o)- +- logia, morf(o) - de morphe ‘forma’, e logia, de lógos ‘palavra, estudo, tratado’. Forma, por sua vez do latim ‘forma’, significa modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta, ‘configuração, feitio, feição exterior’. (CUNHA, 1997, p.533)

Os debates mais recentes em torno da morfologia urbana incidem na busca de uma maior definição dos instrumentos de apoio aos atos de planejar e projetar uma cidade. O ambiente

urbano pode ser alvo de várias interpretações e significações, dependendo dos instrumentos de análise. Os estudos de morfologia urbana privilegiam o espaço construído buscando investigar o processo histórico de formação das cidades, as formas de representações e os modelos de intervenção sobre o espaço.

Segundo Miyazaki,

O espaço urbano, apreendido tanto a partir da escala da rede urbana quanto da cidade, apresenta características cada vez mais complexas considerando-se sua configuração espacial, as diferenciações sócio espaciais e os diversos conteúdos que o compõem. Para se compreender esse conjunto de aspectos que caracterizam o espaço urbano atual, faz-se necessário levantar e refletir sobre o processo histórico que fundamentou as lógicas da produção. Enquanto processo, a produção do espaço deve ser considerada a partir das dimensões histórica e espacial. Assim, considerando-se a relação dialética existente entre forma, função, estrutura e processo tomaram a morfologia urbana como um possível caminho para se englobar forma e conteúdo. (MIYAZAKI, 2013, p.20)

O estudo de morfologia urbana exige um domínio multidisciplinar: da formação da cidade, da sua história, da sua geografia, do seu contexto, dos processos construtivos, dos aspectos sociais e econômicos, do conhecimento de planos e projetos urbanísticos que marcaram a configuração da cidade, da legislação edilícia e principalmente de quem utiliza esses espaços. É necessário o cruzamento de diferentes leituras e informações para explicar a cidade. O estudo da morfologia pode ser

considerado um valioso instrumento para refletir sobre a formação histórica da cidade e sobre os elementos a compõem, contudo não se restringe apenas em explicá-la por meio da sua história, mas representa uma ferramenta para compreendê-la de fato.

Para alguns autores, atualmente, a necessidade de aprofundar, difundir, ilustrar, tornar mais acessível às abordagens sobre o tema da morfologia urbana, se mostram relevantes para a melhor construção do espaço urbano e principalmente para um melhor planejamento urbano. De acordo com essa abordagem, a relação entre os fatos históricos e a sua espacialidade é muito relevante para ler, interpretar e entender uma determinada realidade.

Diversos são os instrumentos e classificações dos elementos urbanos usados na construção de uma análise de morfologia urbana. Para Krafta (2014), por exemplo, a cidade é um objeto concreto, durável e que serve a múltiplos propósitos. Para esse autor, uma cidade é formada por diversos componentes e isso torna uma análise morfológica algo complexo, no sentido de descrever a forma urbana e elucidar sua lógica de organização. Uma classificação tipológica torna-se então necessária como procedimento de “desmontagem” dos componentes da cidade. De acordo com o autor, a estrutura morfológica pode ser dividida em três grupos mórficos básicos: espaço público, espaço privado e forma construída. O espaço público individualiza as unidades de

espaço num domínio contínuo (linear). Por exemplo, as ruas, as praias são espaços lineares e contínuos. O espaço privado inclui: dimensão, posição e proporção. Como exemplo, têm-se os lotes, que podem ser: estreitos, largos, profundos, de esquina, com frente para duas ruas, enfim, os resultantes possuem diversas combinações. Quanto à forma construída, este é o grupo mórfico mais diversificado, pois admite critérios tais como: geometria, materiais, estilos, etc. As combinações destes três domínios mostram os “agregados edifícios” que compõem basicamente a lógica das cidades. No processo de “montar e desmontar” revela-se o arcabouço compositivo das cidades. (KRAFTA, 2014, p. 55-59).

Para ilustrar essa leitura de decomposição dos espaços, (ver Figura 1.1) Krafta (2014) demonstra um exemplo da continuidade presente no domínio público, mas não no privado e a forma construída agregada. Vê-se a configuração de algumas quadras, e a partir delas, as suas (de) composições: o desenho das ruas, a ocupação das quadras, o parcelamento dos lotes e por fim o desenho que se pode construir com a ocupação da quadra.

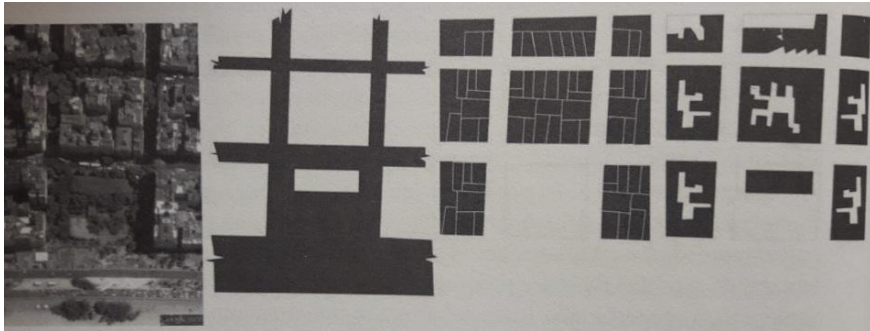


Figura 1.1: Exemplo da configuração de espaços privados, públicos e formas construídas. Fonte: (KRAFTA, 2014, p.56)

A seguir apresentam-se os métodos das principais escolas de morfologia urbana, buscando construir um referencial teórico e metodológico para o estudo sobre a cidade de Poços de Caldas, objeto da presente dissertação.

1.2 – O ESTUDO TIPOLÓGICO A PARTIR DOS ENCICLOPEDIAS FRANCESES

No início do século XIX, o conceito de tipologia foi introduzido na área disciplinar da arquitetura pelos enciclopedistas franceses. O primeiro tratadista a abordar sistematicamente o conceito foi Quatremère de Quincy (1825), quando estabeleceu a diferença, ainda pertinente à prática disciplinar arquitetônica, entre os conceitos de tipo e modelo. (PEREIRA, 2000, p.19)

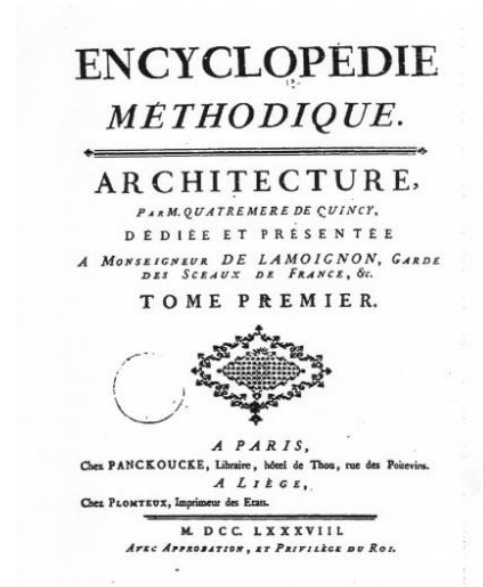


Figura 1.2: Capa da *Encyclopédie Méthodique: Architecture*. Liège: chez Panckoucke, Tome I, 1788, de Quatremère de Quincy) Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: maio 2016.

Ainda segundo Pereira (2008):

Quatremère sente-se atraído pela distinção entre tipo e modelo que responde às suas preferências pela etimologia grega frente à latina, pela linguagem especulativa frente aos termos demasiados práticos. Tipo, do grego *typos*, significa “matriz, impressão, molde, figura em relevo ou em baixo-relevo” e distingue-se de modelo, do latim *modellum*, trasladado às artes através do italiano *modello*, que implica em uma “cópia literal” e possui demasiadas conotações empíricas, físicas e miméticas. O tipo é a ideia por trás da aparência individual do edifício, uma forma ideal, geradora de infinitas possibilidades, da qual muitos edifícios

dissimilares podem derivar. Distingue-se do modelo, objeto específico que pode ser copiado identicamente. (PEREIRA, 2008, p.324)

Ao analisar a formação do conceito de tipo, Panerai recorre ao *Dictionnaire de La Langue Française - Robert*, onde se identifica o aparecimento da palavra tipo já no século XV, originado do grego “*túpos*”, como uma marca feita de “golpe” ou impressão. O “tipo” originalmente era um caractere para impressão, caractere “tipográfico”, que era feito em chumbo e acabara de ser inventado. Com esse sentido, não era um objeto a ser imitado, mas um meio concreto de reprodução. (PANERAI, 2014, p.109)

Enquanto Aldo Rossi e Giulio Carlo Argan retomam a definição de tipo arquitetônico a partir da obra de Quatremère de Quincy, Panerai opta pelo estudo da tipologia analítica e da tipologia generativa a partir da obra do também francês J.-N. L. Durand. No início do século XIX, Durand apresenta uma forma “operacional” de lidar com os tipos em suas lições na *École Polytechnique* que atende à reorganização administrativa e econômica pela qual a França pós-revolução passava.

O Grand Durand oferece, sob a forma de tabelas, uma verdadeira classificação tipológica dos edifícios que formavam à época a base da cultura arquitetônica. A classificação é justificada pelo “número infinito de objetos que a arquitetura abarca” e pela necessidade de apresentá-los com economia. (PANERAI, 2014, p. 111)

Durand propõe um catálogo com modelos arquitetônicos a servir de base para diversas construções, como um manual de instruções para interpretá-los e empregá-los adequados aos costumes, aos usos, às localidades, aos materiais. (PANERAI, 2014, p. 113)

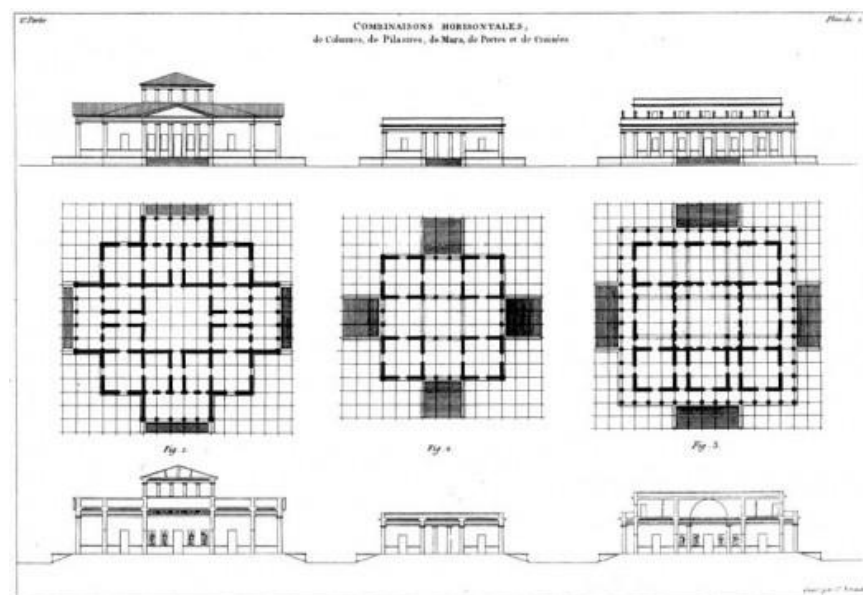


Figura 1.3: Um exemplo de composição arquitetônica de Durand, no qual é feito o estudo da modulação do edifício a partir da grelha ortogonal nas plantas e a articulação dos elementos se dá a partir dos eixos. Diversas combinações de elementos como colunas, pilastras e muros também são estudadas nos exemplos. De edifícios cujas 4 elevações são iguais. Publicado originalmente em *Précis des leçons d'architecture données à l'École Royale Polytechnique*. Paris, 1819. Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: maio 2016.

Durand cria uma espécie de catalogação operativa de protótipos arquitetônicos. Seu método compreendia três etapas: a descrição de elementos arquitetônicos (colunas, pilastras, abóbadas, escadas,...); o estudo dos traçados das formas (eixos, modulações,...); e o estudo de modelos exemplares. Era um propósito prático a ser aplicado na capital e interior da França para enfrentar a diversidade e as necessidades de uma nova sociedade. (PEREIRA, 2012).

Na obra de Durand, a tipologia analítica parte das propriedades geométricas das plantas, comparando as operações que as estruturam e os esquemas básicos que as organizam. (PANERAI, 2014, p. 111) Mas além de apresentar os instrumentos analíticos das formas, o método de Durand apresenta uma tipologia generativa, que a partir de “uma infinidade de variações”, permite compor variadas soluções “adequadas aos costumes, aos usos, às localidades, aos materiais” (PANERAI, 2014, p. 113)

Pereira comenta que:

Durante o século XIX, verifica-se então a presença de tipos e modelos. Para Aymonino, a aplicação do conceito de tipo ficava restrita aos monumentos que tinham valores temáticos e localização singular, representam pontos de referência na cidade (parlamento, teatro, palácio da justiça, etc.). No caso destes edifícios, a forma era resultado da combinação de elementos e não estava diretamente condicionada ao perímetro do lote e ao rendimento fundiário. Os modelos eram aplicados para solução de edifícios com valor “funcional”, passíveis de repetição (quartéis, escolas, matadouros, etc.). (PEREIRA, 2000, p.21)

Panerai comenta que a Revolução Industrial proporcionou mudanças radicais nas condições de trabalho, nos modos de vida, na configuração das cidades e na concepção do espaço urbano. Essas transformações foram ocorrendo ao longo do tempo, alguns tipos foram persistindo, novos entendimentos dos tipos também se difundindo, e estes passaram a ser entendidos como “ferramentas de produção do espaço construído.” (PANERAI, 2014, p. 115)

1.3 – AS ESCOLAS ITALIANAS E FRANCESAS DE MORFOLOGIA URBANA

A morfologia urbana como metodologia para entender as cidades se estabelece com bases fundamentais nos estudos que vieram das “escolas de pensamento” europeias: a italiana, a francesa, a inglesa e a portuguesa.

Após algum declínio, dos anos 30 até o fim da Segunda Guerra Mundial, a teoria da forma urbana ganhou um novo alento em países como Itália, França e Inglaterra. Seus fundamentos têm a ver com o exame dos “tipos” arquitetônicos, de um lado, e a análise de plantas urbanas, de outro, que se iniciaram de forma independente e, a partir de meados do século XX, passaram a ser tratados conjuntamente. De sua articulação, surge o “tecido urbano”, ou seja, a unidade morfológica básica de composição da cidade. (KRAFTA, 2014, p.65)

Na Itália, os primeiros trabalhos ligados à morfologia urbana, que estabeleciam relações entre os tipos, o contexto

urbano e os períodos históricos, foram desenvolvidos por Saverio Muratori, na década de 1950. Muratori fundou a escola italiana de tipologia ao desenvolver um estudo sobre o tecido urbano de Veneza, propondo um método morfológico de que vieram das “escolas de pensamento” europeias: a italiana, a francesa, a inglesa e a portuguesa.

Muratori realizou um estudo histórico na cidade de Veneza, na Itália, e posteriormente em Roma, onde analisou a evolução morfológica em vários bairros através de uma leitura dos momentos históricos do local, procurando na cidade herdada as marcas da sua pré-existência. Desenvolve uma metodologia aplicando o conceito de “história operativa”.

Saverio Muratori, em 1959, é um dos primeiros teóricos a refletir sobre a forma da cidade. Krafta (2014), diz que para Muratori:

O estudo histórico de tipos arquitetônicos baseia-se na proposição de edificações existentes em um período histórico constituírem base para outras, que as sucedem, acumulando pequenas modificações e constituindo, assim, uma espécie de linha evolutiva dos tipos. Os tecidos urbanos, por sua vez, decorrem da combinação de uma certa quantidade de edificações de um certo tipo e de suas variações, adaptadas à geometria das ruas, ângulos de esquinas, tamanhos dos lotes, etc. Com isso, Muratori associou o estudo da cidade à arquitetura. (Krafta, 2014, p.66)



Figura 1.4: Evolução do tecido urbano do bairro de San Bartolomeo em Veneza, entre o séc. XI e meados do séc. XX. (Saverio Muratori *per una operante storia di Venezia*, 1959) Fonte: (FERNANDES, 2014, p.40)

Após a segunda metade do século XX, período pós 2ª Guerra Mundial, a teoria e a prática arquitetônica e urbanística passaram a estar diretamente relacionadas à reconstrução política, social e econômica da Europa. Por volta dos anos 1960, foram reformuladas diversas teorias acerca da cidade por uma nova geração de arquitetos, iniciando-se uma grande diversidade de correntes arquitetônicas e urbanísticas.

Argan¹ foi um dos críticos e historiadores que mais contribuiu para a definição deste marco. Em 1965, pouco antes dos primeiros textos teóricos de Rossi, Grassi e Gregotti, Argan publicou um livro crucial: “Progetto e destino”. Suas

¹ 1 - Giulio Carlo Argan (*Turim, 1909 - Roma, 1992*) é considerado pioneiro no estudo da tipologia arquitetônica e morfologia urbana na década de 1960.

concepções sobre a cultura, arte e arquitetura, e sua relação com a sociedade e a produção industrial, são básicas para sustentar as ideias desta geração de arquitetos. (MONTANER, 2001, p.96)

Na vertente italiana, além do pioneiro dos estudos, Saverio Muratori² (1910 – 1973), destacam-se Giulio Carlo Argan (1909-1992), Aldo Rossi (1931 – 1997) e Carlos Aymonino (1926 – 2010). A escola italiana preocupava-se com o destino das cidades históricas, em função das intervenções pautadas pelos preceitos modernistas e baseava-se nos diferentes “tipos”, arquitetônicos e urbanos, para caracterizar os tecidos urbanos. Aldo Rossi sintetizou suas ideias em “A arquitetura da Cidade” (1966) e Carlos Aymonino em “O Significado das Cidades” (1975).

Na Itália da década de 1960, o movimento de arquitetos e teóricos que se articula no grupo “Tendenza”³, ganha projeção mundial. Os componentes do grupo estudavam as cidades, a morfologia urbana, as tipologias e foram responsáveis por

² 2 – Com relação a esses autores, podemos destacar como principais obras para estudar a morfologia urbana: Saverio Muratori, com a obra: Studi per una operante storia urbana di Venezia (1959); Giulio Carlo Argan, com a obra: L'Arte Moderna Dall'Illuminismo ai movimenti contemporanei (1988); Aldo Rossi com a obra: L'Architettura della Città (1966) e Carlos Aymonino com: Il significato delle città (1975).

³ 3 - Na Itália por volta de 1960, o grupo “Tendenza” era composto pelos seguintes arquitetos: Giancarlo De Carlo, Vittorio Gregotti, Giorgio Grassi, Manfredo Tafuri, Carlos Aymonino e Aldo Rossi.

relevantes investigações que atentam para os aspectos de memória, história e monumentos da cidade, buscando reintroduzir um diálogo com a história na cultura arquitetônica modernista.

De acordo com Montaner (2001, p.139), as propostas destes arquitetos partiam do papel crucial da história da arquitetura, da discussão sobre a tradição na cidade europeia, na ideia de monumento e do papel do artista e intelectual dentro da sociedade moderna.

Panerai comenta que, para Aymonino:

O estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana é “o meio para compreender a estrutura da cidade ao mesmo tempo como continuidade histórica de um processo e como fenômeno parcial de tal continuidade”; ele não constitui um fim em si mesmo e deve ser acompanhado por uma análise dos “elementos da estrutura urbana” e dos “processos de crescimento”. Isso porque não se trata apenas de fixar uma imagem num instante determinado e numa localização precisa, e sim de compreender – por meio de uma atenção particular às modificações que afetam a cidade no tempo e no espaço – as rupturas que estão na origem da “formação da cidade contemporânea”. (PANERAI, 2014, p. 124)

A escola italiana privilegia o estudo da forma urbana a partir do estudo da tipologia arquitetônica. O arquiteto italiano Aldo Rossi explicava que a arquitetura é uma construção permanente que mistura todos os elementos que compõem a cidade: a natureza, as relações individuais e do coletivo, suas modificações, suas transformações, permanências e as escalas de leitura do espaço

urbano. Para Muratori, o tipo é um conceito variável relacionado ao tempo e ao lugar, para Rossi é um princípio lógico, imutável e de permanência da forma.

Para Rossi, a arquitetura da cidade não é a arquitetura do edifício isolado, como na urbanística moderna, mas o princípio ordenador no qual se desenvolvem e estruturam as tipologias que integrarão a forma urbana. (LAMAS, 2004, p.424)

Carlos Aymonino, em “O significado das cidades” comenta que:

O testemunho dos monumentos continua a ser válido exatamente em virtude das constantes transformações ou adaptações que estes pressupostos eternos ao nascer, sofrem no tempo histórico-social; (AYMONINO, 1984, p.11)

Para esse autor, a importância de um monumento é muito significativa, independente da sua utilização ou da modificação que sofreu ao longo do tempo. As transformações sofridas são determinantes para a validade deste patrimônio, a “passagem da referência de um monumento em si para a cidade como monumento, é a raiz do significado das cidades”. O monumento tem importância por duas soluções: a particular (única) ou a repetição de uma solução típica. Um determinado monumento pode se transformar em um elemento ordenador de uma estrutura urbana. Os monumentos são o suporte da memória coletiva. De

acordo com Aymonino, uma cidade terá maior significado quanto maior for o seu ordenamento espacial. (AYMONINO, 1984, p.21)

A cidade é constituída por suas arquiteturas, seus significados e a relação entre as formas da cidade. Aldo Rossi valoriza as formas urbanas tradicionais: as ruas, as quadras, os quarteirões, as praças, os monumentos, enfim todos os elementos que compõem a morfologia da cidade. Há também uma grande discussão sobre o que é o tipo e o que é o modelo que Rossi recupera da teoria arquitetônica do século XVIII e XIX.

A escola francesa de morfologia urbana procura entender a história e a geografia das cidades. Inicia-se na Escola de Arquitetura de Versalhes, a partir dos estudos de Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Philippe Panerai⁴. Está em acordo com os métodos da escola italiana, a partir, sobretudo, dos estudos de Muratori, focando principalmente no parcelamento do solo, na formação dos quarteirões, crescimentos e tipologias edilícias.

O estudo da forma urbana é também uma tradição do campo da geografia na França, que tem os nomes de Roncayolo e Rouleau que desenvolveram diversos estudos sobre parcelamentos e lotes urbanos. (KRAFTA, 2014, p.67)

⁴ 4 – Philippe Panerai nasceu em 1940, é arquiteto, urbanista, professor da escola de Arquitetura de Paris – Villemin, do DEA Escolas de Arquitetura - Instituto Francês de Urbanismo e também do Departamento de Planejamento Urbano do Instituto de Estudos Políticos.

Percebe-se uma afinidade entre as escolas italiana e francesa. Se por um lado Aldo Rossi, em sua obra *Arquitetura da Cidade* (1968), recupera conceitos dos enciclopedistas e arquitetos franceses do século XVIII e XIX, bem como dos geógrafos franceses; por outro lado a escola francesa de morfologia urbana se apoia em métodos da escola italiana.

A metodologia adotada por Panerai, diz que a tipologia em um estudo de morfologia urbana não pode se restringir a apenas um elemento, apenas ao edifício em si, mas devem ser considerados todos os elementos que compõe a forma urbana: os lotes, as quadras, os entornos, o sítio, a história e o tempo.

Segundo Panerai, entende-se como tipologia *edilizia*, “a tipologia dos edifícios, ou melhor, a tipologia edificada, o conjunto dos tipos que, em uma cidade ou bairro, permitem caracterizar a cidade como um conjunto, como totalidade: seu perímetro, o traçado da muralha e das vias principais, a posição das praças, dos monumentos, a localização dos equipamentos maiores”. A tipologia é apresentada como instrumento e não uma categoria.

Já o conceito de tecido urbano é definido por Panerai da seguinte forma:

O tecido urbano, que é a sobreposição de várias estruturas agindo em diferentes níveis, mas que parece ser um sistema articulado com cada parte da cidade pode ser definido como o ponto culminante de três lógicas: a lógica das vias, dentro do papel duplo de movimento e distribuição; a lógica do parcelamento do solo, que define as questões

fundiárias e onde as iniciativas privadas e públicas se manifestam, e a lógicas das edificações que acomodam diferentes atividades. (PANERAI, 2013, p.202)

Para ele, as cidades antigas têm características particulares, mesmo tendo suas diferenças, mas mantêm sempre uma coesão do tecido urbano.

“A rua não existe sem as edificações que a configuram, e as edificações implantadas nos terrenos formam a estrutura da evolução das ruas”. (PANERAI, 2013, p.202)

A rua é o elemento responsável por estruturar e ordenar o tecido urbano. É a partir do traçado viário que se avalia a relação entre rua e lote, entre as quadras e as suas permanências. O traçado das ruas estrutura o parcelamento dos terrenos, dos bairros, do centro da cidade e pode garantir a expansão urbana no território.

O tecido urbano não se dissocia da vida cotidiana. Panerai diz que construir uma cidade hoje, significa encontrar diferentes formas para os mesmos usos, significa criar um espaço multifuncional, acessível a todos, com atividades diversas que podem se transformar e adaptar de acordo com as necessidades dos habitantes.

Em vez de nos preocuparmos excessivamente com as mudanças de função, que exigem modificações drásticas, o projeto urbano deveria se esforçar para definir um estatuto para o uso do solo, dos parcelamentos, das regras morfológicas simples que constituem uma base sólida sobre

a qual o tecido urbano possa ser progressivamente construído. (PANERAI, 2013, p.204)



Figura 1.5: Os elementos do tecido urbano por Philippe Panerai no Cairo. (Vias, parcelas e edifícios) Fonte: (PANERAI, 2014, p.80)

Panerai comenta que:

Até bem pouco tempo, o traçado das vias correspondia ao mapa da cidade ou do bairro. O conjunto do sistema viário constituía o espaço público, enquanto, opondo-se totalmente a ele, os terrenos disponíveis para edificação eram quase sempre privados. A distinção entre o espaço público e terrenos privados pertence ao campo do direito. Ela toma, segundo as culturas e as épocas, formas jurídicas diferentes que não estão isentas de ter consequências nas disposições concretas. (PANERAI, 2014, p. 79)

Para esse autor, as ruas são públicas e pertencem à coletividade, o espaço público compreende a totalidade das vias, ruas, vielas, largos, praças, passeios, jardins, pontes, rios, canais, etc.; tudo que está ligado à circulação, hierarquias e permanências. Um primeiro reconhecimento da cidade pode ser feito a partir do sistema viário, na lógica e na origem dos traçados. A relação rua / parcelas é fundamental para a existência do tecido urbano. A rua conduz aos pontos, bairros, acessos e está sempre associada aos lotes.

Segundo Panerai:

A análise pode então começar pela identificação das grandes vias que interligam um bairro aos bairros vizinhos; das estradas antigas, estreitas e ligeiramente sinuosas, moldadas e polidas por séculos de uso ou dos traçados mais intencionais dos setores monumentais e dos loteamentos recentes, etc. (PANERAI, 2014, p.81)

1.4 – A ESCOLA INGLESA DE MORFOLOGIA URBANA

No desenvolvimento da escola inglesa de morfologia urbana, temos o protagonismo do geógrafo alemão Michael Robert Gunther Conzen (1907 – 2000), que imigrou para a Inglaterra, fugindo das perseguições nazistas em 1933. M. R. G. Conzen buscou consolidar uma pesquisa multidisciplinar do espaço construído e entender os modelos teóricos do desenho urbano, iniciando seu trabalho na Inglaterra, na década de 1940. Embora seus estudos derivem da tradição germânica, é na Inglaterra que são difundidos.

Há ainda outros nomes importantes da escola inglesa de morfologia urbana, entre eles: J. Whiteland, T. Slater e I. Samuels que desenvolveram trabalhos na Escola de Geografia da Universidade de Birmingham e no Centro de Desenho Urbano da Universidade de Oxford Brookes. (KRAFTA, 2014, p.67)

Na Inglaterra, a morfologia urbana é uma tradição da geografia, diferente das escolas italiana e francesa. Seu método de análise da forma urbana era baseado na noção de “plantas unitárias”. O conjunto de lotes, edificações e quarteirões eram reconhecíveis como uma “unidade”, em função das características das plantas, que se diferenciam das áreas adjacentes. Com isso demonstravam um sentido de plano “genético” da cidade. Cozen dava muita importância à definição dos lotes, sua ocupação ao

longo do tempo e redefinição dos limites. (WHITELAND, 2001 *apud* KRAFTA, 2014)

O trabalho do geógrafo alemão incidiu, em meados do século XX, na leitura morfológica de cidades inglesas, onde a partir da definição dos conceitos de “*plan unit*”, de “*fringe-belt*” e de “*burgage cycle*” influenciou uma nova linha de investigação que adotou a cartografia urbana como chave de leitura para a análise da cidade e da sua evolução, distinguindo os elementos resultantes da ação humana, as ruas, as parcelas privadas e os edifícios como elementos fundamentais da forma urbana, cuja disposição topográfica e a sua representação constituem um dos fundamentos basilares do “*method of town-plan analysis*”. (FERNANDES, 2014, p.34)

M. R. G. Conzen se interessava pela arquitetura vernacular e pelas dinâmicas internas das cidades, buscando também compreender a história de sua formação. Para o geógrafo, os estudos de morfologia urbana constituíam uma ferramenta para preservação do patrimônio construído e planejamento urbano. (SAMUELS, 2005; WHITEHAND, 2001 *apud* ROSANELI, 2009, p.113)

M. R. G. Conzen considerava o estudo da constituição da paisagem urbana como uma base para compreender o processo de construção das cidades. Em sua obra, aplica o conceito de paisagem como relação resultante do suporte (os componentes naturais e físicos do sítio) e da cobertura (os sistemas viários, os

parcelamentos, a tipologia). (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.53)

Para a compreensão da paisagem urbana, historicidade e palimpsesto são conceitos complementares. A historicidade trata da permanência da forma ao longo do tempo enquanto que palimpsesto define a dinâmica da transformação da paisagem urbana (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.65).

A visão da cidade como um “palimpsesto” foi apresentada por M. R. G. Conzen em 1962, no artigo denominado “Urban Morphology: A geographical approach” (2004, p.51), o qual associa a formação da cidade às gravações em camadas, que vão se acumulando no mesmo sítio natural. De acordo com o autor, as camadas ao se sobrepor vão se acumulando em um processo contínuo, no qual as mais antigas são apagadas para serem substituídas pelas mais recentes. (COSTA, 2015, p. 32)

1.5 – OS ESTUDOS DE MORFOLOGIA URBANA EM PORTUGAL

A escola portuguesa possui uma história recente e inicia os estudos de morfologia urbana na década de 1990, com o trabalho de doutorado de José Manuel Ressano Garcia Lamas, com o título: “Morfologia urbana e desenho da cidade”. Neste trabalho, Lamas comenta que, no final do século XIX e período entre guerras (1914 – 1918), as cidades europeias sofreram profundas transformações sociais, econômicas e urbanísticas, inovando

diversos setores de serviços, infraestruturas, equipamentos e novas tipologias sociais, na mesma época que se configura o urbanismo como uma disciplina, síntese do conhecimento, da técnica e intervenção na cidade. (LAMAS, 2004, p.231)

Portugal conta com muitos estudos nas escolas de Arquitetura das Universidades de Lisboa e de Coimbra. Em Lisboa, os trabalhos de Manuel Teixeira, do Centro de Estudos Urbanos – CEURBAN (1997), Carlos Dias Coelho, do Laboratório Forma Urbis Lab (2006) e Orlando Ribeiro, que fundou o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (1943) e a revista “Finisterra” um dos principais veículos de estudos de geografia portuguesa (1966). Em Coimbra tem-se o trabalho de Walter Rossa, do Grupo de Investigação & Desenvolvimento de Cultura do Território do Centro de Estudos de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2002). (FERNANDES, 2014, p.61-62)

Pode-se destacar também o estudo do arquiteto português Nuno Portas, que possui inúmeras pesquisas no campo da arquitetura, entre eles o trabalho “O tempo das formas. A cidade feita e refeita”, de 2005 e o trabalho “O tempo das formas. A cidade imperfeita e a fazer”, de 2012. Estes trabalhos apresentam reflexões sobre as formas das cidades e os processos que lhes dão origem.

Nestes estudos, Nuno Portas reconhece o valor dos traçados, o delineamento das formas urbanas, a articulação das partes produzidas em momentos diferentes e a capacidade genética para assegurar a produção da cidade a partir do espaço público. (FERNANDES, 2014, p.66)

Um trabalho exemplar mais recente de Lamas foi inspirador para o direcionamento do presente trabalho de pesquisa, “A Praça em Portugal”, de 2005. Este é um inventário de elementos urbanos, caracterizando as praças em diversas cidades portuguesas. Funciona como uma base de dados rigorosa e atualizada que admite múltiplas interpretações para explicar as praças, os traçados das cidades lusitanas integradas no contexto urbano.

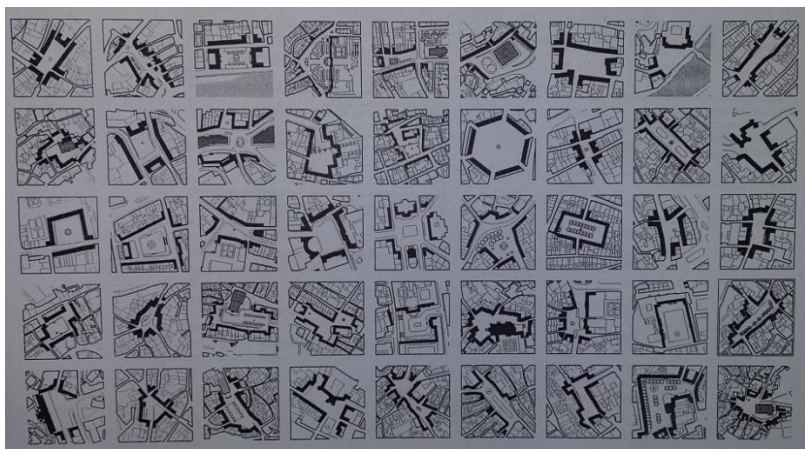


Figura 1.6: Parte da capa do trabalho de inventário de espaços públicos, por José Lamas: A Praça em Portugal. (2007) Fonte: (LAMAS, 2007)

Lamas afirma que:

[...] o desenho urbano exige um domínio profundo de duas áreas do conhecimento: o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural. [...] e a reflexão sobre a forma urbana enquanto objetivo do urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade. Sem o profundo conhecimento da morfologia urbana e da história da forma urbana, arriscam-se os arquitetos a desenhar a cidade segundo práticas superficiais, usando feitiços sem conteúdo disciplinar. (LAMAS, 2004, p.22)

O conceito de forma urbana também é discutido em Portugal por Lamas como sendo:

[...] aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o desenho, quer dizer com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade. (LAMAS, 2004, p.44)

Há diversos conceitos que são analisados nos estudos morfológicos, por exemplo, o conceito de “território” que se entende por espaço humanizado, construído pelo homem, em oposição ao espaço natural, onde não há intervenção do homem. Os limites da cidade também são aspectos analisados, e muitas vezes são difíceis de identificá-los, pois não se consegue distinguir o espaço urbano do rural. Há também o conceito de tecido urbano

que pode ser entendido como a superposição da rede viária, do parcelamento (lotes) e das edificações. A leitura destes elementos pode ser aplicada em tecidos antigos, já bem consolidados e também em situações mais contemporâneas.

O estudo de morfologia urbana se divide em vários níveis, momentos, recortes temporais de produção do espaço urbano. A cidade pode ser analisada em diversos aspectos para se estudar sua morfologia, tais como: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão ou quadra, as fachadas, os logradouros e ruas, os traçados das ruas, os monumentos, as praças, a vegetação, o mobiliário urbano.

Para Lamas, a concepção da forma urbana apoia-se em diferentes itens de compreensão, tais como as diferentes escalas: a da rua, a do bairro e a da cidade. A rua, podemos entender como a menor porção do espaço urbano, e a partir dela analisam-se diversos aspectos: fachadas, mobiliário urbano, pavimentos, cores, vegetação, calçamentos, monumentos isolados, etc. Quanto aos bairros, é a partir deles que se constrói a área urbana, são partes homogeneamente identificáveis. Já a cidade, é a verdadeira articulação entre todos os elementos urbanos, a ligação dos bairros, unindo todos os componentes das escalas inferiores (ruas e bairros). Existem ainda diversos tipos de composições das cidades. Podem ser: lineares, radiocêntricas, em malhas ortogonais, radiais, enfim inúmeras variações. A função das

análises dos espaços é a produção dos lugares e não apenas uma forma de compreendê-los.

As ordens morfológicas podem ser definidas em diferentes atributos para ajudar no processo. A ideia geral é a de constituição de um organismo com partes relacionadas. O primeiro atributo a ser analisado é a identificação de diferentes partes, o segundo é a distribuição das partes sobre o território, o terceiro atributo é a articulação entre as partes e o quarto é a hierarquia que pode ser associada à escala e à dimensão. A continuidade entre as partes é essencial para que elas possam ser consideradas partes de um todo. (KRAFTA, 2014, p.63)

Em síntese, para se fazer uma análise morfológica devem ser levados em conta diversos elementos que compõem as cidades, entre eles: o solo (pavimento), os traçados, as ruas (logradouros), os as quadras (quarteirão), os lotes (parcelas), os edifícios, as fachadas, as praças, os monumentos, a arborização e os mobiliários urbanos. Lamas (2004) propõe, portanto, uma leitura morfológica da cidade a partir dos seguintes elementos:

- Solo (pavimento): é a partir dele que o território passa a existir. Ele identifica o espaço urbano. É o tipo de piso, os revestimentos, os passeios, as calçadas, os degraus, as rampas, o asfalto, enfim o chão que pisamos. Pode também demarcar e diferenciar o que é público e o que é privado, pode estabelecer

onde é o espaço dos pedestres e onde é o lugar dos meios de transportes.

-Traçado: é o elemento mais identificável na forma de uma cidade. Liga os espaços geograficamente e possui hierarquias nas suas composições. É uma forma de assentar as cidades.

- Rua (logradouro): é o espaço vazio, não ocupado por construção. Pode ser à frente ou ao fundo dos lotes. São os espaços públicos destinados ao uso comum dos cidadãos e da circulação dos veículos. São a partir dos logradouros que se desenham as formas urbanas.

- Quadra (Quarteirão): é o conjunto edificado e agrupado. É a junção dos lotes, das subunidades em unidades. É um modelo de distribuição de terras, que consiste em adotar formas geométricas para se organizar. Ele não é autônomo, para existir precisa dos lotes, das edificações e das ruas. As quadras podem ter somente caráter habitacional, comercial, de serviços ou até mesmo uma mistura destas características.

- Lote (parcela): é a superfície que um edifício ocupa, está diretamente ligada ao solo e a área construída ou não. É um instrumento que define os limites que podem ser ocupados, separa o domínio público do privado, planeja as formas de uma rua, de um bairro ou de uma cidade.

- Edifícios: são os tipos edificados. É a arquitetura construída, pode ser habitação, comércio, misto, enfim as formas edificadas.

- Fachada: é ela que define as características da edificação, a linguagem arquitetônica, os estilos, enfim é a fachada que compõe a estética das cidades.

- Praça: é um elemento morfológico das cidades ocidentais. São lugares de convivência, de práticas sociais, de circulação, de encontro, de urbanidade. É um local de permanência e significado para os habitantes de uma cidade. Pode possuir formas geométricas diversas e abrigar edifícios importantes criando verdadeiros cenários e modificando a paisagem.

- Monumento: pode ser uma construção, uma escultura, uma obra de arte, uma obra de arquitetura ou algo único, singular que marque determinado local. É algo determinante na imagem da cidade. Pode assumir uma função ou um significado cultural, histórico e/ou estético.

- Arborização: são elementos de composição do desenho urbano. Desde pequenos canteiros, à pequenos jardins o grandes áreas ou praças, os elementos verdes são essenciais. Qualificam os espaços, ajudam no controle climático, com o alinhamento das árvores ajudam a compor o traçado das ruas, embelezam as cidades, valorizam os espaços.

- Mobiliário urbano: são peças móveis, bancos, iluminação, sinalizações, chafarizes, lixeiras, abrigos para transportes, etc... Tem grande importância para o desenho da cidade, e principalmente a sua funcionalidade. (LAMAS, 2004, p.79-110)

A leitura do território se faz simultaneamente em diversos níveis e com vários elementos, só podendo ser compreendida de fato quando se consideram todas as diversas partes constituintes.

A principal diferença entre os estudos de morfologia urbana e tipologia está no método. Na morfologia, os diversos elementos que compõem a cidade são analisados (solo, lotes, quadras, fachadas,...) e na tipologia trabalha-se com apenas um elemento morfológico, por exemplo, o edifício: sua escala, suas variações, hierarquias e relações.

1.6 – O ISUF (INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM) E A REVISTA URBAN MORPHOLOGY

Os métodos de análise da morfologia urbana defendem uma relação entre passado, presente e futuro, orientam a relação de partes consolidadas da cidade com novos projetos urbanos, orientam a relação do novo com o antigo, a memória e a identidade do local.

Diante das frequentes transformações que vem ocorrendo nas cidades, a configuração urbana tem exigido um novo olhar devido à sua complexidade. É necessário entender todo o

percurso histórico do lugar para se compreender o seu espaço, pois o estudo da cidade não se restringe apenas à forma, mas sim à sua complexidade, à sua alteração espaço-temporal e às relações inseparáveis entre a sociedade e o espaço construído.

A forma não pode ser estudada isoladamente, pois se consolida a partir da interdisciplinaridade. Prova disso é a organização, a partir de 1994, do fórum bianual ISUF (*International Seminar on Urban Form*), que congrega pesquisadores e planejadores do mundo todo, filiados a diferentes escolas, visando difundir e discutir questões ligadas aos estudos interdisciplinares sobre a forma urbana. Nas reuniões do ISUF participam representantes de diversos campos disciplinares: arquitetos, urbanistas, geógrafos, arqueólogos, historiadores, especialistas em desenho urbano e defensores do patrimônio construído e cultural. O ISUF também publica a revista científica internacional *Urban Morphology*, responsável por divulgar as pesquisas recentes na área, ligadas aos diversos campos disciplinares.⁵

⁵ 5 - A organização do ISUF pode ser compreendida a partir das informações disponíveis no seguinte endereço: <<http://www.urbanform.org/index.html>>. Acesso em: 20 out. 2016. O acesso ao periódico *Urban Morphology* pode ser feito pelo endereço: <http://www.urbanform.org/online_public/index.shtml>. Acesso em: 20 out. 2016.

A partir de 2010, os pesquisadores da rede do ISUF, ligados às diversas escolas, se empenharam em definir os termos e conceitos empregados nos estudos de morfologia urbana e publicá-los no próprio site da organização. As publicações da rede de pesquisadores buscam mostrar a aplicação dos conceitos em bases práticas e estudos de caso.⁶

A definição apresentada por Michel P. Cozen no XX *Seminar on Urban Form de Delft*, em 2012, esclarece que a Morfologia Urbana é o estudo da forma edificada das cidades e “busca explicar o traçado e a composição espacial de estruturas urbanas e espaços abertos, de caráter material e significado simbólico, à luz das forças que as criaram, expandiram, diversificaram e as transformaram.” (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.31)

⁶ 6 - A primeira versão do glossário foi organizada por Peter Larkham e Andrew Jones no final da década de 1980, como um artigo de discussão interna na Universidade de Birmingham, Inglaterra, e depois publicado como monografia no Historical Geography Research Group do Institute of British Geographers. O glossário pode ser consultado no seguinte endereço:
<<http://www.urbanform.org/glossary.html>> Acesso em: 20 out. 2016.

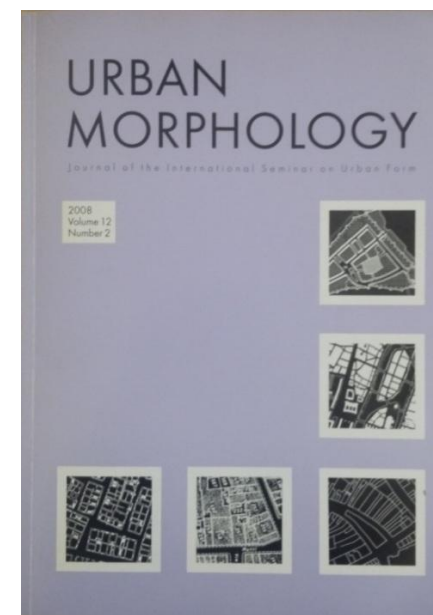


Figura 1.7: Capa da Revista Científica “Journal of the International Seminar on Urban Form – 2008 – vol. 12 – Number 2. Disponível em: http://www.urbanform.org/online_public/2008_2.shtml. Acesso em outubro de 2016.

Além do caráter multidisciplinar, os métodos empregados nos estudos de morfologia urbana se estruturam a partir de instrumentos de análise diversos. O meio urbano pode ter diversas interpretações de acordo com os critérios a serem utilizados. Ao cruzarem-se os dados levantados, pode-se explicar algo tão complexo quanto uma cidade. É uma divisão do meio urbano em partes, aos quais pode-se classificar como “elementos morfológicos”.

Segundo Lamas:

Um estudo de morfologia urbana ocupa-se da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológicos) e da articulação destes entre si e com o conjunto que definem – os lugares que constituem o espaço urbano. O que remete de imediato para a necessidade de identificação e clarificação dos elementos morfológicos, quer em ordem à leitura ou análise do espaço quer em ordem à sua concepção ou produção. (LAMAS, 2004, p.38)

Diante da fundamentação teórica sobre os diversos estudos de morfologia urbana existentes na Europa, pretende-se aplicar alguns desses conceitos, utilizando como estudo de caso, a cidade Poços de Caldas em Minas Gerais.

CAPÍTULO

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO
DA CIDADE DE
POÇOS DE CALDAS

02

Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o aspecto histórico da cidade de Poços de Caldas, utilizaram-se como bases fundamentais os seguintes trabalhos: as obras de Mário Mourão (1952), Homero Benedicto Ottoni (1960), Benedictus Mário Mourão (1998), Stelio Marras (2004) e as dissertações de mestrado de Carlos Pozzer (2001), Adriane Matthes (2005) e Jussara Marrichi (2009), entre outros, que foram muito importantes para poder construir o panorama histórico da cidade. Existem muitos estudos e levantamentos sobre a história desta estância, mas não existe ainda nenhum estudo sobre a morfologia urbana de Poços de Caldas.

Abordou-se na dissertação um recorte temporal, que compreende os períodos desde a formação do povoado dos “Campos das Caldas”¹ no século XVIII, período próximo a 1760 até a década de 1940, no período aproximado até 1946, quando o jogo passou a ser proibido no Brasil e tal fato provocou grandes mudanças sociais e econômicas na estância de Poços de Caldas.

Como demonstra a figura 2.1, para analisar a ocupação urbana na cidade até a década de 1940, utilizou-se o mapa que faz parte do Plano de Desenvolvimento Integrado de 1968 onde se assinala a ocupação até 1939, correspondendo à área central da cidade.

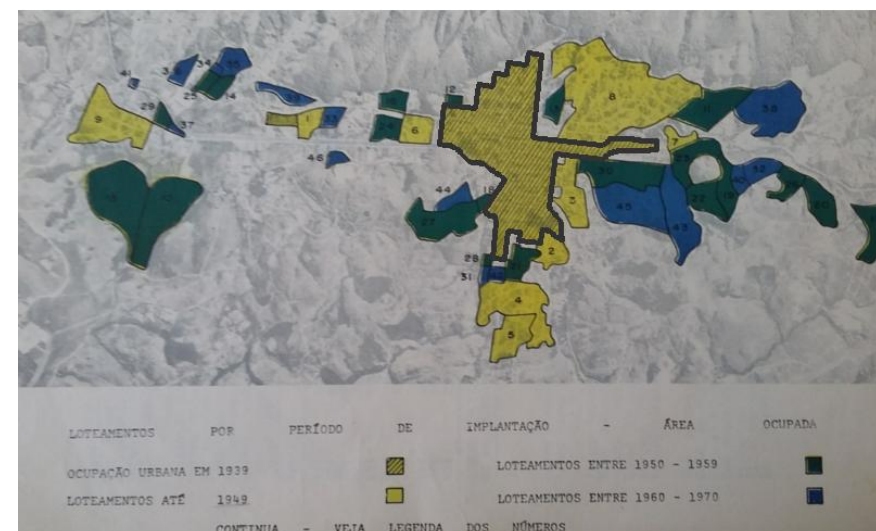


Figura 2.1: Mapa da ocupação da área urbana de Poços Caldas que faz parte do Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas de 1968. O destaque é a ocupação do território até 1939. Fonte: (PLANO, 1968, I.6:4.2)

¹ 1 – A localidade passou a ser conhecida por “Campo das Caldas”, um termo adotado por conta das poças de águas quentes que se formavam em volta das fontes e eram procuradas pelos animais que bebiam aquelas águas salobras. (SALLES, 1993, p.4)

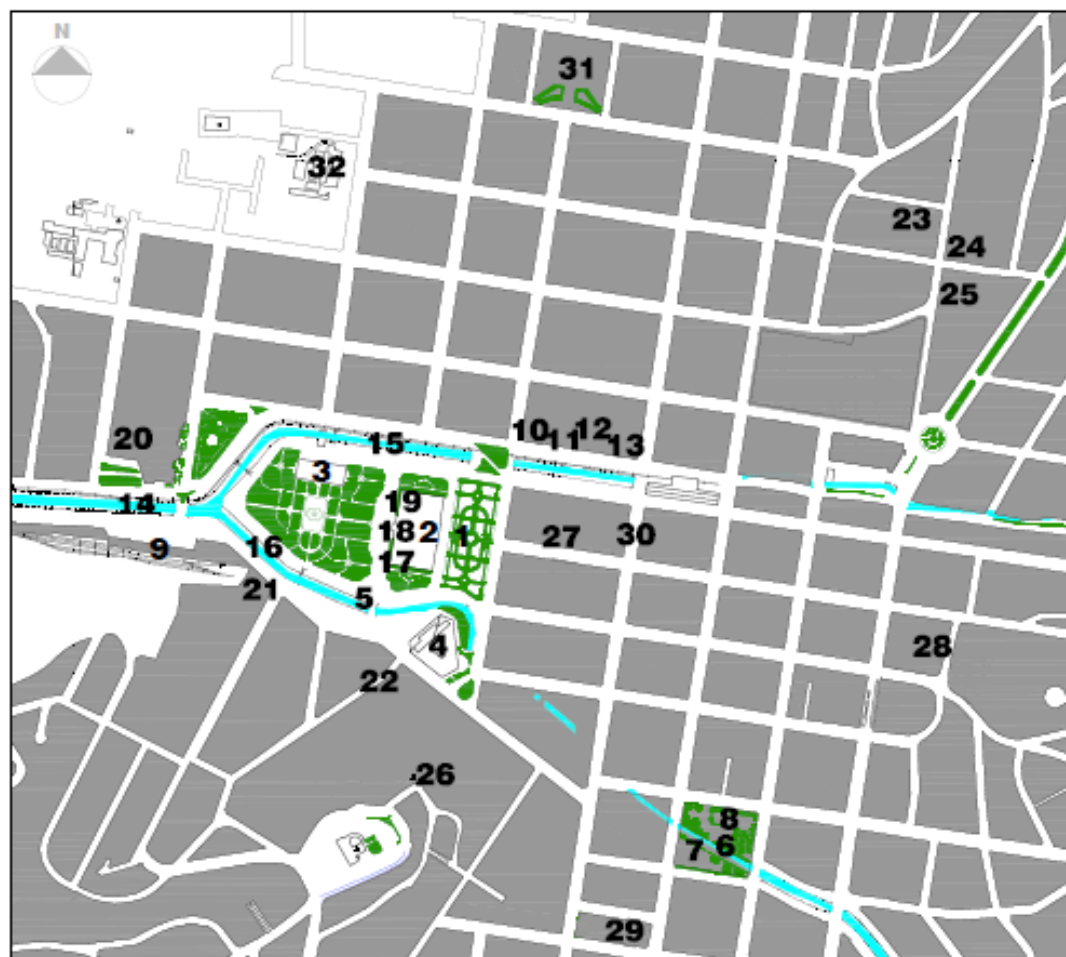
A partir da análise dos estudos elencados a formação histórica de Poços de Caldas pode dividir-se em quatro fases significativas:

- 1ª Fase: A Descoberta das águas sulfurosas e seus povoadores (De 1760 até aprox. 1800)
- 2ª Fase: A Origem da cidade (aprox. entre 1800 - 1872)
- 3ª Fase: A Exploração das águas e o desenvolvimento da cidade por concessionários particulares (1872 - 1900)
- 4ª Fase: O Estado no controle da estância hidromineral (1900 – 1946)

PERÍODOS HISTÓRICOS

BRASIL	1500	1822		1889	1930	1945	1964
	PERÍODO COLONIAL	PERÍODO IMPERIAL		PERÍODO REPUBLICANO (REPÚBLICA VELHA)	PERÍODO REPUBLICANO (ERA VARGAS)	PERÍODO REPUBLICANO (REPÚBLICA POPULISTA)	
POÇOS DE CALDAS		1760	1800	1872	1900	1930	1946
		1ª FASE DESCOBERTA DAS ÁGUAS	2ª FASE FUNDAÇÃO DA CIDADE	3ª FASE EXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS	4ª FASE O ESTADO NO CONTROLE DAS ÁGUAS		

Fonte: Luciana Valin, outubro / 2016.



PRINCIPAIS PONTOS HISTÓRICOS

- 1 LARGO SENADOR GODOY / PRAÇA PEDRO SANCHES
- 2 PALACE HOTEL
- 3 PALACE CASINO
- 4 THERMAS ANTÔNIO CARLOS
- 5 NASCENTE SULFUROSA
- 6 NASCENTE SULFUROSA
- 7 PRAÇA COLUMBIA / PRAÇA DOM PEDRO II (MACACOS)
- 8 BALNEÁRIO MÁRIO MOURÃO
- 9 ESTAÇÃO DE FERRO MOGYANA
- 10 PREFEITURA MUNICIPAL
- 11 CINE THEATRO POLYTHEAMA
- 12 GRANDE HOTEL
- 13 MERCADO ANTIGO
- 14 RIBEIRÃO DOS POÇOS
- 15 RIBEIRÃO DA SERRA
- 16 RIBEIRÃO DAS CALDAS
- 17 THERMAS PRIMITIVAS
- 18 HOTEL DA EMPREZA
- 19 CASSINO PRIMITIVO
- 20 PALACETE VILA JUNQUEIRA / MUSEU HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PC
- 21 CHALÉ CONDE PRATES
- 22 RUA PARANÁ / 1ª RUA DE POÇOS
- 23 CHALÉ AZUL / PROCÓPIOS / INST. MOREIRA SALLES
- 24 CHALÉ REPUBLICANO / PROCÓPIOS
- 25 CHALÉ ROSA / PROCÓPIOS
- 26 CAPELA DE SANTA CRUZ
- 27 CAPELA BOM JESUS DA CANA VERDE / IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
- 28 IGREJA DE SÃO BENEDITO
- 29 CEMITÉRIO / MATRIZ NOSSA SENHORA DA SAÚDE
- 30 RUA MARQUES DE PARANÁ / RUA ASSIS FIGUEIREDO
- 31 PRAÇA FRANCISCO ESCOBAR / SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- 32 ANTIGO SANATÓRIO / ESCOLA DAVI CAMPISTA

Figura 2.2: Mapa com a localização dos edifícios históricos mais significativos para melhor compreensão dos bens que serão citados ao longo do capítulo 2.

Fonte: Luciana Valin, outubro / 2016

2.1 - 1ª FASE: A DESCOBERTA DAS ÁGUAS SULFUROSAS E SEUS POVOADORES.

(De 1760 até aproximadamente 1800)

A região do “Campo das Caldas” foi desbravada, na segunda metade do século XVIII, por bandeirantes que penetraram o sul das Minas Gerais à procura de riquezas minerais. Como não eram comuns atividades agrícolas e pastoris em regiões mineradoras, a caça tinha grande importância para a subsistência dos bandeirantes, até que seguindo as trilhas de animais silvestres chegaram a um vale cercado por montanhas e bosques, onde se descobriram cursos de águas borbulhantes. (SALLES, 1993, p.3-4)

E a lenda do vale milagroso correu célere... Entre ipês floridos e apumados pinheiros, no fundo da perambeira, à margem de pedregoso ribeirão havia uma água que nascia quente, que endireitava estropiados, limpava os tinosos, fechava chagas e curava mazelas; e dava saúde; e dando saúde, dava direito de viver, de lutar, de ser feliz. Era só mergulhar o corpo nos poços nevoentos e cálidos, para sentir a água untosa, balsâmica, milagrosa... (MOURÃO, 1998, p.5)

Poços de Caldas remonta sua concepção de forma muito diferente do que era habitual no período colonial no Brasil, onde a formação das vilas estava vinculada à construção da Capela, do

estabelecimento do Pelourinho, da demarcação do rossio, da consolidação das Casas de Câmara e Cadeia. O povoado do “Campo das Caldas” tem na sua origem uma particularidade em relação à maioria das cidades brasileiras, visto que seu desenvolvimento se deu pela descoberta das águas sulfurosas que proporcionavam a cura de doenças a partir dos banhos termais. A formação das cidades sul mineiras, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, na maioria dos casos, estava ligada às rotas de exploração do ouro e de abastecimento das regiões mineradoras. Com a decadência da produção do ouro, a economia da região passa a se estruturar a partir da economia mista para abastecimento de mercados internos e externos. A formação dos povoados e freguesias se deu ao longo das rotas de abastecimento. No caso de Poços de Caldas, as águas sempre estiveram ligadas ao seu processo civilizador. No entorno das nascentes termais deu-se a origem do povoado que passou a se chamar Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas.

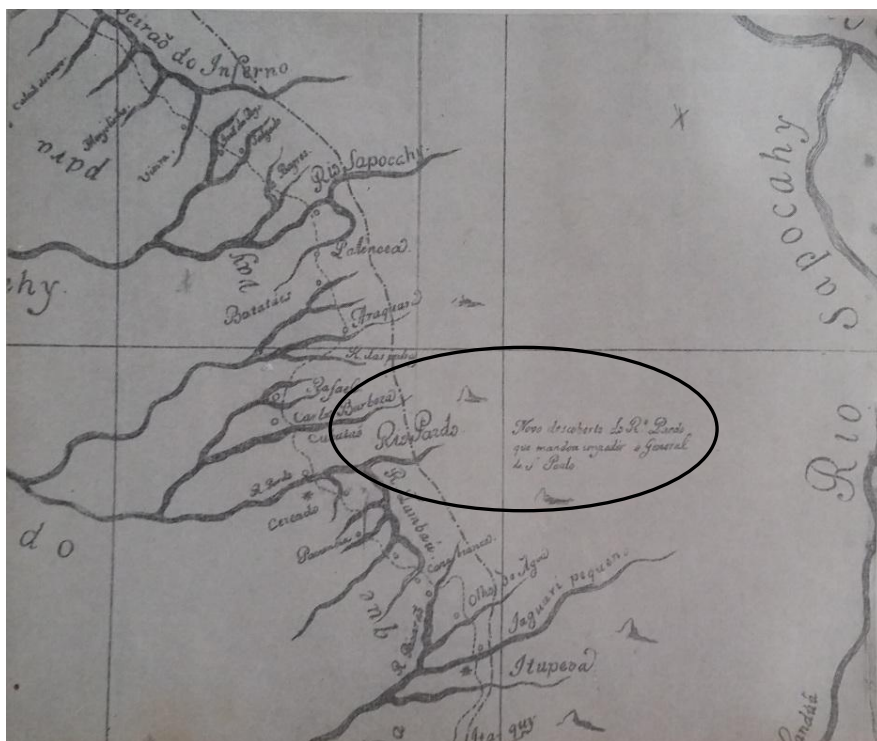


Figura 2.3: Registro da descoberta do Rio Pardo confeccionado na Capitania de São Paulo em 1766. Destaque para a região do Descoberto do Rio Pardo. Fonte: OTTONI, 1960, Estampa 2

Em 1720, o governo português achou melhor separar a Capitania de Minas Gerais da de São Paulo e demarcar as divisas entre ambas. Prevendo a desinteligência que poderia advir por parte das duas circunscrições, numa época em que a geografia local era desconhecida, a Ordem de 30 de abril de 1720 (Ottoni, 1960) declarava: “A terra que está devoluta entre os dois Governos, se divida igualmente por distância imaginária lançada pelos rumos, evitando contendas entre

os dois Governadores e Ouvidores Gerais”. Naquela ocasião foi liberado o litoral para a Capitania de São Paulo e a fronteira de Minas fechada por Registros a fim de evitar o extravio do ouro. (MEGALE, 2002, p.11)

Fala-se que a região foi ocupada por índios por volta do século XVIII, mas não foram encontrados vestígios dessa ocupação. Era uma região de difícil acesso e de grande disputa pelas suas fronteiras. Os mineiros interpretaram a demarcação colocando sua divisa no Alto da Serra da Mantiqueira, enquanto que os paulistas limitaram seu território pelo Rio Sapucaí.

O local continuava a ser frequentado, apesar das dificuldades de acesso e dos problemas com a subsistência. A alimentação consistia, além da caça, em provisões transportadas por caminhos precários e íngremes. Para abrigo, levantavam-se frágeis cabanas de palha ou couro. A maioria usufruía das fontes fumegantes em buracos escavados ao redor. Outros usavam tinas, com a água um pouco mais resfriada. Buscando preservar a privacidade, alguns protegiam as rústicas banheiras com tapumes toscos. Ao fim da temporada, tudo era desfeito pela ação do tempo, dos animais ou incendiado por medo de contágio com doenças infecciosas. (SALLES, 1993, p.4)

Segundo Benedictus Mário Mourão, a primeira colonização dos Campos das Caldas se deve ao alferes Inácio de Moraes Preto, em 1741, que ocupou a região da atual Cascata das Antas, que era denominada Itaipava do Rio Pardo por algum tempo. Para

as duas capitânicas havia muito interesse em apropriar-se daquelas águas.

Nilza Megale (1921-2010), conta que a divisão passaria pela Serra da Mantiqueira até encontrar a Estrada dos Goyazes. E que, em 1765 os paulistas ocuparam o “Registro das Caldas”, ao qual denominaram “Novo Descoberto do Rio Pardo”, tomando posse para a Capitania de São Paulo, pois consideravam que aquele território fazia parte da Comarca de Jundiá. Por volta de 1765, as águas das Caldas já se faziam conhecidas. A região se manteve contestada até 1801, quando pela Ordem do Príncipe Regente D. João VI, em 07 de fevereiro, foi demarcado o Têrmo da Vila da Campanha da Princesa, confirmando os limites pela Serra da Mantiqueira, ficando, portanto, o “Registro das Caldas” sob a jurisdição de Minas Gerais.

O alferes Inácio Preto de Moraes, guarda-mor da estrada São Paulo – Goias obteve uma sesmaria de 03 léguas em quadra, correspondente a 392 km², em 20 de julho de 1786. A sesmaria tinha seu pião no atual sítio das Três Barras, tendo por eixos os ribeirões das Antas e da Vargem das Caldas, na região onde está situado o aeroporto. A carta da sesmaria, assinada em São Paulo, situa o local na freguesia do Rio Pardo, no terreno da Vila de Mogy-Mirim. O sesmeiro instalara-se com seu filho José de Moraes Preto em 1741, trouxe gente e criação, construiu pontes, fêz derrubadas e plantou roças. (PDDI, 1968, p. 1-2)

O sesmeiro Inácio Preto de Moraes e seu filho ocuparam as terras durante alguns anos, não pagaram os devidos impostos pelo

uso dessas terras, e com isso foram expulsos pelas autoridades mineiras. Era uma região alvo de muitas disputas, com muitas lutas entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo por causa da fixação dos limites territoriais.

Após a expulsão de Inácio Preto de Moraes, em 1787, pelo Comandante do Arraial de Ouro Fino, o Alferes Joaquim de Freitas, avançaram um pouco mais os limites do território em janeiro de 1789, e postaram uma guarda no caminho de S. Mateus e Moji-Guaçu, na saída dos Poços. Diante das reclamações da Capitania de São Paulo, a guarda retrocedeu no território e recebeu o nome de “Guarda das Caldas”. Moradores se estabeleceram e levantaram uma capela dedicada a Nossa Senhora do Patrocínio, ao redor do qual se formou o arraial que deu origem à cidade de “Caldas”. (BARBOSA, 1971, p.95)

Na freguesia de Santana do Sapucaí, Têrmo de S.João Del Rei, o alvará de 27 de março de 1813 elevou a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, à Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas, a atual cidade de Caldas. (OTTONI, 1960, p.228)

A Câmara da Campanha incluiu no Têrmo da Vila a Freguesia de Caldas, Comarca do Rio das Mortes², ao desmembrar-se de São João Del Rei. No ano de 1823, já a Freguesia de Caldas constituía um Distrito de Ordenanças. (OTTONI, 1960, p.229)

Em 16 de março de 1839, a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas foi elevada à categoria de Vila. Em 26 de março de 1846, a sede da vila foi transferida para Cabo Verde, com a Lei Nº 290. Caldas foi elevada à categoria de Cidade somente em 02 de junho de 1859. Pela Lei Nº 2.087, de 24 de dezembro de 1874, ficou determinado que a Comarca de Cabo Verde tivesse a denominação de “Caldas”. Em 17 de dezembro de 1938, pelo Decreto-Lei 148, a cidade de “Caldas” passou a se chamar “Parreiras”, até que em 27 de dezembro de 1948, pela Lei Nº 336, seu nome foi restituído para “Caldas” novamente. (BARBOSA, 1971, p.95)

A primeira lei que incidiu na região que se tem conhecimento foi a Lei nº 1741 de 08 de outubro de 1870 onde o

Presidente da Província solicita a desapropriação de terras junto às fontes. (OLIVEIRA, 2012, p.20)

A seguir, observa-se na figura 2.4 a configuração de um trecho das Capitâneas de Minas Gerais e São Paulo em 1874. Em 1789, Campanha da Princesa se desmembra de São João Del Rei e passa a ser composta por 10 freguesias: Freguesia da Vila de Campanha (1), Freguesia Lavras do Funil (2), Freguesia de Baependi (3), Freguesia de Pouso Alto (4), Freguesia de Santana do Sapucaí (5), Freguesia de Camanducaia (6), Freguesia de Ouro Fino (7), Freguesia de Itajubá (8), Freguesia de Cabo Verde (9) e Freguesia de Jacuí (10), como se pode observar no mapa a seguir (Figura 2.4). A linha amarela demarcada no mapa demonstra a delimitação da Capitania de Minas Gerais em 1749. A linha vermelha é a demarcação em 1765. A linha azul é a que ficou consolidada a 14 léguas da cidade de São Paulo.

² 2 – A Comarca do Rio das Mortes foi uma das três primeiras existentes na Capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714, tendo como sede a Vila de São João Del Rei e se subdividiu em 08 Têrmos: São João Del Rei, Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, São José e Tamanduá. (OTTONI, 1960, p.74)

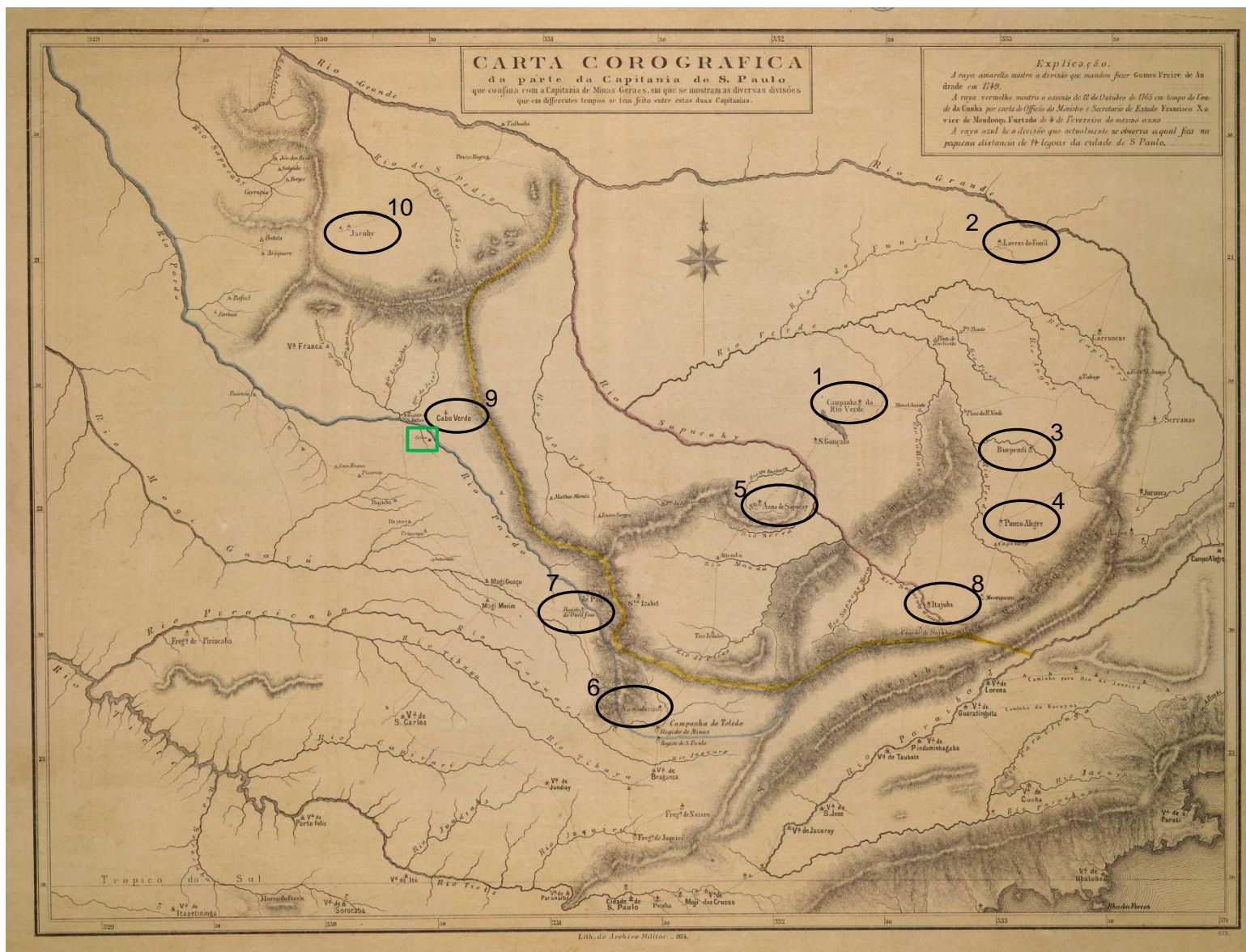


Figura 2.4: Carta Corográfica da parte da Capitania de São Paulo que confina com a Capitania de Minas Geraes em que mostram as divisões entre as duas capitancias em 1874. O destaque em verde é para a localização do Registro das Caldas. Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart208330/cart208330.jpg Acesso em dezembro de 2016.

Campanha da Princesa foi a Vila mais antiga do sul de Minas Gerais, constituída em 1798. Como se pode observar na figura 2.5, vê-se o mapa do Têrmo da Vila da Campanha da Princesa em 29 de janeiro de 1802. (Ver Figura 2.5)

Quanto ao Têrmo da Vila da Campanha, o referido alvará consignava o seguinte: “E regulando o Têrmo da Vila da Campanha da Princesa, sou servido de ordenar que este fique constando dos territórios da Vila da Campanha da Princesa, da Freguesia de Itajubá, e dos territórios que pertencem às Freguesias de Sapucaí, Camanducaia e Ouro Fino, até os limites por onde atualmente parte ou deva partir, e confinar o sobre dito Têrmo com os Distritos da Câmara da Cidade de Sao Paulo”. (OTTONI, 1960, p.74)

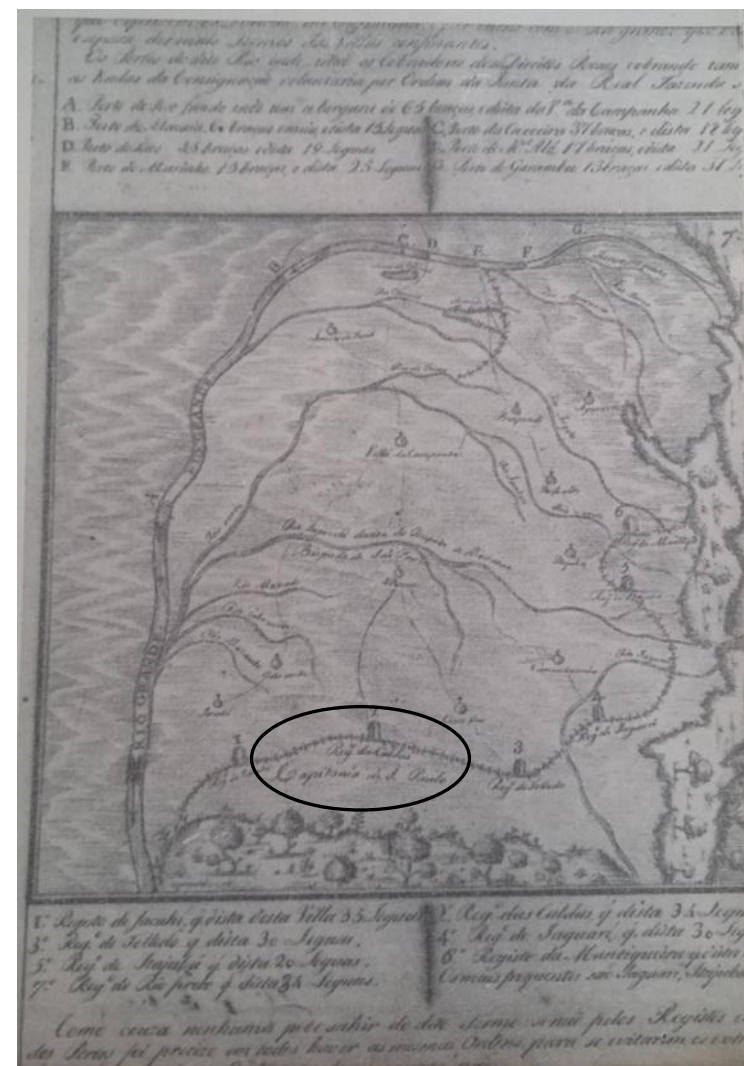


Figura 2.5: Este mapa faz parte da Carta do Termo da Vila de Campanha da Princesa, de 29 de janeiro de 1802. O destaque é para o Registro das Caldas, no limite entre as Capitânicas de Minas e São Paulo. (OTTONI, 1960, Estampa 10)

2.2 - 2ª FASE: **A ORIGEM DA CIDADE**

(Período Aproximado entre 1800 e 1872)

A palavra “Caldas” deriva do latim “Calidus”, que significa quente (feminino / Cálida), que é usada na língua portuguesa para designar todas as águas minerais de temperatura elevada. Em Portugal temos: Caldas da Rainha, Caldas de Vizela, etc e no Brasil: Poços de Caldas, Caldas Novas (Goiás), Caldas do Cipó (Bahia), etc... (MEGALE, 2002, p.12)

O Major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, nasceu em 1792, em Baependi, Minas Gerais. Seu pai dirigiu-se à região dos Poços entre 1812 e 1815 para se beneficiar das águas termais. O Major casou-se três vezes.³

Seduzido pelas pastagens naturais, junto com seus filhos: Joaquim Bernardes Junqueira e José Bernardes da Costa requereram sesmarias na “Paragem do Ribeirão Pinhal”, da Freguesia de “Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das

³ 3 – O primeiro casamento foi com Ignácia Leopoldina Junqueira e tiveram quatro filhos: Capitão José Bernardes da Costa Junqueira, Joaquim Bernardes da Costa Junqueira Filho, Ignácia Leopoldina da Costa e Marianna Leopoldina da Costa. O segundo casamento foi com Jesuína Amália de Vilhena e tiveram uma filha: Iria da Costa Junqueira. E por último casou-se com Luiza Ferreira Bretas e tiveram mais três filhos: Anna Candida de Oliveira, Agostinho José da Costa Junqueira e Joaquim Candido da Costa Junqueira. (MATTOS, 2004, p.1114-1115)

Caldas”, Têrmo da Vila da Campanha da Princesa da Comarca do Rio das Mortes. Foram concedidas ao Major Joaquim Bernardes, terras devolutas no Ribeirão de Curitiba, que deságua no Rio Pardo, onde se fundou a Fazenda do Barreiro, terras estas, que pertenceram até 1787, ao Alferes Inácio Preto de Moraes e seu filho e sócio José de Moraes Preto. Os dois foram expulsos da área por falta de pagamento de impostos à Capitania e as terras foram adquiridas pelo Sargento-Mor Bento da Cunha. Posteriormente, entre os anos de 1819 e 1824 passaram à propriedade da Família Junqueira. (MATTOS, 2004, p.1114-1115)

Em 1818, esteve no povoado tratando de sua saúde, o Governador de Minas Gerais, Dom Manoel Francisco de Portugal e Castro, tornando-a muito conhecida. Os campos do planalto eram excelentes pastagens naturais e possuíam águas que “curavam”. Os poços sulfurosos começaram a atrair pessoas de várias partes do Brasil, que vinham à procura de cura para suas doenças.

D. Manoel permaneceu um mês na região das Caldas e regressando a Vila Rica escreveu a D. João comunicando seu restabelecimento:

“Volto inteiramente bom. Lá deixei todos os meus males”. (MEGALE, 2002, p.16)

Em 1819, o naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, também passou pelas Caldas em sua passagem pelo Brasil entre

1816 a 1822, e foi o responsável pelas primeiras notícias sobre as águas sulfurosas no País.

Prova da fama das águas termais no tratamento das moléstias reumáticas, foi a vinda à estância, em 1818, da cúpula do governo mineiro, que transformou Poços de Caldas, durante um mês, na capital das Gerais. (MOURÃO, 1998, p.6)

Ainda em 1819, foram atendidos os primeiros pedidos de sesmaria encaminhados ao governo mineiro desde que a região das Caldas se incorporara definitivamente a Minas Gerais.

Assim, em 1826, cumpriu-se uma ordem do Governo para que o Juiz de Fora da Vila de Campanha da Princesa, Presidente Dr. Agostinho de Souza Loureiro, fosse para o “Campo das Caldas”, hoje a cidade de Poços de Caldas, com a finalidade de fazer uma inspeção no local e tomar as devidas providências, onde precedeu o primeiro registro gráfico sobre as nascentes das águas termais e o que existia naquele povoado.

A sentença cível de sesmaria do Major José Bernardes da Costa, no lugar e Paragem do Pinhal, Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde de Caldas, foi proferida, depois de feitos os trâmites legais, pelo Dr. Faustino José de Azevedo, Juiz das sesmarias e demarcações da Campanha da Princesa, no dia 07 de dezembro de 1820. (ÉRRICO NETO, 1992, p.03)

O Capitão Dom Manoel de Portugal e Castro atendeu a demarcação de sesmarias no território pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde de Caldas, concedendo as abaixo relacionadas, que se situavam dentro dos limites atuais do município de Poços de Caldas:

- José Bernardes da Costa Junqueira, a 23 de julho de 1819; uma légua em quadra na Paragem do Pinhal.
- Capitão Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, na mesma data; uma légua em quadra no Ribeirão Coritiba.
- Alferes João Candido da Costa, a 24 de julho de 1819: uma légua em quadra no espigão das Gambimbas.
- Alferes Gabriel Flávio da Costa, na mesma data: uma légua em quadra nas cabeceiras do Ribeirão Santo Antônio.
- Manoel Rodrigues da Costa, a 3 de dezembro de 1819: uma légua em quadra no Ribeirão das Antas.
- Padre Francisco Antônio Junqueira (tio dos quatro primeiros), a 27 de abril de 1921: duas léguas em quadra no Ribeirão das Antas e Três Barras. (MOURÃO, 1998, p.8)

Em 1826, por ordem do Governo, através do Doutor Agostinho Souza Loureiro (então Juiz de Fora), mandou proceder-se um levantamento topográfico. O “Campo das Caldas” já era uma pequena povoação, cogitando-se abertura de ruas, construção de um hospital, um cemitério já existente, abriram-se poços e identificaram-se as nascentes.

Na figura 2.6 a seguir, observa-se assinalados o primeiro registro da localidade. Nele identifica-se: (1) nascente termal mais quente, (2) nascente termal mais temperada, (3) cemitério antigo, local onde atualmente se encontra a Igreja Matriz, (4) local previsto para se construir um hospital, mas que nunca chegou a ser construído, (5) local destinado à construção das primeiras casas. As linhas tracejadas em azul já demonstravam os caminhos e percursos das águas que já faziam parte da paisagem do povoado.

Os banhos eram feitos em tinas e em tanques abertos ao lado das fontes cercadas por esteiras de vedação, eram muito precários, mas mesmo assim iam sendo disseminados na região pelos seus benefícios. (OTTONI, 1960, p.94)

Otoni comenta que:

O uso dos banhos sulfurosos fazia-se nos meses de seca, de agosto a novembro, porque não havia abrigos e as fontes estavam ao tempo. Aos balneantes não convinha usá-los durante o inverno, muito menos no tempo chuvoso. Nessa época os caminhos ficavam intransitáveis, e os ribeirões das Caldas sujeitos a enchentes. (OTTONI, 1960, p.89)

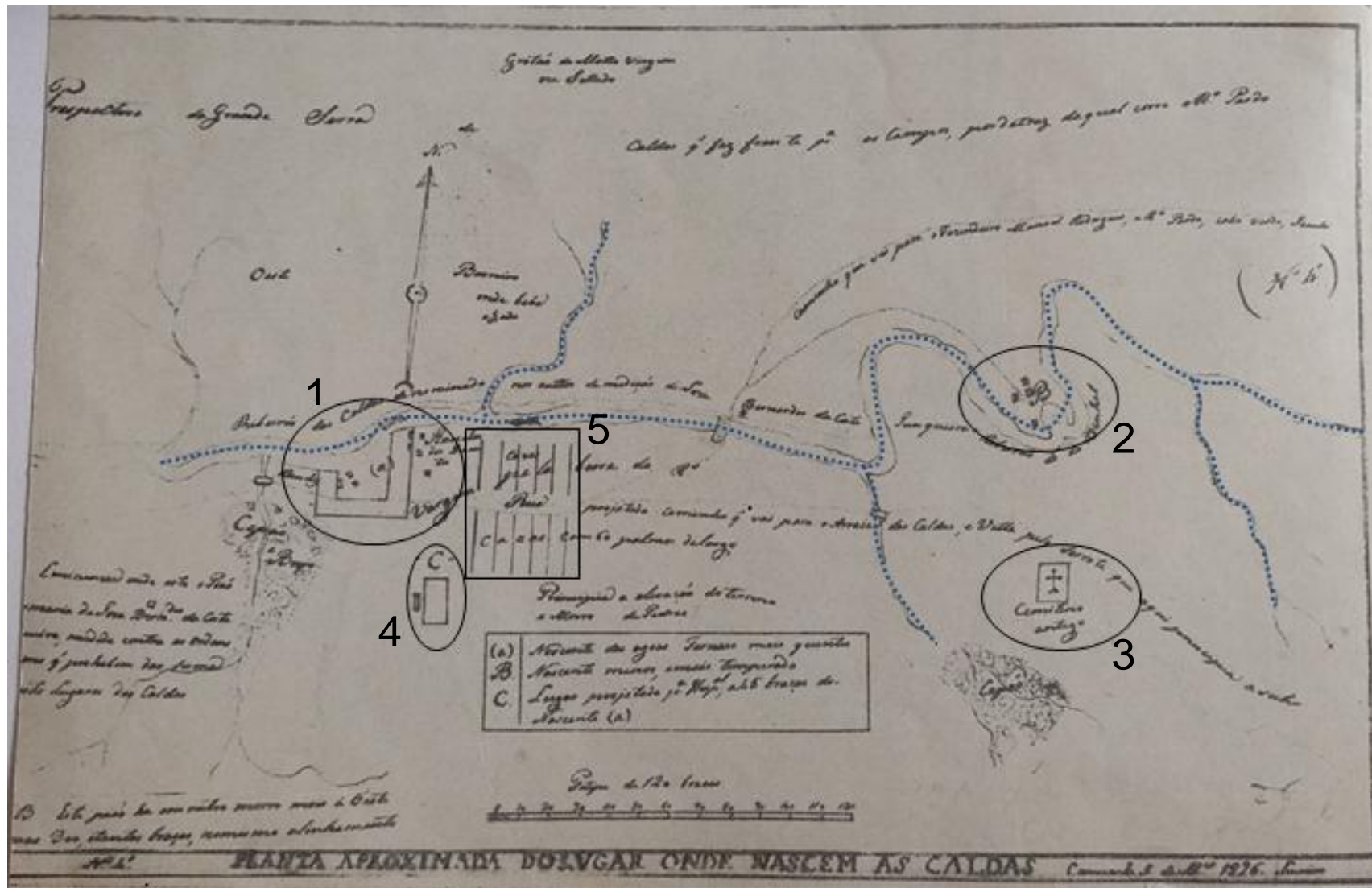


Figura 2.6: Primeiro registro da povoação em 1826. (1) Nascente Termal; (2) Nascente Termal; (3) Cemitério antigo; (4) Hospital; (5) Proposta para rua e casas a serem construídas. Fonte: (OTTONI, 1960, Estampa 12)

Mourão descreve:

O mapa aproximado de Caldas feito por Souza Loureiro, datado de 05 de março de 1826, mostra que a incipiente povoação se compunha de: 1) em torno das fontes termais alguns ranchos para doentes; 2) uma casa à beira do ribeirão; 3) rua projetada para casas de 60 palmos; 4) ao sul das fontes, lugar reservado para a construção de um hospital, distando 45 palmos das nascentes; 5) curral de pedra e casa da fazenda, provavelmente já residência do Capitão Joaquim Bernardes da Costa Junqueira; 6) uma casa no caminho que vai para Caldas; 7) grupo de 05 cabanas na margem direita do Ribeirão do Pinhal; 8) cemitério antigo; 9) nascentes das águas termais mais temperadas. (MOURÃO, 1998, p.10)

Em 1865, o Governo de Ouro Preto mandou ao “Campo das Caldas” o Engenheiro Dr. Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, para fazer uma planta do povoado, orçar obras e proceder à desapropriação de terras que já pertenciam a um dono, o sesmeiro Joaquim Bernardes da Costa Junqueira e seus herdeiros.

Segundo Ottoni, em 30 de abril de 1865 foi assinado o Termo de doação de 26,5 alqueires pela família Junqueira à Província de Minas Gerais para fundação do povoado, obtidos pelo Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão.

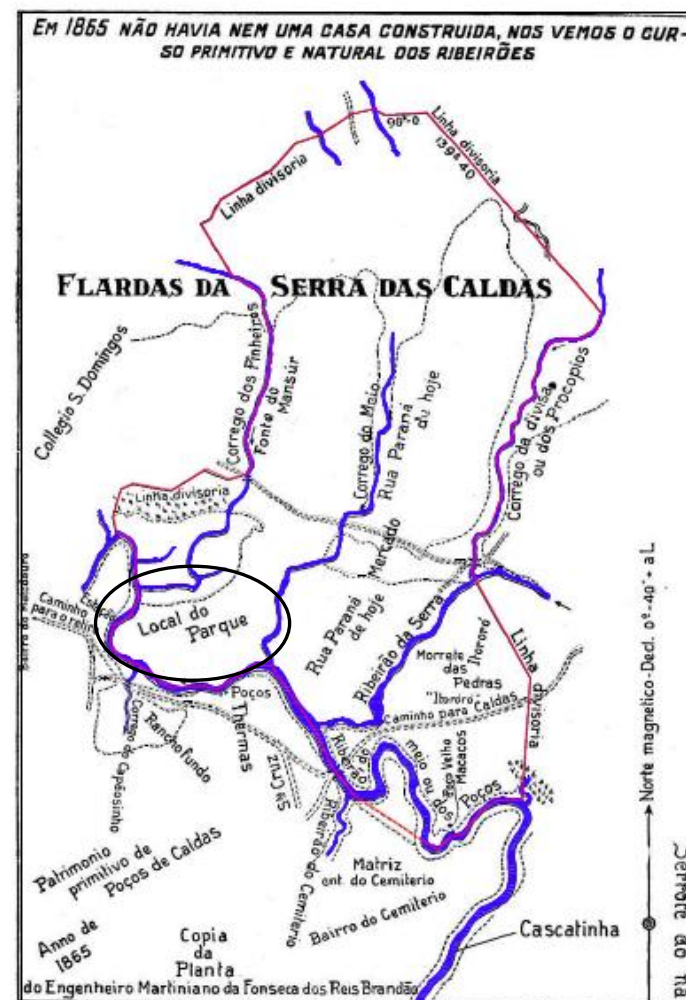


Figura 2.7: Cópia da Planta do Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, em 1865. Assinalado vemos o local do atual Parque José Afonso Junqueira e em vermelho os limites descritos por Mário Mourão em 1933. (Fonte: MEGALE, 2002, p.24)

Mário Mourão (1933) descreve a delimitação do levantamento do Engenheiro Brandão, na figura 2.7, como podemos observar. A linha vermelha delimita o território: iniciando percurso pelo Córrego dos Pinheiros, que encontrava nas terras da antiga chácara de Itacurussá, onde atualmente fica a Fonte Fraya, ia até o sopé da Serra de São Domingos, descia pelo Córrego dos Procópios, passava ao fundo do Itororó (morro da igreja de São Benedito), Rua Santa Catarina, vinha acabar no Ribeirão dos Poços, tirando uma linha reta até a Praça da Colômbia, continuando pelo Ribeirão das Caldas até encontrar o Ribeirão dos Poços novamente, passando pela casa do Conde Prates. (MOURAO, 1933, p. 36)

O mapa de 1865 do Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão demonstrava que era uma região alagadiça, toda sulcada por córregos e ribeirões. As linhas tracejadas do mapa indicavam os caminhos por onde os tropeiros passavam pela região. Não havia também indícios de nenhuma construção. (ver Figura 2.7)

A partir de 1865, a Província de Minas destacou muitos engenheiros para projetarem, orçarem e executarem melhoramentos no povoado, entre eles: Modesto de Faria Belo, Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, João Pedro de Almeida, Bruno Von Sperling, Pedro Luis Taulois e Honório Henrique Soares do Couto.

João Pedro de Almeida iniciou seus trabalhos, em novembro de 1870, abrindo uma vala destinada a desviar as águas do Ribeirão dos Poços, que possuía seu leito próximo as nascentes termais. Bruno Von Sperling manteve os trabalhos de desobstrução dos ribeirões.

Dr. Joaquim Floriano de Godoy providenciou a análise das águas minerais e termais através da Lei N.º 1909, de 19 de julho de 1872. Apresentou posteriormente um relatório falando sobre a desapropriação da área necessária à fundação do povoado.

A questão dos terrenos onde existem os poços das águas termais de Caldas está resolvida.

No arquivo da Secretaria desta Presidência encontrará V. Ex. os documentos respectivos.

Os poços estão situados dentro de uma sesmaria de terras a que se julgara com jús o Capitão Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, e ao mesmo tempo esta Província, fundando-se em um alvará de 21 de outubro de 1795, entendeu que taes terrenos erão de sua propriedade.

O documento referido desapareceu e apenas delle ha noticia por uma copia não authentica.

A Assembléia Provincial entendeu em sua sabedoria que devia cortar pela raiz uma questão que tanto prejudicava os interesses da Província e dos milhares de doentes que naquellas fontes thermaes procurão allivio a seus soffrimentos.

Aproveitando-me da disposição de Lei N.º 1741, de 08 de outubro de 1870, mandei o procurador fiscal Antônio Luiz Maria Soares de Albergaria desapropriar os terrenos de utilidade pública.

O mais feliz resultado coroou esta missão; pois que, os posseiros Junqueira, e sua família fizeram doação gratuita à Província de 96 hectares e 08 décimos de terras em torno dos poços. [...] (OTTONI, 1960, p. 108)

No fim de 1872, o Presidente da Província Dr. Joaquim Floriano de Godoy desapropriou mais áreas, mandou iniciar a construção de balneários o que promoveu um desenvolvimento na localidade. Foram enviadas também, ao Dr. Floriano Godoy, as análises das águas minerais e termais, e assim se compunham novas visões de uma estância moderna, que se consolidava com caráter de cura e lazer que se via nascer na Mantiqueira desde que se começou a difundir os relatos de curas milagrosas. Assim inicia-se a fundação de uma nova estância balneária no Brasil.

Do Plano da Cidade organizado no ano de 1872, pelo Engenheiro Pedro Luis Taulois, e demarcado no ano seguinte pelo engenheiro Honório Henrique Soares do Couto, constavam apenas ruas cruzando-se ortogonalmente, e uma praça central. (OTTONI, 1960, p.277)

Neste plano previa-se a limpeza ao redor dos poços sulfurosos, construções de banheiros e chafarizes, medições e demarcações de lotes, alinhamentos de terrenos, entre outras medidas a serem tomadas.

Em 14 de outubro de 1872, o Major Joaquim Bernardes junto dos seus herdeiros efetuou a doação de 96 hectares e 08

décimos de terras “para a fundação de uma grande cidade com logradouros públicos”. Doação das terras que formaram Poços de Caldas, onde em 1874 o major era residente e um dos mais importantes fazendeiros da região. Era proprietário da região da Fazenda do Barreiro e do local onde se encontravam as nascentes das águas termais. (MATTOS, 2004, p.1114-1115)

Em 06 de novembro de 1872, na sede da Fazenda do Barreiro, que fica localizada na Serra de São Domingos, onde estiveram presentes o Major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira e seus familiares, bem como o advogado Procurador Fiscal do Tesouro Provincial Antônio Luiz Maria Soares de Albergaria, testemunhado pelo Engenheiro Pedro Luis Taulois e o Coronel Manoel Rodrigues da Costa, alteraram-se os termos com a doação de mais 13,5 alqueires, completando assim 40 alqueires, total de terras doadas no entorno das fontes sulfurosas. Ficou estabelecido pela Lei Municipal Nº 365, e reconhecida à data da fundação do povoado em 06 de novembro de 1872.

O Presidente da Província, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, submeteu diligências para a fundação do povoado. Juntamente com um ofício, foi encaminhado a ele o projeto de implantação do povoado, cujos alinhamentos seriam norte-sul, este-oeste. Entretanto ao fazer a locação, o Engenheiro Soares do Couto inclinou 21° NE. Tinham instruções para demarcar terrenos, firmar limites, levantar a planta da futura povoação e planejar um

estabelecimento provisório com condições higiênicas até ser construído um balneário definitivo. (OTTONI, 1960, p. 109)

Coube ao Dr. Joaquim Floriano de Godoy, que era conhecido por "SENADOR GODOY", então Presidente da Província de Minas Gerais (De 11-7-1872 a 15-1-1873) a iniciativa da fundação da cidade.

Érrico Neto, 1992, transcreve o texto da escritura da doação de terras onde constitui a área física do povoado extraída do Livro Nº. 05, fes. 35 a 39, lavrado pelo Primeiro Tabelião Público, Judicial e Notas de Caldas: Tristão Leite de Meirelles, onde se descrevem os limites traçados na planta feita pelo Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão e levantada pelo Engenheiro Modesto de Faria Bello em fevereiro de 1870 que diz:

Principiando da foz do Ribeirão do Capãozinho, córrego acima, até o ponto -A-, deste ponto seguindo vallo acima até fechar no Ribeirão do Cemitério no ponto -B-, dahi seguindo pela linha quebrada até o ponto -C-, no Ribeirão dos Poços, por este abaixo até -F-, , e dahi em linha recta ao ponto -D-, no Ribeirão da Serra, e por este abaixo até o ponto -U-, na barra do Córrego do Monjolinho, e por este acima até o ponto -L-, na fralda da serra; dahi descrevendo uma linha recta até o ponto -O-, no pequeno Córrego sem nome, que desagua no Ribeirão das Caldas acima da mudança do Ribeirão a fechar por elle acima na barra do córrego do Capãozinho, onde principiou esta divisa, tudo conforme a planta que fica em poder dos cedentes, rubricada pelo engenheiro da Província Pedro Luis Taulois, reservando elles cedentes s propriedades por elles construídas ou em

construção entre o Ribeirão do Cemitério na margem esquerda do Ribeirão dos Poços, com o fundo correspondente de cinquenta metros, e na margem direita a propriedade construída e as em construção dentro da área compreendida entre o Ribeirão das Caldas, Valle do Porfírio e o alinhamento da frente da casa indicada e a propriedade em construção no terreno entre a Cachoeirinha e o poço denominado – Macacos – com cinquenta metros de frente sobre cinquenta de fundo, perfazendo dez mil e quinhentos metros quadrados. (ÉRRICO NETO, 1992, p.14)

A seguir se pode observar o primeiro plano de ordenação proposto para o povoado. Os princípios urbanísticos começavam a aparecer na localidade. (Ver Figuras 2.8 e 2.9)

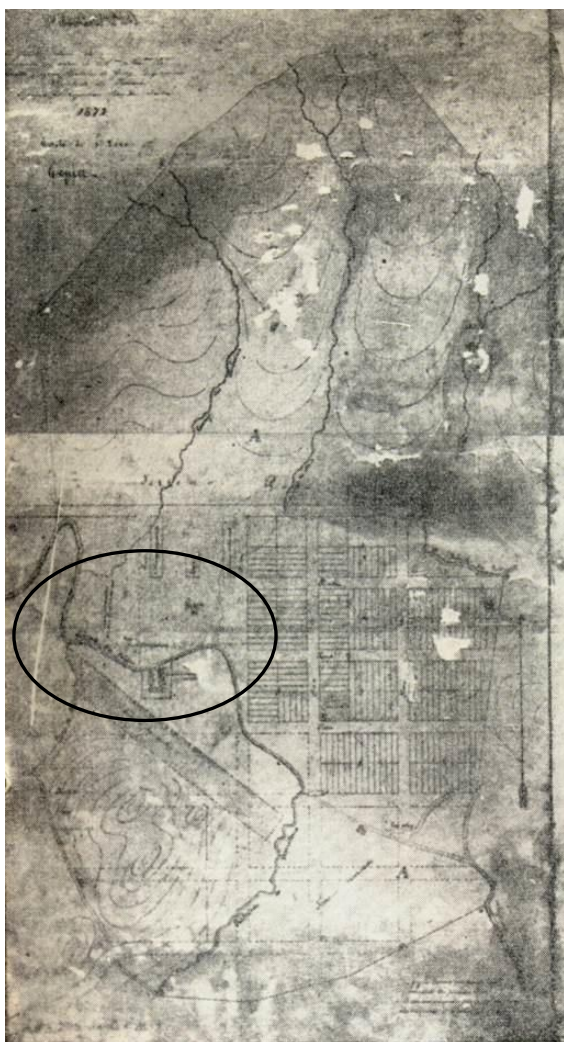


Figura 2.8: Mapa elaborado em 1872 para a estruturação do povoado.
Fonte: (OTTONI, 1960, Estampa 15)

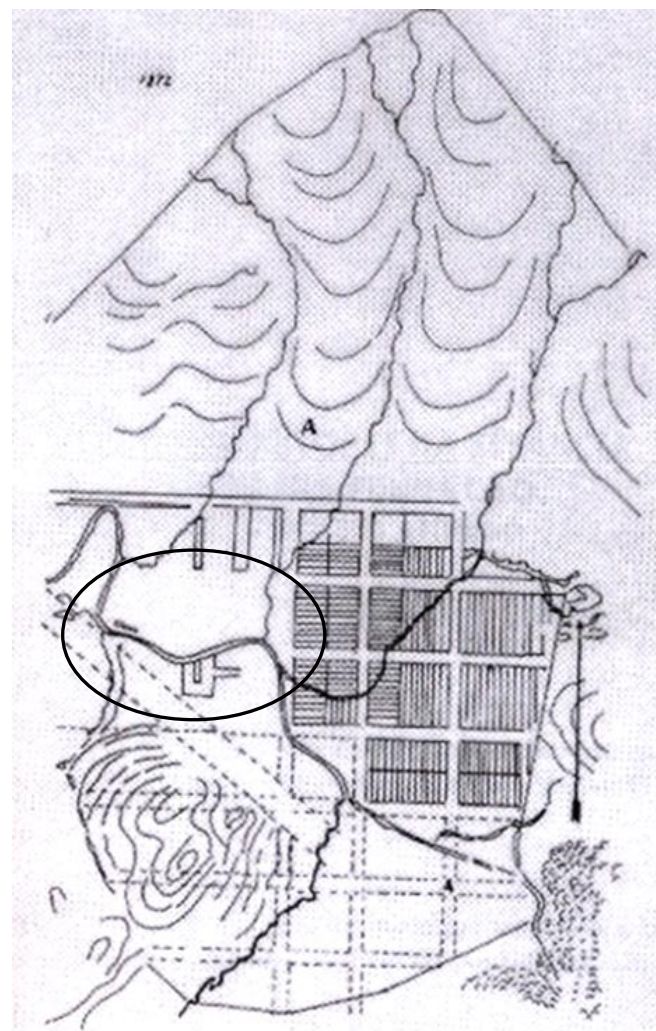


Figura 2.9: Redesenho do Mapa de 1872. Destaque para a região onde se consolidou a praça principal da cidade, a atual Praça Pedro Sanches.
Fonte: (MOURÃO, 1998, p. 18-19)

Érrico Neto, 1992, também transcreve uma carta que foi enviada em 21 de novembro de 1872 ao Presidente e demais vereadores da Câmara Municipal de Caldas com ordens para execução de futuras obras e normas relativas de aforamento dos terrenos:

“Recomendo de Vms. que, logo que lhes forem entregues pelo Engenheiro Soares do Couto os trabalhos de que se acha encarregado relativo às águas thermais dessa cidade tratem de promover a factura das respectivas obras nomeando uma comissão que se encarregue de executá-las com a possível brevidade; sendo as despesas pagas pelas Recebedorias de Itajubá e Jaguary e pela Collectoria dessa cidade, em vista de férias documentadas, conforme as ordens que expedi.

Outrosim, autorizo Vms. a procederem; logo que o dito Engenheiro Soares do Couto houver feito o alinhamento dos terrenos doados à Província o aforamento sob estas bases.

1º O preço do aforamento será de dez mil réis por cada praso na razão de 20 rs. por cada metro quadrado.

2º Os foreiros serão obrigados a edificar no praso de dous annos, sob pena de perda do aforamento.

3º Os terrenos aforados não poderão ser transferidos senão após de findo o praso de 2 annos.

4º As edificações serão cobertas de telhas, rebocadas e caiadas.

5º Terão quando forem terreas; 5 metros de pé direito. As portas 3m20 de altura e 1m1 de largura, as janelas 2m2 de altura, e 1m1 de largura.

Terão Vms. toda a cautela para que o lugar destinado ao grande estabelecimento balneario não seja occupado senão pelos banheiros e quartos provisorios, que forem construido, e bem assim sejam reservadas as áreas designadas na planta pela letra A, as quaes a Presidencia guarda para ulteriores edificações.

Recomendo ainda a Vms. que mandem proceder a limpeza externa dos lugares adjacentes aos poços, que segundo consta pelo seu mao estado, dão motivo ao apparecimento de febres intermitentes, e bem assim sejam conservadas as mattas pertencentes aos terrenos doados, não consentindo que se faça nellas derrubadas por pequenas que sejam”.

Deos Guarde a Vms.

Dr. Joaquim Floriano de Godoy.

(ÉRRICO NETO, 1992, p.09)

Diante dessa carta, pode-se ter uma noção das primeiras medidas urbanísticas que seriam implantadas no povoado: delimitação de lotes, prazos para ocupação dos mesmos, tipologias de construção, limpezas, manutenção, etc.

2.3 - 3ª FASE: A EXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE POR CONCESSIONÁRIOS PARTICULARES.

(Aproximadamente entre 1872 e 1900)

À época da estação balnear, no ano de 1873, o aspecto das Caldas, era o seguinte: havia choupanas de sapé, poucas casas cobertas de telhas, barracas onde se abrigavam os banhistas. Fazia-se uso das águas termais em condições muito precárias, tinhas e cochos de madeiras expostos ao ar livre, sem as mínimas condições de higiene.

Havia os doutores médicos, ainda que de várias origens, que vinham solicitando medidas de beneficiamento do lugar e, aos poucos, infundindo os métodos científicas às águas, então santas ou endiabradas, desejando que a localidade fosse logo elevada à estância de cura dotada dos aparatos materiais necessários para tal, acrescentando-se nisto a introdução de terapêuticas que iriam afinal guiar o uso dessas águas sob indiscutível direção racional. (MARRAS, 2004, p.39)

Até que em 1873 chegou à povoação um médico do Rio de Janeiro, Dr. Pedro Sanches de Lemos que veio se estabelecer na cidade e difundir seus conhecimentos.

Pedro Sanches ajuda a encaminhar medidas prioritárias e da mais difícil execução: proceder à complexa captação das águas para, em seguida, construir os estabelecimentos balneares. Naturalmente, as cidades balneárias francesas seriam encaradas como modelo a seguir. Mas tamanha empresa exigiria não pouco dinheiro e devida engenharia especializada. E como os governos de então não podiam assumir toda a obra de um só golpe, resolveu-se por abrir o negócio a empreendimentos particulares, que adquirissem o privilégio de exploração das águas. Neste passo se revezariam, sobretudo, médicos e homens de governo em associações que se formam e se desfazem em dimensões

para novamente se reagruparem sob o comando de outros doutores e influentes de idênticas ordens ou classes. Mudavam os signatários do empreendimento, mas sua composição social seguia mesma. (MARRAS, 2004, p.59)

Dr. Pedro Sanches de Lemos, se interessou muito pelos benefícios das águas sulfurosas, buscou conhecimento no potencial curativo das águas termais, passou a buscar literatura estrangeira, sobretudo francesa, para se especializar na hidrologia médica, vindo a tornar-se o pioneiro da Crenologia no Brasil, que é a ciência que estuda as propriedades das águas minerais para fins medicinais.

Poucos meses depois já atendia os balneantes, prescrevendo-lhes a duração do banho, os cuidados após a imersão, cômico das enfermidades que respondiam ao tratamento e as contraindicadas. Os “banhistas” começavam o tratamento no Poço Velho, chamado posteriormente de Fonte dos Macacos, onde a água apresentava temperatura menor; depois de alguns dias aclimatados, passavam a banhar-se nas águas termais das Fontes Pedro Botelho e Mariquinhas, de temperatura mais elevada, cujo calor hídrico provocava intensa sudorese, o festejado suadouro. Desde essa época o crenólogo verificou a inconveniência dos banhos excessivamente quentes (hipertermais), aos quais chamava de “banho de bugre”, tal a sua intensidade, podendo provocar reações anormais, algumas graves, produzindo malefícios do que melhora. (MOURÃO, 1998, p.105)

A Lei Nº 2035 de 1º de dezembro de 1873 publicou a elevação da referida localidade, já conhecida como “Águas

Virtuosas de Caldas” à categoria de Distrito de Paz, pertencente à Caldas.

Foi criada a paróquia com a denominação de “Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas” e o povoado foi elevado a Distrito pela Lei Nº 2.085, sancionada a 24 de dezembro de 1874, pelo Presidente da Província Desembargador João Antônio de Araújo Freitas onde ficou estipulado:

Art. 1º - Fica desmembrada do Termo de Cabo Verde e anexada ao de Caldas a Freguesia de São José dos Botelhos.

Art. 5º - O distrito de Poços de Caldas se denominará de Distrito de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas.

Parágrafo Único – o Distrito assim estabelecido ficará pertencendo à Freguesia de São José de Botelhos, até que os respectivos habitantes construam templo apropriado para matriz. (MOURÃO, 1998, p.139)

Porém já com intenção de promover à categoria de Freguesia, a mesma lei subordinou temporariamente a localidade ao Distrito de São José dos Botelhos até que uma Igreja Matriz fosse construída para então a transferência definitiva da Freguesia. Até que em 06 de dezembro de 1879, pela Lei Nº 2.542 foi criado a Freguesia de Poços de Caldas. Só passou a obter a elevação à categoria de Vila a partir de 1888 com o Período Republicano, sendo instalada oficialmente em 30 de maio de 1890. Esta é a criação civil que fundamentou a criação eclesiástica.

Ainda sobre a criação do Curato, consta na primeira página do Livro do Tombo da Paróquia:

No dia vinte e dois de outubro de mil oitocentos e oitenta e cinco foi canonicamente instituído o Curato do lugar de Poços de Caldas, por provisão de S. Excia. Revma. Sr. D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, digníssimo Bispo da Diocese de S. Paulo, o qual desmembrou provisoriamente o dicto lugar da parochia da cidade de Caldas, a que anteriormente pertencia. (PEREIRA, 1920, p.08)

Segundo Pereira, (1920), tendo em vista as necessidades de que um sacerdote resida e exerça as funções paroquiais no dito lugar (Poços de Caldas), houve a necessidade de desmembrar provisoriamente da Paróquia de N. S. Do Patrocínio do Rio Verde de Caldas (cidade de Caldas), traçando uma nova circunscrição eclesiástica, compreendendo todo o território de Poços de Caldas com os seguintes limites, a saber:

Do Rio Pardo, onde começam as divisas da fazenda do finado Antonio Luiz Ferreira, e por ellas até o alto das Campinas, dahi a uma porteira na divisa da fazenda do Coronel Manoel Rodrigues da Costa com a que foi do finado Manoel Francisco Guimarães Boaventura, desta ao Rio das Antas pela estrada que vae ter à fazenda do Moinho, por este Rio das Antas até sua confluência com o Rio Pardo e por este acima até o ponto onde começaram as divisas. (PEREIRA, 1920, p.03)

Assim sendo, foi construída a primeira capela da Freguesia, dedicada ao Bom Jesus da Cana Verde, vindo a ser inaugurada em 1883, sua torre foi finalizada em 1887 e a sacristia em 1905. Foi esta capela que serviu de Matriz até 21 de setembro de 1913. (PEREIRA, 1920, p.05)

Havia sempre a preocupação com a construção desta singela capela, que não atenderia as necessidades da Freguesia por muito tempo. Ao visitar esta paróquia, em 1905, o Exmo Sr. Dr. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Pouso Alegre a quem estava subordinado o Curato de Poços de Caldas, deixou registrada suas palavras no Livro do Tombo da Paróquia:

“Causa realmente pesar a todo catholico que visitar essa bellissima estancia não ver, ao lado dos bons e confortáveis edifícios públicos e particulares, um templo que corresponda à tradição religiosa de nossos antepassados.” (PEREIRA, 1920, p.07-08)

Até que em 29 de maio de 1908, foi lavrada à Escritura da cessão do terreno do antigo cemitério para a edificação de uma Nova Matriz, e em 22 de agosto de 1909, foi lançada a pedra fundamental para a sua construção, onde o projeto foi idealizado pelo arquiteto José João Piffer. (PEREIRA, 1920, p.09)

A Nova Matriz foi inaugurada a 07 de setembro de 1920 e veio a ser demolida em 1937, para ceder lugar à atual Basílica de Nossa Senhora da Saúde.

Somente após quase dez anos, a instalação administrativa do Distrito de “Nossa Senhora das Águas de Caldas”, começou a existir politicamente, pois a 05 de abril de 1884, realizou-se a primeira eleição para Juiz de Paz, tendo sido mais votado o Coronel Agostinho José da Costa Junqueira, que se tornou a maior autoridade local. (MEGALE, 2002, p.26)

Por volta de 1874, iniciaram-se estudos técnicos, delimitação de caminhos e estudos dos traçados iniciais para a construção do Ramal da Mogyana que viria se estabelecer na região.

A estância passou por várias administrações, associações e concessionários que tentavam melhorar as condições da cidade e desenvolvê-la, porém sem muito sucesso.

Em 1874 os sinais de civilização já se faziam sentir, existindo em Poços 34 casas e 02 sobrados em construção; 65 cabanas cobertas de sapé; diversas ruas e uma praça projetada; 02 hotéis com medíocres instalações; uma capela; aulas de ensino primário; 02 olarias; 02 bilhares, 07 casas comerciais onde se negociavam fazendas, ferragens, armarinhos e molhados; cemitério cercado de tábuas com um toco cruzeiro. Relativamente ao elemento humano: um pedreiro, 05 carpinteiros, um ferrador e 80 eleitores qualificados. As casas, em maioria não obedeciam ao critério de urbanização, muito fora do alinhamento, construções mal feitas e pior acabadas. Parecia arranhamento de garimpeiros. (MOURÃO, 1998, p.138)

Em 1878, mudou-se para o povoado, o senhor Antônio Teixeira Diniz, que ficou muito conhecido por “Nhonhô Diniz”, que se tornou posteriormente o importante “Barão do Campo Místico”, título dado pelo Imperador Dom Pedro II em sua visita à estância em 1886, em virtude da inauguração oficial do Ramal da Mogyana no local. Nhonhô veio para o povoado, proveniente de Caldas (localidade vizinha), com algumas intenções, entre elas: construir melhor hospedagem às pessoas que vinham se tratar nas águas do povoado; promover atrações para esse público; proporcionar melhores condições de acesso e transportes para a estância e explorar os jogos de azar como forma de obter recursos e diversão aos visitantes.

A transformação abrupta da paisagem natural e social daquelas terras planaltinas onde ocorria às águas curativas, mesmo a edificação veloz da cidade balneária, não se fez senão se vinculando tais influxos de modernidade, ciência médica e arrojo político à tradição local dominante e sua raiz rústica. O interesse médico e o interesse político da província mineira e conjugaram à lógica mediadora do familismo da terra, muitas vezes para que fosse possível encaminhar as soluções decisivas à realização dos planos da estância hidro climática de poços de Caldas. Este é o primeiro nível de relação entre os tempos: quando o antigo e o novo, por força de uma medida possível de identidade, e ainda que sob regime tenso puderam reduzir as diferenças a um só sentido histórico. (MARRAS, 2004, p.42)

Poços de Caldas obteve sucesso no seu desenvolvimento, graças ao empenho de um conhecido “quarteto construtor”.⁴

Pansini muito viajado e culto resolveu permanecer nos Poços. Convenceu os moradores do Arraial de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, de comum acordo com o Cel. Agostinho, em transformá-la em localidade apta a receber visitantes, enfermos ou veranistas. Suas ideias próprias e auspiciosas foram aceitas e aprovadas pelo Governo Provincial para adiantar a construção de uma cidade dotada de todo conforto. O Engenheiro Modesto Faria Belo ratificou o alinhamento, ipso facto, os quarteirões quadriculados, as ruas largas e paralelas e as três praças da proposta do arquiteto. O cidadão Antônio Teixeira Diniz, de Caldas, que havia se mudado naquele ano para os Poços, auxiliou Pansini. O Coronel Agostinho supervisionava os trabalhos, colaborava pessoalmente querendo saber dos detalhes e, desprendidamente, dava suporte financeiro, para que tudo corresse bem a contento. (MOURÃO, 1998, p.76)

O desenvolvimento da “moderna” estância balnear se deve a um conjunto de médicos, coronéis e estadistas que

⁴ 4 – O “Quarteto construtor”, expressão utilizada por Benedictus Mário Mourão (1998) era composto por: o fazendeiro Agostinho Junqueira, jovem filho do sesmeiro que doou as terras para a formação do povoado; Dr. Pedro Sanches, médico e idealista que ajudou a tornar o povoado conhecido pelos tratamentos termais e os benefícios das suas águas; João Batista Pansini, jovem e habilidoso construtor italiano e Antônio Teixeira Diniz, um potencial empreendedor.

disponibilizaram recursos, conhecimentos técnicos, de engenharia, de ideais sanitaristas que passam a ser uma base da estância balnear inspirada nos modelos europeus.

Matthes comenta que:

O plano de 1872 vai ser revisado no período de 1872 a 1886, por vários engenheiros, a maioria deles com formação européia, o que significa dizer que o traçado urbano da cidade deveria seguir todos os preceitos sanitaristas que a Europa do século XIX estava discutindo. Para tanto, as ruas deveriam seguir o traçado reticulado, em xadrez, a divisão dos lotes de acordo com a Lei de Terras de 1850. No caso de Poços os terrenos foram divididos em 10m de frente por 50m de profundidade em quarteirões iguais de 100m x 100m de lado e para tanto seria necessária a correção de rios e aterros das áreas alagadas, estabelecendo uma imagem de civilidade e urbanidade própria das novas metrópoles européias. (MATTHES, 2005, p.29)

O plano de 1880 de Maywald foi uma revisão do plano de 1872, que pretendia propor o ordenamento das ruas e quarteirões com lotes de 10 metros de frente com 50 metros de profundidade. Esta configuração dos quarteirões ainda se mantém na cidade, porém a organização dos lotes se alterou. Atualmente já ocupam todos os lados de cada quadra.

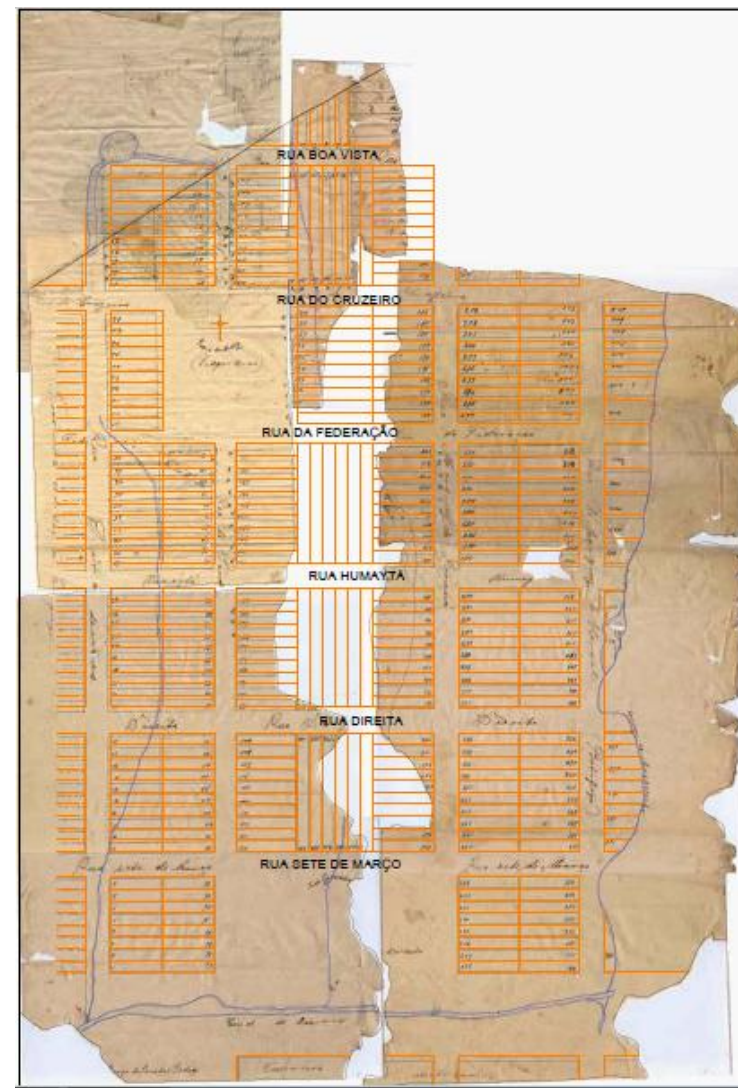


Figura 2.10: Projeto de Carlos Alberto Maywald para o traçado da cidade em 1880. Fonte: (MATTHES, 2001, p.34)

De 1872 a 1880 não havia o mínimo de critério de urbanização, sendo um período muito obscuro no incipiente lugarejo [...]. Em 1878 mudou-se para Poços o imigrante italiano João Batista Pansini, homem culto e viajado, habilidoso, sendo arquiteto e construtor. Aproximou-se de Agostinho e, ambos movidos pelo ideal de fazer progredir o arraial das belezas naturais incomparáveis, clima brando de montanha e, tendo como principal riqueza, a existência de fontes naturais de águas sulfurosas quentes. Iniciaram, então, a sua urbanização, segundo as linhas mestras estipuladas pelo Senador Joaquim Floriano de Godoy, presidente da Província de Minas Gerais. As construções estavam sendo edificadas desordenadamente, não obedecendo às regras estabelecidas. Houve necessidade de demolir casebres já edificados fora do alinhamento. O Cel. Agostinho propunha, então, às suas expensas, construir nova casa em lote idêntico. (MOURÃO, 1998, p.32)

Foram muitos os nomes, concessionárias e associações que tentaram implantar projetos e obras na Freguesia. Dr. José Caetano dos Santos assinou um contrato para construir um estabelecimento balneário sobre os poços das águas termais, onde instituiu uma sociedade anônima com o nome de: “Thermas D. Pedro II”, que não obteve sucesso, tendo seu contrato rescindido a 14 de outubro de 1880. Então o Presidente da Província abriu concorrência para a construção de estabelecimento balneário, em que venceu a proposta feita pelos doutores Carlos Pereira de Sá Fontes e José de Carvalho Tolentino, o cidadão Anselmo Fernando de Almeida e também, o Engenheiro Maschek que foi contratado para elaborar uma planta

para um novo hotel. O empreendimento acabou sendo mal calculado, pois não havia madeira suficiente para construí-lo, e após sucessivos fracassos as obras foram suspensas em 25 de abril de 1882.

Em 1882, foram tomadas providências de beneficiamentos nas fontes de águas termais, para melhorar o nível de elevação das águas nas três fontes: Pedro Botelho, Mariquinhas e Chiquinha pelo Sr. Anselmo de Almeida. Abriu-se nova concorrência para os serviços balneários, e venceu a firma Leite & Cia, constituindo a Empresa Balneária dos Poços de Caldas.

Os concessionários deram início às suas atividades demolindo os ranchos de sapé onde os doentes se banhavam em gamelas, construindo barracões provisórios de pinho, enquanto se fazia a captação e elevação das águas sulfurosas, executadas pelo mestre português Antônio Alves da Silva, em agosto do mesmo ano. (MEGALE, 2002, p.27)

Em janeiro de 1883, assumiu a direção das obras o médico, Dr. Carlos de Sá Leite, fazendo se assim sucessivas parcerias e sociedades para tentar administrar as águas e balneários da Freguesia. O Coronel Agostinho Junqueira iniciou o sistema de contratos por empreitada, sobressaindo-se entre eles o que firmou com João Batista Pansini, construtor, e Luís Pezzia, marceneiro, para a construção do estabelecimento balneário, dando início ao

famoso Hotel da Empreza e uma proposta de ordenamento para a cidade.

[...] Obedeceu à urbanização a um traçado quadrilátero, de ruas paralelas, todas ensolaradas, com largura de 20 metros do leito destinado ao tráfego de veículos e calçadas de 5 metros, não existindo vias estreitas, tortas, afuniladas, interrompidas. Projetaram-se três grandes praças: ao norte, a da Independência; ao sul, a da Columbia; ao centro a do Senador Godoy. As praças da Independência e Columbia tinham idênticas dimensões: 140 x 100 metros. A Praça Senador Godoy, bem maior, possuía de um lado o comprimento de 380 metros e do outro 300 metros, com a largura uniforme de 100 metros. (MOURÃO, 1998, p.139)

João Batista Pansini foi um dos primeiros imigrantes a residir na localidade, e por volta de 1878 se uniu ao Coronel Agostinho da Costa Junqueira e ao Engenheiro Carlos Alberto Maywald, também estrangeiro, de nacionalidade alemã, para “urbanizar” a freguesia. Juntos coordenavam diversos tipos de serviços: olaria, carpintaria e oficinas. Não se restringiam apenas a projetar. Maywald também projetou o Grande Sanatorium (1910-1913), o Matadouro Municipal (1898-1901), e foi Diretor de Obras Públicas, Presidente da Câmara, e Vereador de 1898 a 1900.

Em 1884, consigna o “Almanak Sul Mineiro” organizado, dirigido e editado por Fernando Saturnino da Veiga, na cidade de Campanha da Princesa, que o progresso de Poços era impressionante: população fixa de 1500 habitantes; mais de 100 casas construídas, tratando-se de edificar outras tantas; 02 escolas públicas mistas, de instrução primária; uma escola particular para o sexo

feminino; uma igreja em início de construção; uma fábrica de cerveja; uma excelente confeitaria; 04 farmácias; 02 padarias; vários hotéis; dois pianos; uma banda de música regular; 02 balneários de madeira, provisórios, um localizado na Fonte Pedro Botelho e o outro na Fonte dos Macacos. Já havia residências de vulto, como o Solar Mourão-Vivas, do Sr. Constâncio Vivas, tabelião, erigido em 1878. A paróquia pertencia a Comarca Eclesiástica de Caldas, Bispado de São Paulo. Uma grande praça, a Senador Godoy, cuja área talvez fosse de 350 sobre 200 metros, onde estavam as principais casas comerciais e edifícios. (MOURÃO, 1998, p.77)

O Hotel da Empreza (Ver Figura 2.11) foi inaugurado em agosto de 1884, um hotel luxuoso, com mobílias austríacas, cortinas de veludo, tapetes persas com serviço requintado para a época, que passou a atrair ainda mais pessoas para a estância. Possuía salas de leitura, de música e jantar. Eram 60 quartos e um passadiço envidraçado que cobria o rio e ligava o hotel ao balneário. O Balneário Pedro Botelho teve sua inauguração a 08 de abril de 1886. Era uma construção modesta, mas permitiu que o Dr. Pedro Sanches de Lemos aprimorasse seus conhecimentos, instituindo normas e usos para as águas sulfurosas.

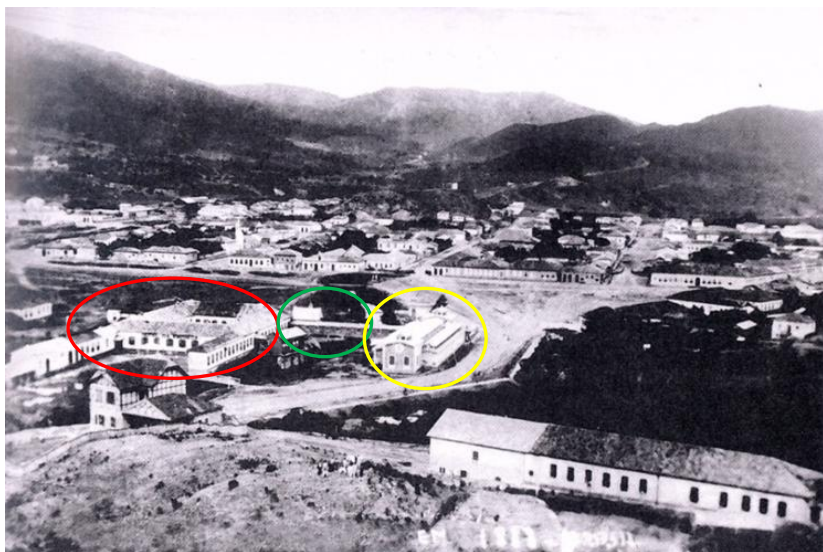


Figura 2.11: Configuração do Largo Senador Godoy em 1888. Vê-se o Hotel da Empreza (Destaque em vermelho), o Passadiço (Destaque em verde) e o Balneário Pedro Botelho (Destaque em amarelo). O Chalé Conde Prates no lado esquerdo da foto. Fonte: (MORAIS, 2002, p. 9)

Era preciso administrar terapêuticas adequadas que indicassem para cada doença a respectiva água e seu uso devido. Estabelecer dieta e higiene, horários de repouso, prescrever distrações e passeios românticos sob controle higiênico e científico. Era preciso, principalmente, prover os balneários de aparatos e equipamentos de última moda e tecnologia. Promover a freguesia a uma autêntica vila balneária. (MARRAS, 2004, p.58)

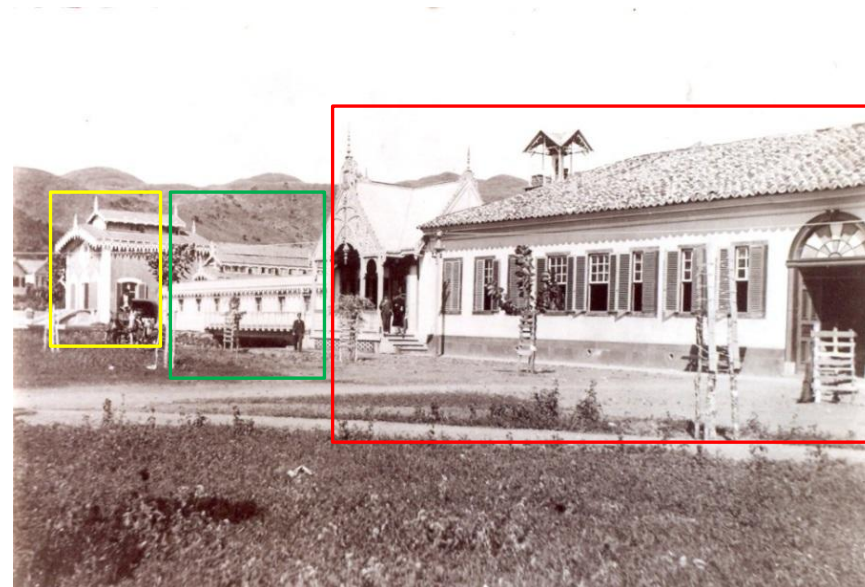


Figura 2.12: Hotel da Empreza (Destaque em vermelho), Passadiço (Destaque em verde) e o Balneário Pedro Botelho (Destaque em amarelo). Fonte: Arquivo do Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

As Caldas foram subordinadas a diversas vilas entre elas: Jundiaí, Mojmirim e Campanha da Princesa. Até que a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, após a Proclamação da República, em 19 de maio de 1890 passando a se chamar: Poços de Caldas, nomeando um Conselho de Intendência Municipal, tornando-se um município autônomo, desligado das Caldas.

A administração pelas Câmaras Municipais, com recursos financeiros escassos não correspondia às exigências das estâncias balneárias, onde o número de forasteiros aumentava de ano a ano. Sentindo a necessidade de uma

ação mais eficaz do governo, o Presidente Francisco Antônio Salles, empossado em 1902, resolveu criar as prefeituras nas estâncias hidrominerais do Estado de Minas Gerais. Por decreto de 30 de dezembro de 1904, instituíram nos municípios de Caxambu e Poços de Caldas as respectivas prefeituras, cuja administração seria exercida por um Conselho Deliberativo e um Prefeito, nomeado pelo Governo Estadual. “O Conselho Deliberativo foi extinto após a Revolução de 1930, mas durante a sua existência os seus presidentes substituíram os prefeitos, nos casos de impedimento ou renúncia”. (MOURÃO, 1998, p.152)

Por volta de 1870 foram formadas as primeiras empresas ferroviárias no Brasil: a Cia “São Paulo Railway”, a Cia Paulista e a Cia Mogyana responsáveis por fazer a ligação entre o Porto de Santos e o interior do País para melhorar o transporte do café e acompanhar a expansão da cafeicultura no Brasil. A Cia Mogyana foi fundada em 1872 na região de Campinas e o Ramal das Caldas, que tinha como destino final a Vila de Poços de Caldas, foi inaugurada em 1886. Nesse caso, se deu a união dos interesses econômicos do café e a grande circulação das pessoas que vinham se tratar nas águas sulfurosas da Vila. (FONTANARI, 2013, p.4-5-6)



Figura 2.13: Antiga Estação da Mogyana de Poços de Caldas em 1910. Fonte: site: www.memoriadepocos.com.br - Acesso em fevereiro de 2016.

A estrada de ferro foi sem dúvida a mola da evolução econômica e social da jovem estância hidromineral. Transportava os produtos da terra e trazia as mais recentes conquistas culturais, artísticas e técnicas da Corte Imperial. Vários fazendeiros paulistas frequentavam os banhos termo sulfurosos e muitos deles construíram belas residências, que ainda hoje causam admiração aos visitantes da cidade. (MEGALE, 2002, p.30)

No início do século XX, Poços de Caldas tinha como principais fontes de recursos o uso das águas medicinais, a pecuária e as lavouras de café. Em 22 de outubro de 1886, foi

inaugurado oficialmente o Ramal de Caldas da Estrada de Ferro Mogyana para facilitar o transporte e proporcionar conforto às pessoas que vinham usufruir dos tratamentos termais. A inauguração oficial contou com a presença do Imperador D. Pedro II e grande comitiva do Governo Imperial.

O Coronel Antônio Teixeira Diniz foi agraciado com o título de Barão quase às vésperas da implantação do regime republicano. Transcrevemos o documento: “D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Faço saber aos que esta Carta virem que, querendo distinguir e honrar o Coronel Antônio Teixeira Diniz – hei por bem fazer-lhe mercê com o título de Barão do Campo Místico e que o referido título goze de todas as honras, privilégios e isenções, liberdades e franquezas, que há e tem de usar e usarem sempre os Barões e que de direito lhes pertencem. E por firmeza de tudo que dito é, lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, a qual será selada com as armas imperiais. – Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de agosto de 1889, sexagésimo oitavo da Independência e do Império. (MOURÃO, 1998, p.69)

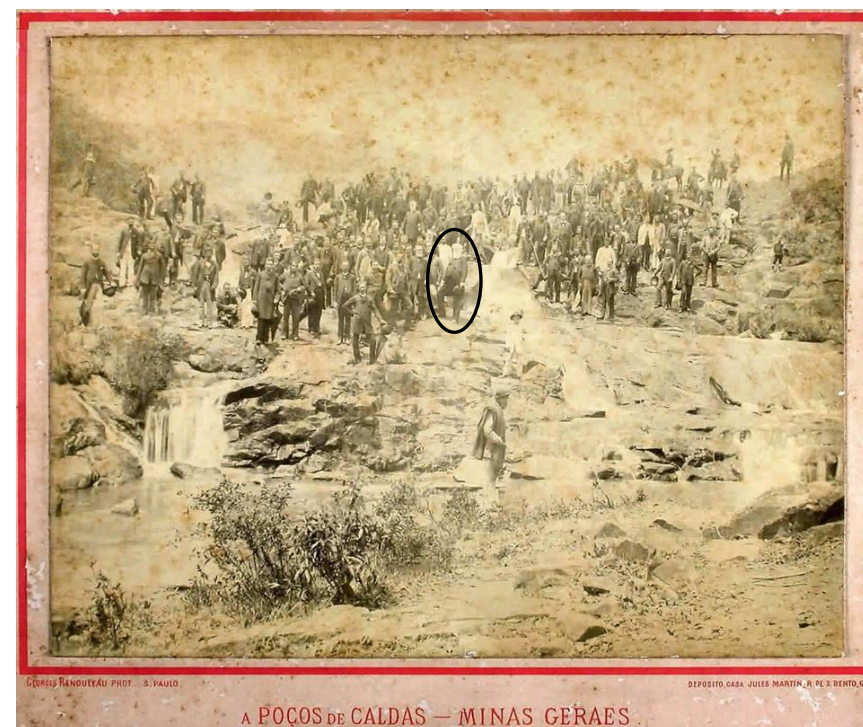


Figura 2.14: Em destaque, Dom Pedro II em Poços de Caldas em 1886 para a inauguração oficial do Ramal das Caldas da Cia Mogyana.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poçosde Caldas.

A estação de Campinas foi aberta ao tráfego no dia 11 de agosto de 1872.

Segundo Ottoni,

Para atender aos passageiros que se destinassem a São João da Boa Vista, Poços de Caldas e bem assim receber cargas para esses destinos, transportadas por carros de boi e por tropas, construiu a Mogyana estação mais adequada a

que denominou Estação de Caldas, distante atualmente, 133 quilômetros de Campinas, inaugurada no dia 14 de janeiro daquele ano, onde às 17 horas chegava o trem. (OTTONI, 1960, p.257)

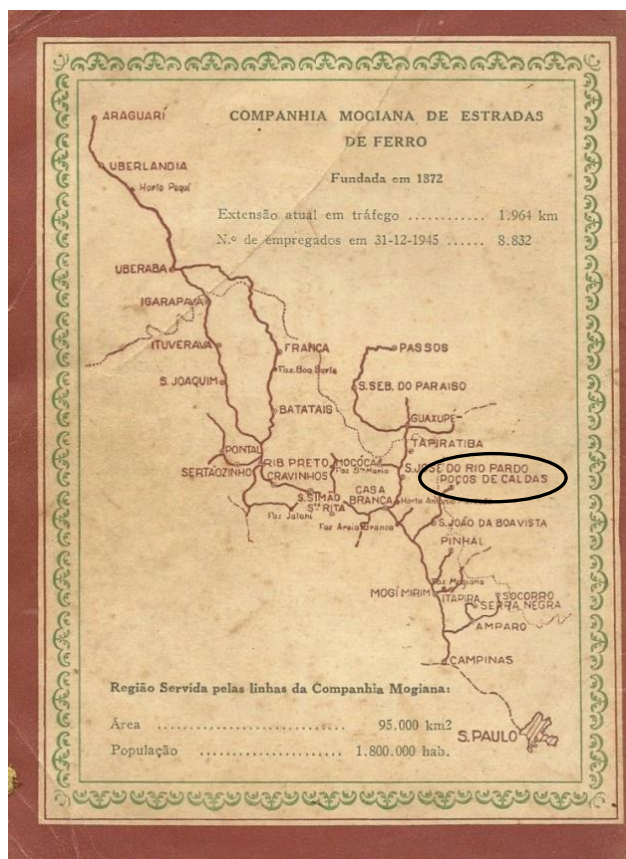


Figura 2.15: Mapa da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que contém os destinos das linhas de circulação. Fonte: FONTANARI, 2013, p. 6

A estação da ferrovia das Caldas ficava localizada em lugar privilegiado como até hoje, próxima ao largo Senador Godoy, ao Hotel da Empreza e ao Balneário Pedro Botelho, uma área nobre da vila.

O regime imperial brasileiro foi derrubado por um golpe militar, onde em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, criando-se um Governo Provisório liderado por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. A demanda administrativa seria regida por esse Governo, assim, posteriormente criaram-se os Conselhos de Intendências Municipais.

O povoado dos “Poços” teve como referência a criação da Câmara Legislativa em 1892, quando ainda pertencia à localidade de Caldas. Em 1892, o regime republicano brasileiro era representado pelo Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Com essa conquista os moradores podiam delimitar suas fronteiras, constituíam Câmara de Vereadores, passavam a ter direito de cobrar e receber impostos e estabeleciam Código de Posturas e Leis Municipais.

As competências do Conselho de Intendência eram:

§ 1º Rever a divisão civil do município e seu termo, fixar os limites de cada uma parochia, crear novas e repartí-las em districtos, conforme o numero de seus habitantes.

§ 2º Fixar a receita e despesa pública do município.

§ 3º Ordenar a despesa e arrecadar as rendas.

§ 4º Reformar as estações ou secções do serviço municipal, como seja de escripturação, e contabilidade, de arrecadação de rendas, matadouro e agencias annexas; creando empregos, conservando os actuaes empregados, ou provendo-os de novos, reduzindo os ordenados e marcando os vencimentos.

§ 5º Ordenar e fazer executar todas as obras municipaes, e prover sobre tudo quanto diz respeito à polícia administrativa e economia do município e seu termo, assim como sobre a tranquillidade, segurança, commodidade e saúde de todos os seus habitantes.

§ 6º Rever, alterar, substituir, revogar os actuaes editaes e posturas municipaes, creando novos, si assim o exigir o bem publico do município, nos quaes poderão comminar apenas até oito dias de prisão e 30\$ de multa, que serão aggravadas nas reincidências até 30 dias de prisão e 60\$ de multa. (DECRETO n° 50-A/1889). (OLIVEIRA, 2012, p.24)

O Intendente tinha a responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo, atualmente conhecidos como Prefeitura e Câmara Municipal respectivamente. Em Poços de Caldas se deu a partir de 14 de maio de 1890, a data de posse dos membros

nomeados, onde neste momento, realizou-se a transição de Freguesia para Vila com a instalação do Conselho de Intendência.

Segundo Ottoni, pela Lei Nº11, de 13 de novembro de 1891, se estabeleceu uma nova divisão judiciária do Estado de Minas Gerais, aprovando um total de 115 comarcas. A 32ª era a de Caldas, com sede na cidade de Caldas e era composta dos Municípios de Caldas, Caracol (atual cidade de Andradas) e Poços de Caldas. (OTTONI, 1960, p.233)

No Relatório de Leis e Resoluções da Câmara Municipal da Villa de Poços de Caldas de 1901, onde o Dr. José Ignácio de Barros Cobra era o Agente Executivo Municipal, este decretou algumas resoluções que alteravam as antigas posturas vigentes na localidade até a publicação deste documento. Decretou então a Lei N. 04 de 24 de setembro de 1892, o Estatuto sobre a administração dos Bens Municipais, aforamento e registro dos respectivos terrenos. Neste Estatuto demarcavam-se os limites do território, regulamentavam-se os lotes urbanos e também os devolutos, e estabeleciam-se regras para a abertura de vias, entre outras medidas.

Eram elas:

Art. 3. – O perímetro ou circumscrição urbana d'esta Villa comprehende, não só a área do terreno do seo patrimônio, extremada e demarcada na escriptura de sessão feita à ex-Província pelos respectivos proprietários em data de 06 de novembro de 1872, mas também todos os terrenos adjacentes que a Municipalidade adquirir e incorporar ao mesmo patrimônio, e os do domínio particular que tem sido e vierem a ser alienados ou destinados pelos seus proprietários para a edificação de casas e outros estabelecimentos urbanos.

Art. 4. – Os terrenos que constituem o patrimônio da Câmara e se acharem ainda devolutos, depois de reservados os necessários ao uso municipal, a estabelecimentos e servidões públicas, serão concedidos a particulares para construção de casas, a título de aforamento perpétuo.

§ 1. – Para este fim, o Agente Executivo Municipal mandará fazer previamente o alinhamento e arruamento dos terrenos ainda não alinhados e arruados, dividi-los em lotes urbanos, e levantar a respectiva planta, de harmonia com os planos de povoação aprovados pelo Governo da ex-Província e que tem servido de base às edificações até agora feitas, guardando-se quanto seja possível a uniformidade e o desenvolvimento rectilíneo das ruas existentes.

§ 2. – As ruas que de novo se abrirem não terão menos de vinte metros (20m.) de largura e as praças terão de sessenta a cem metros (60m. A 100m.) em quadro.

§ 3. – Os lotes urbanos em que forem divididos os terrenos destinados ao aforamento terão dez metros (10m.) de frente ou testada sobre cinquenta (50m.) de fundos, podendo ser menor a dimensão dos fundos quando assim o exija a disposição ou a regular divisão do terreno.

Ficarão reservadas as sobras de terreno que não tiverem os dez metros de frente ou que excederem dos cinquenta de fundos junto aos limites do patrimônio ou aos cursos d'agoa no interior da povoação.

Art. 5. – São terrenos devolutos do patrimônio municipal:

1. – os que não acharem applicados a algum uso público da União, do Estado ou do Município.

2. – os que não tiverem sido legalmente aforados ou alienados pelo Governo da ex-Província ou pela Municipalidade.

3. – os que tiverem sido concedidos por aforamentos anteriores, que se acharem incursos em commissão ou caducidade e não forem revalidados por esta Lei. (LEIS, 1901, P. 12-13)

A partir da chegada da ferrovia, a Vila passou a se desenvolver ainda mais, os “saberes” iam chegando à estância com maior facilidade e rapidez. Foi um período no qual palacetes, chalés e casarões imponentes começaram a ser construídos. Dr. Martinho da Silva Prado Junior, conhecido por Martinico Prado, adquiriu um terreno próximo à estação e construiu com o projeto de João Batista Pansini um luxuoso palacete, que foi inaugurado em 1898, com o nome de Vila Albertina, uma homenagem à sua esposa. Atualmente, após diversos usos e ocupações, esse palacete passou a ser denominado de Vila Junqueira e hoje se tornou o Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

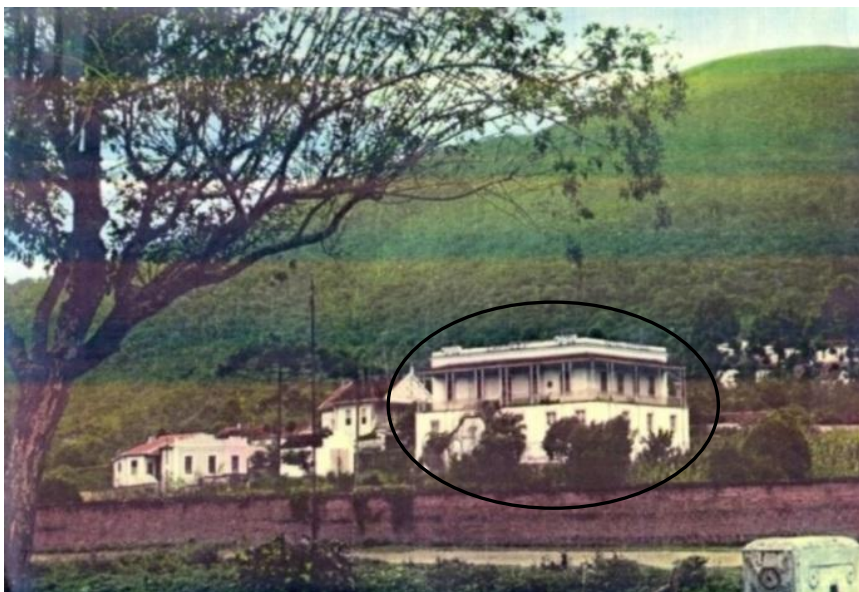


Figura 2.16: Palacete “Vila Junqueira”, atual Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Geográfico de PC.

Podem-se denominar ao progresso urbano de Poços de Caldas, de décadas de Pansini, as de 80 e 90 do século passado. Ele, apadrinhado e encorajado pelo Coronel Agostinho Junqueira, adotou a assombrosa ideia de urbanizar a cidade, sendo o arruamento quadriculado. As ruas paralelas, as casas recebendo sol pela manhã e à tarde nas suas faces laterais. Um verdadeiro milagre urbanístico no interior do Brasil. Foi de tal maneira impressionante o trabalho realizado que, em 1903, quando se implantava Belo Horizonte para ser a nova capital de Minas Gerais, o Governo Estadual mandou engenheiros e técnicos para avaliar a façanha, tirar fotografias e cópias das plantas. (MOURÃO, 1998, p.84)

No final do século XIX, a cidade já vivia da grande circulação de pessoas que vinham se curar de moléstias diversas em suas águas termais. Era uma cidade voltada para a cura e o lazer.

Foi a partir da Proclamação da República (1889) que um espírito de desenvolvimento e progresso tomou conta do universo brasileiro. Esse espírito sentiu-se nas grandes cidades, onde projetos de saneamento, infraestruturas e reordenações urbanas foram desenvolvidos, tomando-se como base as cidades européias. No caso das cidades hidrominerais, a expressão modernidade definia-se pela higiene que garantia o sucesso de uma estação balneária. (MARRICHI, 2015, p.62)

Poços de Caldas atraiu muitos paulistas que investiram na Vila. Fazendeiros de café e capitalistas de São Paulo construíram numerosas mansões na estância com influências européias e ecléticas, com novas soluções arquitetônicas, entre elas: os porões altos, portas e janelas que se abriam nas fachadas com varandas, platibandas com ornamentos, etc.

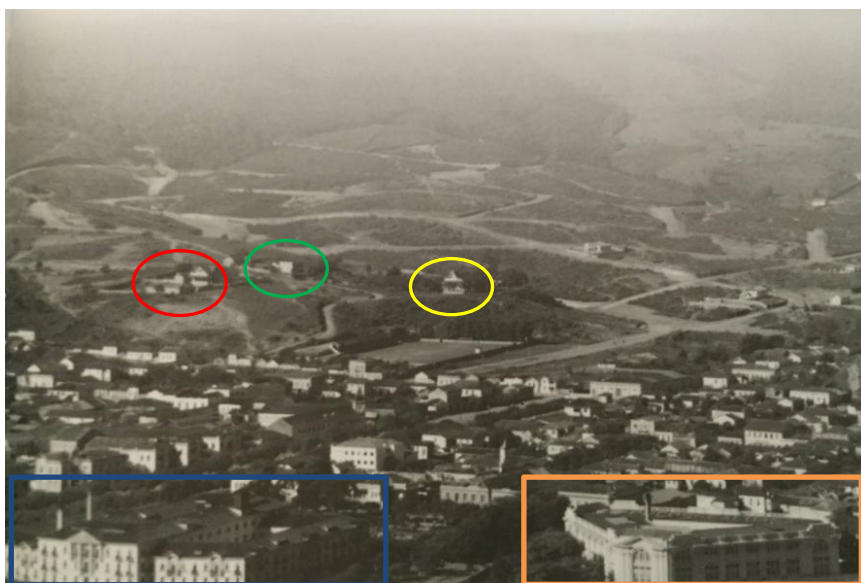


Figura 2.17: Nesta foto pode-se observar ao fundo o local que foi construído posteriormente o loteamento do Jardim dos Estados (1947). Assinalados vê-se os três chalés dos Procópios: (Destaque em vermelho): chalé azul, (Destaque em verde): chalé republicano e (Destaque em amarelo): chalé rosa. Na frente da foto os edifícios do Palace Hotel (Destaque em azul) e as Thermas Antônio Carlos (Destaque em laranja). Foto década de 1940. Fonte: PREZIA, 2014, p.163.

A vinda de arquitetos, engenheiros e construtores estrangeiros modificou as técnicas construtivas que eram utilizadas até aquele momento. Muitas casas e palacetes foram construídos aos moldes europeus mais requintados, tornando-se muito comum na cidade.

Os três chalés dos “Procópios” como ficaram conhecidos, no atual bairro Jardim dos Estados eram construções isoladas nos terrenos, foram construídas por Carlos Alberto Maywald com a função de casas para veraneios. Foram erguidos pelos coronéis Domingos Teodoro de Azevedo, José Procópio de Azevedo e Cristiano Osório, residentes em São João da Boa Vista. Atualmente o Instituto Moreira Salles adquiriu o chalé azul localizado à Rua Teresópolis servindo de sede à Casa da Cultura de Poços de Caldas, o chalé republicano infelizmente foi demolido e o chalé rosa ainda existe e funciona como residência particular.



Figura 2.18: Chalé Azul dos “Procópios” em 1905. Atual Casa da Cultura de Poços de Caldas. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

O Palacete do Conde Prates também é um ícone dessa arquitetura de inspiração européia, e fica localizado na esquina da Rua Dr. Francisco Faria Lobato com Rua Junqueiras no centro da cidade. Encontra-se descaracterizado, abandonado e necessita com urgência de uma recuperação.



Figura 2.19: Chale do Conde Prates. 1900. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

A primeira estação do Ramal das Caldas da Cia Mogyana foi projeto de Pansini. Uma das últimas obras desse período realizadas por ele foi a construção do Balneário dos Macacos, que foi inaugurado em 1896.

O Balneário dos Macacos, inaugurado em 1896, possuía onze banheiras de 1ª classe, em azulejos brancos e treze de 2ª classe em madeira de cedro, tendo sido uma das obras mais importantes da companhia concessionária, dirigidas pelos Drs. José de Carvalho Tolentino, Carlos de Sá Leite, assim como pelo negociante Anselmo Fernando de Almeida. (MEGALE, 2002, p.28)



Figura 2.20: Balneário dos Macacos no princípio do século XX. Ponte sobre o Ribeirão das Caldas. Fonte: IEB – USP-SP.

Em diversas fontes ao longo do levantamento histórico de Poços de Caldas, existem relatos e dados com os registros do número de habitantes, de casas, de estabelecimentos e construções que demonstram um panorama da situação da estância.

Mostrando estupendo desenvolvimento de Poços de Caldas, no qual houve direta influência do espírito criativo e do gênio arquitetônico de Pansini. Colhemos de Pedro Sanches, no seu livro “Águas Thermaes de Poços de Caldas”, 2ª edição, editada em 1904, os elementos abaixo compilados: “Em, 1891 haviam nesta vila – 282 casas e 50 em construção, 20 ruas e uma praça, a Praça Senador Godoy. Hoje, isto é, doze anos depois (1903), apesar da crise econômica que percute em todo país, temos construído 645 prédios e 45 em construção, três Praças – a Praça do Senador Godoy (hoje Praça Pedro Sanches), a da Independência (hoje toda a área ocupada pelo hospital da Santa Casa) e a da Columbia (hoje Praça D. Pedro II ou, popularmente, Largo dos Macacos), ao passo que são 28 ruas. A população da vila pode ser avaliada em 3075 habitantes e, em todo o distrito de 4000. E note-se: entre as casas construídas nos Poços há vivendas de primeira ordem, com água encanada, esgoto de águas servidas e matérias fecais, banheiros, chuveiros, latrinas moderníssimas. [...] (MOURÃO, 1998, p.91)

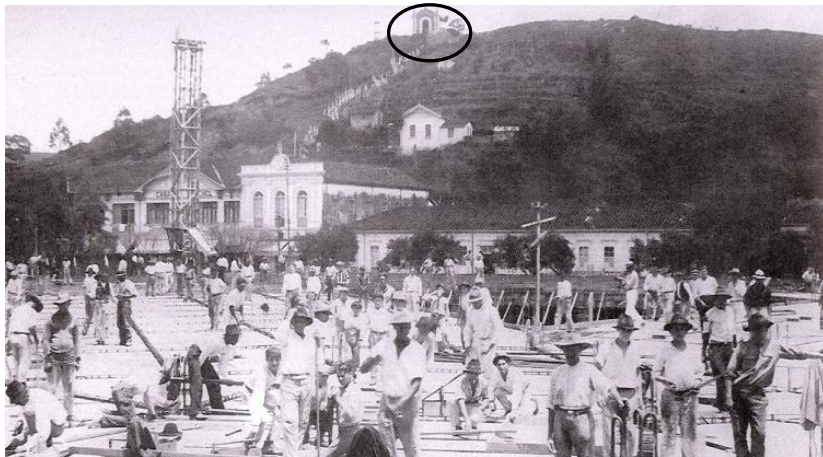


Figura 2.21: Foto em 1929 da construção das Thermas Antônio Carlos e no alto em destaque a Capela de Santa Cruz. Fonte: (MORAIS, 2004, p.32)

Pansini mudou-se para a Argentina em 1900, mas deixou em Poços de Caldas um grande legado de suas obras, que contribuíram muito para enriquecer o patrimônio da cidade. No início do século XX, a vida religiosa na vila se limitava à pequena igrejazinha que existia próxima ao Largo Senador Godoy, a Igreja do Bom Jesus da Cana Verde e a singela capela de Santa Cruz no alto do morro também do mesmo nome. (Ver Figura 2.21)



Figura 2.22: Largo Senador Godoy (Destaque em preto) e a Igreja do Bom Jesus da Cana Verde (Destaque em vermelho) em 1911. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

2.4 - 4ª FASE: O ESTADO NO CONTROLE DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL.

(Aproximadamente entre 1900 e 1946)

Dr. David Benedito Ottoni foi Juiz de Paz, Agente Executivo e Presidente do Conselho Deliberativo. Exerceu o cargo de prefeito interinamente por pouquíssimo tempo. Mesmo assim, propôs um Projeto de Planejamento de Avenidas e Parques em 1905 (ver figura 2.23), preocupando-se com os mananciais e matas existentes no entorno da cidade. Nesse período, sancionou a Lei nº 02 de 14 de janeiro de 1908 considerando de utilidade pública a área florestal a ser desapropriada. Fazia parte desse plano também a Avenida João Pinheiro, principal via de acesso à cidade pelo Estado de São Paulo, e outra via perimetral ou de contorno, pelas Fraldas das Serras, com aproximadamente 45 km de extensão. O projeto ainda contava com um Parque Florestal na bacia do Ribeirão das Vargens, onde seriam preservadas a fauna e a flora existentes.

Ao findar o ano de 1904, ainda primeiro Juiz de Paz, já eleito vereador da Câmara Municipal, mandou derrubar o remanescente das primitivas matas no perímetro urbano, e que se estendiam da Rua da Vala até a estação ferroviária, atualmente o leito do ribeirão da Serra. Incumbiu dessa tarefa a Antero de Castro auxiliado por cerca de sessenta trabalhadores. Queimado o mato e limpo o terreno, obteve do Inspetor geral da Companhia Mogyana, Dr. José Pereira Rebouças, a cooperação da via férrea, que estendeu um

desvio pela margem direita do ribeirão. Atterrando e levantando essa margem, até então baixa ao nível das águas, resultou a avenida que projetara e a que se denominou Francisco Salles. (OTTONI, 1960, p.278)

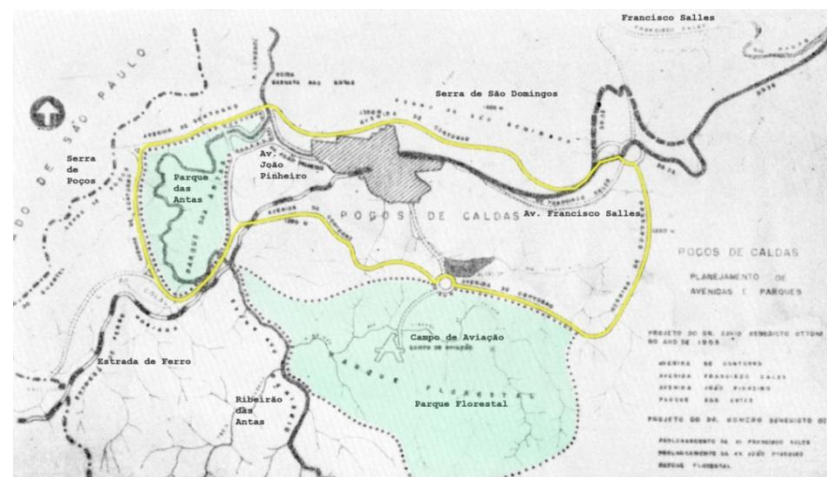


Figura 2.23: Projeto de Planejamento de Avenidas e Parques do Dr. David Ottoni, em 1905. Fonte: (OTTONI, 1960, Estampa 29)

Foi criada então a Prefeitura a 04 de janeiro de 1905, pelo Presidente de Minas Gerais, Francisco Antonio Salles, por meio de decreto, onde a administração seria exercida por um Conselho Deliberativo e um Prefeito nomeado pelo Governo do Estado. Sendo assim, Dr. Juscelino Barbosa foi nomeado pelo Governo do Estado e seguiu à frente da cidade entre 1905 e 1907. O novo prefeito trabalhou para o progresso da vila: elevou o orçamento municipal, organizou o matadouro, remodelou o mercado, deu início à abertura da Av. Francisco Salles (antiga Rua da Vala), foi

um dos fundadores da Santa Casa, presidiu a comissão para a edificação da 1ª Matriz de Nossa Senhora da Saúde e transferiu o cemitério do centro da cidade para o local onde se encontra ainda hoje. Em 1906 contratou iluminação para as ruas e assinou contrato com Sr. Álvaro de Menezes, professor da Escola Politécnica de São Paulo, que formou a Companhia Termal de Poços de Caldas, onde esta teria a responsabilidade de construir um novo estabelecimento balneário, um novo hotel, um cassino e um teatro. Deveriam fazer também melhoramentos nas redes de esgotos, abastecimento de águas, canalizações dos ribeirões e embelezamento de praças e jardins. (MEGALE, 2002, p. 33)

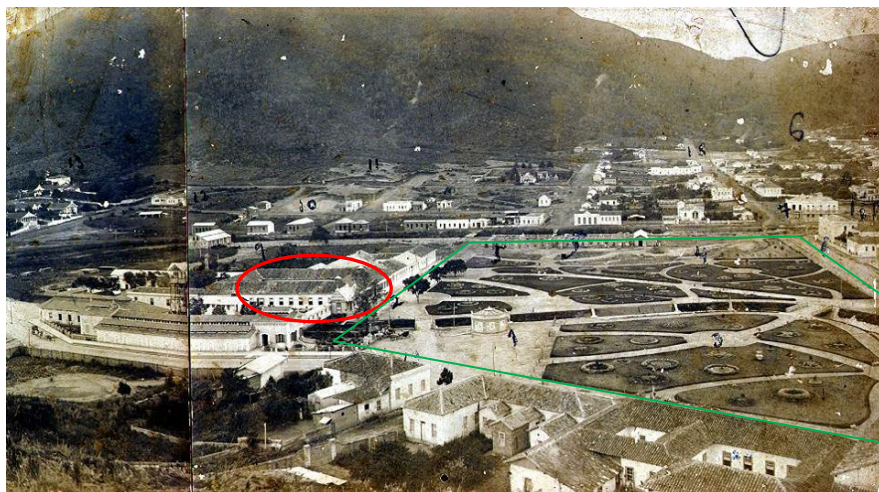


Figura 2.24: Configuração do Largo Senador Godoy. s/d. (Destaque em vermelho): Hotel da Empresa; (Destaque em verde): Largo Senador Godoy. Fonte: site: pt-br.facebook.com/viverpocosdecaldas/

No Livro de Termo de compromisso e posse da Prefeitura e do Conselho Deliberativo de Poços de Caldas de 03 de janeiro de 1905, consta o Engenheiro Carlos Alberto Maywald como inspetor de obras da Prefeitura e o Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão como secretário do Conselho Deliberativo e funcionário da Prefeitura. (OLIVEIRA, 2012, p.96)

No Relatório da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, apresentado ao Governo de Minas pelo Prefeito Juscelino Barbosa em 31 de janeiro de 1907 constam diversas resoluções. No âmbito das obras públicas pode-se destacar:

18) Avenida Francisco Salles – O serviço de terraplenagem do lado direito está quase concluído e deixou de ser continuado pela Prefeitura por se verificar que as excavações do canal que tem de abrir a Companhia Thermal darão para o aterro que falta. Ainda de acordo com o plano de geral de locação dos edifícios e parque a cargo da Companhia foi modificado o traçado da parte final dessa avenida que agora, fazendo uma graciosa curva que acompanha o canal, liga-se na praça da estação à avenida marginal do ribeirão, podendo assim ser prolongada no futuro numa extensão de perto de 4 quilômetros.

19) Canal – E este serviço mais importante feito pela Prefeitura e que já tem mostrado a sua grande utilidade. Além do benefício imediato de evitar as grandes enchentes na Villa, outro não menos importante se está verificando: o enxugo dos terrenos alagadiços da baixada do ribeirão que poderão agora, com pequenos serviços de drenagem ser utilizados como já fez a Prefeitura no Matadouro e me consta que alguns particulares estão fazendo próximo à Villa. O projecto primitivo foi modificado ligando-se ao canal que a Companhia Thermal de Poços de Caldas está construindo

dentro da Villa; essa ligação se faz na altura da rua n.1, pouco abaixo da estação.

O trecho aberto tem já uma extensão de mais de 2300 metros com 18 de largura, produzindo a excavação um volume total de 50.000 metros cúbicos aproximadamente, que têm sido aproveitados para aterro nas margens, onde a configuração do terreno o exige, e no leito velho do ribeirão.

O canal concluído com as duas marginaes de 20 metros de largura, 04 fileiras de árvores, taludes gramados – será sem dúvida um dos embelezamentos da localidade, já não se falando nas consequências benéficas que terá para a saúde pública garantindo rápido escoamento não só às correntes que, nas ocasiões de chuvas, além das cabeceiras dos dois ribeirões extensas e desabrigadas como às imundícies que a elles são atiradas e que antes eram detidas pelas águas mesmo dentro da Villa. (BARBOSA, 1907, p. 39-40)

No contrato com a Companhia Thermal de Poços de Caldas, celebrado em 21 de abril de 1906, previa-se muitas melhorias para a localidade, tais como: abastecimento de águas em toda a zona urbana da Vila, rede de esgotos, retificação e canalização dos ribeirões, macadamização das ruas, ajardinamentos, construção de um grande hotel com todas as condições de conforto e higiene com estabelecimento balneário, um teatro, um cassino, um parque e arborização da grande avenida em direção à estação da Mogyana.

Não se tratava, pois de simples melhoramentos nos estabelecimentos balneários, mas de um plano completo e

grandioso para a formação de uma estação balneária com todos os seus requisitos. (BARBOSA, 1907, p.50)

Muitas notícias circulavam em jornais e revistas falando de Poços de Caldas e principalmente colocavam a localidade como: “Terra da Saúde e da Beleza”. (Ver Figuras 2.25 e 2.26)

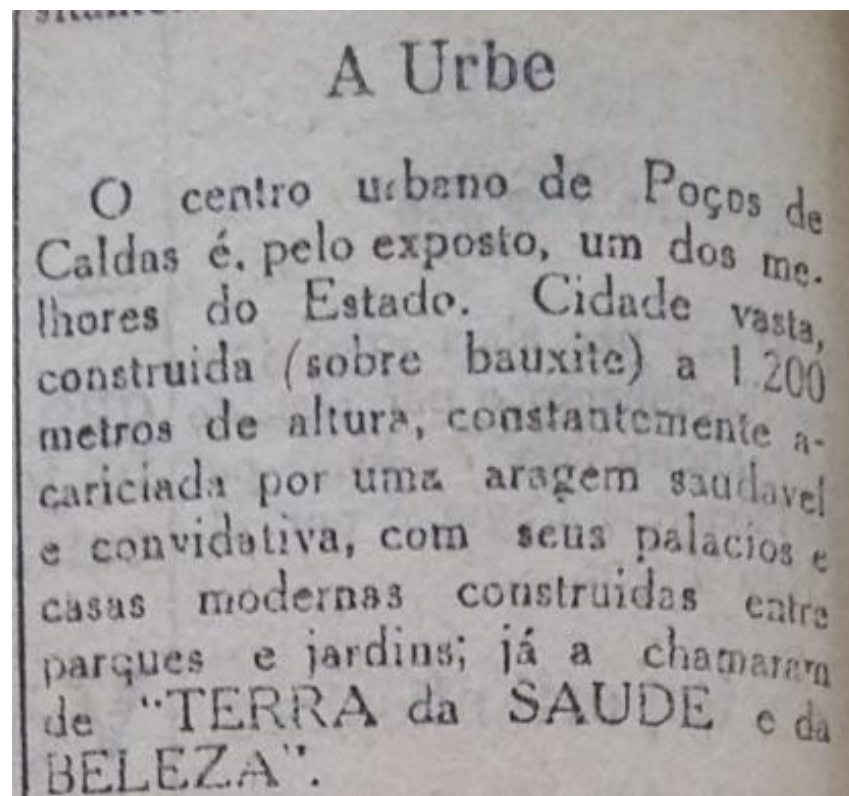


Figura 2.25: Nota sobre a “urbe”. Jornal “O ECO” – Poços de Caldas, 05 de outubro de 1943. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

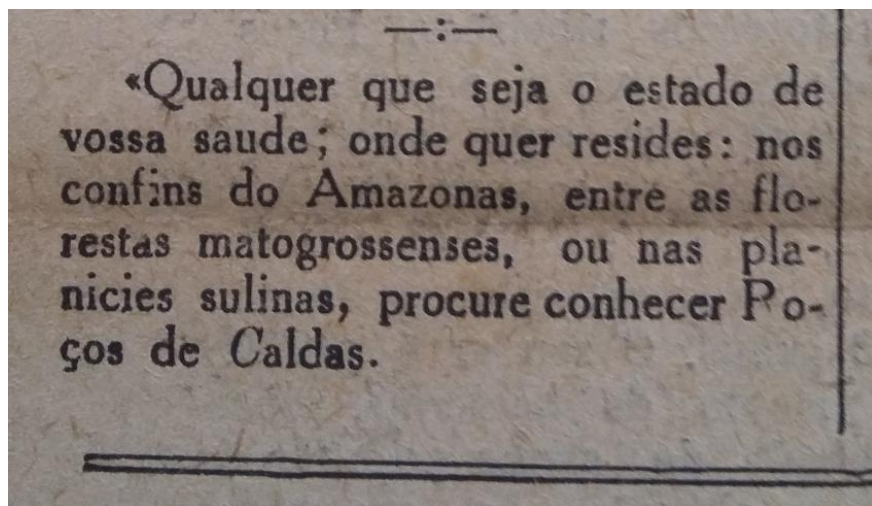


Figura 2.26: Nota com a propaganda de Poços de Caldas no Jornal "O ECO" – Poços de Caldas, 05 de outubro de 1943. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Assim, mais uma vez uma associação não obtém sucesso nos seus planos e é adquirida em 1911 pela Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas, que continuou com os projetos que estavam em andamento e tentou proporcionar real progresso à estância.

Na planta da figura 2.27, consta uma proposta para o Largo Senador Godoy (atual Praça Pedro Sanches). A planta contemplava um hotel ao centro e em suas laterais, um balneário e um cassino. Assemelha-se ao projeto executado das Termas Primitivas e do Cassino, há proposta de jardins, retificação dos

ribeirões e no grande espaço livre do jardim, propunha-se uma grande área destinada aos esportes. Não há registro de data neste documento. Porém, consta uma anotação em uma foto antiga, da coleção de José Ranauro, que pertence ao Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas, onde diz que a construção das termas primitivas teve início em julho de 1917 e foi inaugurada em 27 de abril de 1919.

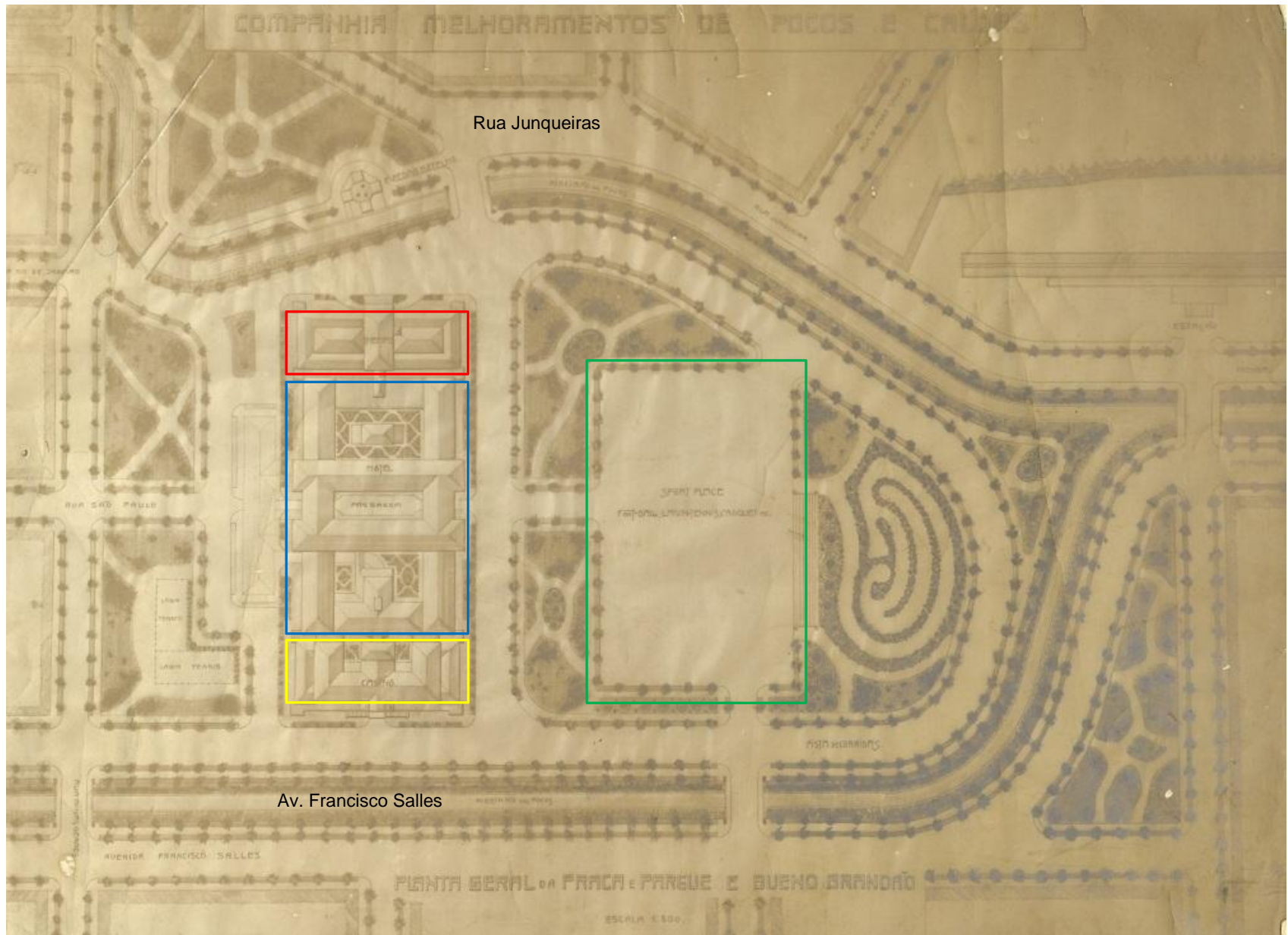


Figura 2.27: Mapa elaborado pela Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas. Planta Geral da Praça e Parque E. Bueno Brandão. (sem data) (Destaque em vermelho): Termas Primitivas; (Destaque em azul): Hotel da Empresa; (Destaque em amarelo): Cassino. (Destaque em verde): Quadra para esportes. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

O período da administração do Prefeito Dr. Francisco Escobar, entre dezembro de 1909 a outubro de 1918, foi muito promissor. Transformou a pequena Vila em uma Estância Hidromineral. Contratou o arquiteto José João Piffer e o irmão engenheiro Otto Piffer para realizar importantes projetos na cidade, entre eles: o edifício da Prefeitura, construção do Grande Hotel, do Cassino, do Teatro Polytheama e remodelou o antigo Mercado. A primeira grande obra realizada por Piffer foi a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde em 1910. Embelezou a Vila com a arborização no traçado das suas avenidas, construíram várias pontes entre elas a da Praça Columbia, macadamizou as ruas da cidade propondo alteração dos nomes das mesmas, homenageando os Estados Brasileiros. (MEGALE, 2002, p. 59)

Pela Lei nº 34, de 10 de agosto de 1910:

Autorizava o prefeito a construir um teatro polytheama na Vila. Para esse fim ficava autorizado a contratar o engenheiro José Piffer ou empresa por ele organizada. O prefeito ficava ainda autorizado a custear a construção com a quantia de 5.000\$000 réis. O construtor ficava no direito de explorar no interior do teatro, pelo período de vinte anos, espetáculos teatrais, líricos, jogos lícito e restaurante. Recebia também isenção de impostos municipais pelo prazo de dez anos. O prefeito ficava autorizado a desapropriar o terreno necessário para o empreendimento. (OLIVEIRA, 2012, p.118)

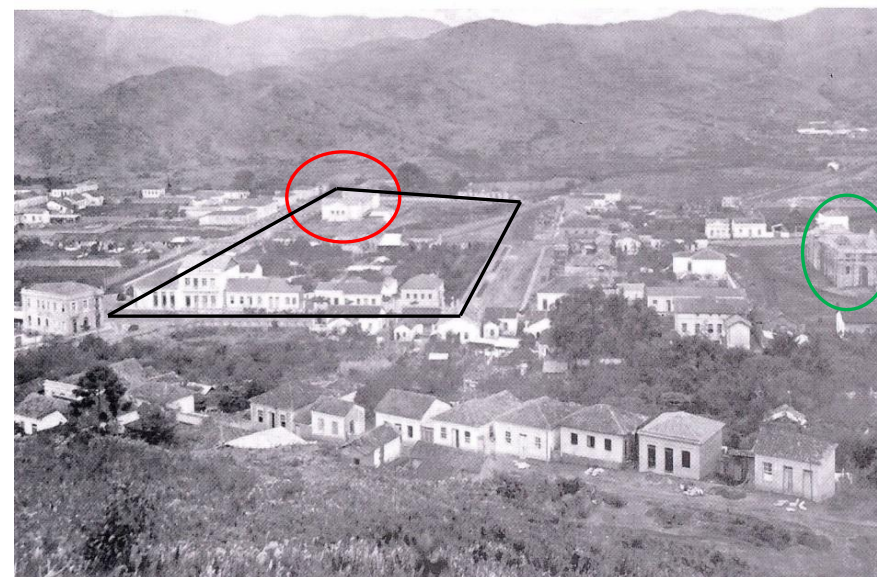


Figura 2.28: Ao fundo a Praça da Columbia (Destaque em preto) com o Balneário Mário Mourão (Destaque em vermelho) e no canto direito vê-se a construção da 1ª Matriz de Nossa Senhora da Saúde (Destaque em verde). Fonte: (MORAIS, 2006, p.12)

Segundo Ottoni, somente com o Decreto Nº 4687, de 19 de dezembro de 1916 marcou a instalação da Comarca de Poços de Caldas para 20 de janeiro de 1917 proporcionando independência jurídica ao Município.



Figura 2.29: Na Foto em destaque, a 1ª Matriz de Nossa Senhora da Saúde em 1920. Fonte: (MORAIS, 2002, p.22)

A planta da cidade elaborada por José João Piffer (ver figura 2.31) demonstra uma abordagem mais sistêmica para promover os melhoramentos da cidade. O núcleo urbano passa a ser um amplo jardim público onde se previa a construção de um novo complexo hoteleiro e balneário, maior do que o “Hotel da Empreza”, que já existia na época e que viria a ser demolido. Também é possível notar que o projeto de Piffer previa uma pequena extensão do ramal da linha da Mogyana, que chegaria aos jardins desta praça principal. A canalização dos ribeirões,

estruturando vias arborizadas, se articula com o desenho da praça. (Figura 2.30)

A Companhia Melhoramentos, de capital privado, detinha então o monopólio dos hotéis, dos banhos e do jogo na cidade, até que entrou em crise financeira, vindo a decretar falência antes de executar efetivamente todo o plano. A partir de então, o Governo do Estado de Minas associou o seu interesse aos da estância balneária, assumindo os prejuízos e financiando a construção de um complexo termal moderno.

Em 1º de março de 1914:

Foi eleito para a chefia do Executivo Federal o então Vice-Presidente, Wenceslau Brás. O início do seu mandato coincidiu com o começo da Primeira Guerra Mundial e, por conta dos abalos da guerra sobre a economia mundial, este colocou em prática políticas de austeridade econômica. Wenceslau Brás deu continuidade aos combates na região sul do país onde acontecia a guerra do contestado. Ao fim das hostilidades entre tropas legalistas e sertanejas, em 1915, contabilizou-se cerca de 20.000 mortos. (OLIVEIRA, 2012, p.119)



Figura 2.30: Título da Companhia Melhoramentos em 1919.

Fonte: <http://www.memoriadepocos.com.br/>. Acesso em: maio/ 2016.

Consta pela Lei nº 56, de 06 de fevereiro de 1914 a regulamentação das águas e esgotos:

Criava-se a repartição de água e esgoto da Prefeitura Municipal. Os serviços técnicos ficavam a cargo do engenheiro da Prefeitura. Tornava obrigatória a instalação do serviço de água e esgoto em todas as casas servidas pela rede municipal, no prazo de dez dias a contar da publicação da lei. Cada prédio ficava obrigado a possuir ao menos uma latrina e uma pia de cozinha. Todo proprietário que construísse uma latrina teria dois dias para fechar as fossas então utilizadas. Não poderia ser habitado o prédio

que não tivesse instalação de águas e esgoto. A repartição de água e esgoto ficava responsável por organizar uma tabela de preços de instalação, sujeita à apreciação do prefeito, e revista sempre que necessário. As instalações de água potável deveriam utilizar tubos de ferro galvanizado de meia polegada e os de esgoto de barro envidraçado. Quaisquer instalações clandestinas estavam sujeitas à multa de 50\$000. Ficava terminantemente proibida a abertura de fossas ou cisternas. (OLIVEIRA, 2012, p.121)

As intervenções que se podem observar, entre elas, os grandes jardins, as ruas saneadas, os calçamentos, a iluminação pública, entre outros benefícios, são influências dos princípios urbanísticos e medidas sanitaristas que vão sendo implantadas em diversas cidades brasileiras, principalmente nas capitais, neste período.

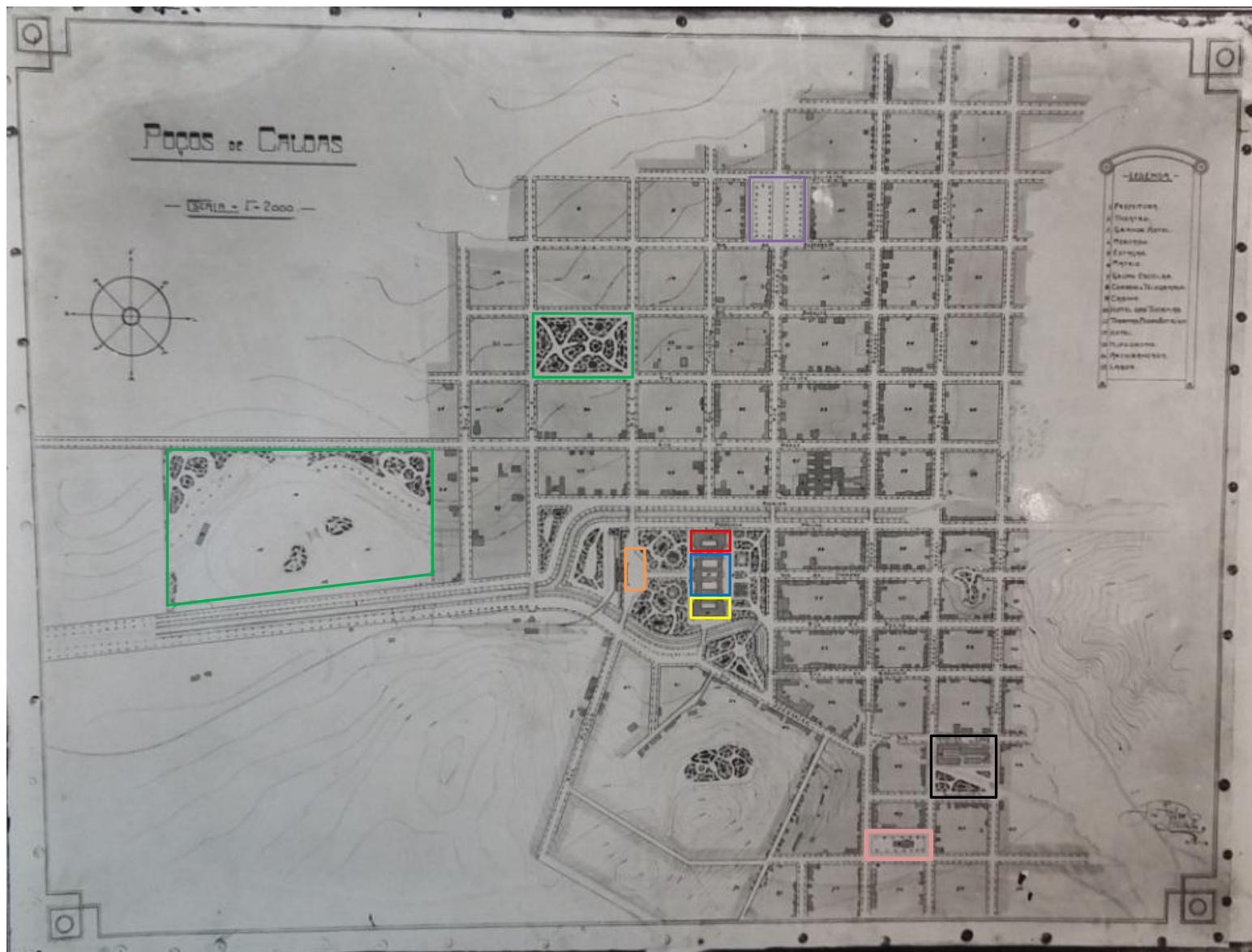


Figura 2.31:
 Planta da Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas em 1912. Projeto Arq.^o José João Piffer. (Destaque em vermelho) : Termas Primitivas; (Destaque em azul): Hotel da Empresa; (Destaque em amarelo): Cassino; (Destaque em laranja): Extensão da Estação da Mogyana; (Destques em verde): Hipódromo e lago com arquibancadas / não foram construídos; (Destaque em roxo): proposta para uma praça; (Destaque em preto): Praça dos Macacos; (Destaque em rosa): Igreja Matriz. Fonte: Arquivo IEB – USP- SP.



Figura 2.32: Av. Francisco Salles. Década de 1910. Fonte: IEB-USP-SP.

Figura 2.34: Prefeitura Municipal. Década de 1910. Fonte: IEB-USP-SP.



Figura 2.33: Av. Francisco Salles. Década de 1910. Fonte: IEB-USP-SP.

Figura 2.35: Prefeitura, Polytheama e Grande Hotel. Década de 1910.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.



O dinamismo do Prefeito Dr. Francisco Escobar (1909-1918) ampliou as atividades e o fluxo de pessoas à estância balneária, construiu o Teatro Polytheama e em seguida o Grande Hotel com um cassino com bastante luxo e conforto para a época. Como se pode observar nas figuras: 2.32, 2.33, 2.34 e 2.35 a área próxima ao Ribeirão da Serra passou por grande remodelação e embelezamento. O calçamento, o plantio de árvores, a construção de imponentes edifícios, passeios iluminados trouxeram qualidade para essa área nobre da cidade.

No período entre 1918 e 1920 foi o Dr. Policarpo de Magalhães Viotti que esteve à frente da cidade. Este realizou algumas melhorias na estância, e instalou no desativado edifício do “Grande Sanatorium”, o Grupo Escolar David Campista.

O Engenheiro Sanitarista Dr. Lourenço Baeta Neves foi nomeado Prefeito pelo Presidente de Minas Gerais Artur Bernardes e permaneceu no cargo no período entre 1920 a 1922. Dirigiu a Comissão de Melhoramentos Municipais do Estado de Minas Gerais (1910-1914) onde elaborou o trabalho denominado “Hygiene das Cidades” que abordava os problemas das cidades e propunha soluções e normas a serem aplicadas. Também fez melhoramentos na cidade aumentando a arrecadação do Município, como a aquisição das águas do Córrego Vai-Volta, sua captação e construção de caixa d’água no alto da Rua Marquês do Paraná (atual Rua Assis Figueiredo), fez serviços de higienização

em residências e hotéis, limpeza dos ribeirões, construiu o passadiço sobre o Ribeirão da Serra na Av. Francisco Salles e instalou um posto meteorológico. (MEGALE, 2002, p.61)

Segundo Baeta Neves (1922),

Nas cidades novas, nenhum problema excede de importância ao do estabelecimento ou regularização do aparelho hygienico do meio urbano, problema cuja solução deve preparar o progresso local e nunca por este esperar, conforme o pensamento elevado da máxima de Saturnino de Brito, o mestre incomparável da engenharia sanitária nacional. (NEVES, 1922, p.5)

Baeta Neves preocupava-se com as medidas sanitárias e de higiene, chegando a criar uma “taxa de melhoria” em 1921 que se destinava exclusivamente a ser empregada aos serviços de embelezamento e higienização da estância.

Em Homero Benedicto Ottoni (1960), consta o contrato do memorial de formação da Companhia Melhoramentos, a aquisição da Companhia Termal e ainda os termos de falência onde se vê a posterior formação da “Superintência dos Serviços Termas de Poços”, em 1927, como se observa no trecho a seguir.

Através do Decreto nº 7499 de 14 de fevereiro de 1927, criou-se a Superintendência dos Serviços Termas de Poços de Caldas que procedeu a completa remodelação da estância balneária, cujos trabalhos foram confiados à Prefeitura, e se distribuíam segundo os seguintes itens:

- a) receptação das fontes termas;
- b) construção de novas termas;

- c) reconstrução do Palace Hotel;
- d) construção de um grande parque jardim;
- e) construção de um novo cassino;
- f) reforma geral do serviço de águas e esgotos;
- g) pavimentação da cidade;
- h) reforma geral do serviço de força e luz;
- i) construção da estrada de rodagem.

Passaram-se mais algumas administrações até chegar a uma das mais significativas delas, a do Dr. Carlos Pinheiro Chagas, no período entre 25 de fevereiro de 1927 a dezembro de 1929. Este prefeito foi o executor das “Grandes Obras”, como ficaram conhecidas. Concretizou a falência da Companhia Melhoramentos e criou-se a “Superintendência dos Serviços Termiais de Poços de Caldas”, que procedeu a remodelação completa da estância. (MEGALE, 2002, p.63)

Pinheiro Chagas (1927) pretendia executar uma série de melhoramentos para transformar a cidade de Poços de Caldas em uma referência de estância hidromineral. O plano comportava as seguintes realizações: reforma geral dos serviços de força e luz; rede de águas, esgotos e recaptação de mananciais; calçamentos da cidade; construção de parques e jardins; construção de um hotel moderno e confortável; construção de um cassino e um novo balneário com diversas aplicações terapêuticas.

O projeto culminou com as “Grandes Obras” dos anos 1920, levadas a cabo pelo então presidente Carlos Ribeiro de Andrada. Foram edificados os prédios das *Thermas*, do *Palace Hotel* e do *Palace Cassino*. Em plena crise de 1929, o Estado seguiu despejando ali vultosa soma dos cofres públicos. Tal a inserção de Antônio Carlos no projeto e tal a articulação que aí se repete entre ciência e política, que este presidente de Minas Gerais, por aqueles mesmos anos, decidia criar a cadeira de crenologia na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Sem dúvida, as razões de ordem e econômica se entrelaçavam em razões médicas e científicas. No estudo sobre a implementação da moderna cidade balneária de Poços de Caldas, parece imprescindível equacionar o privado e o público, o local e o global, o senhorial e o moderno nas ações que amalgamam eruditos saberes médicos, interesses da gente fazendeira da terra e poder estatal num projeto que, ao cabo e acima de desavenças e desafetos, resulta comum. (MARRAS, 2004, p.54)

Foram contratados os maiores especialistas em serviços urbanos conhecidos nacionalmente na época. Para os serviços de saneamento, abastecimento de águas, rede de esgotos e embelezamento, foi escolhido o renomado Engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito⁵; para os projetos do *Palace Hotel*, *Thermas Antônio Carlos* e *Palace Casino*, o arquiteto Eduardo Vasconcelos Pederneiras; o projeto de paisagismo, execução de parques e

⁵ 5 Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu em Campos dos Goitacazes, no Estado do Rio de Janeiro em 1864 e veio a falecer em 1929. Desenvolve sua formação técnica como engenheiro civil em 1887, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

jardins foi designado ao arquiteto Reynaldo Dierberger, a recaptação das águas das fontes sulfurosas foram feitas pelo Engenheiro alemão Eugen Maurer.

O Hotel da Empreza, as Termas Primitivas e o Cassino antigo, que ficavam no Largo Senador Godoy, foram demolidos conforme as grandes obras iam se desenvolvendo e o Parque José Afonso Junqueira ia se estabelecendo.

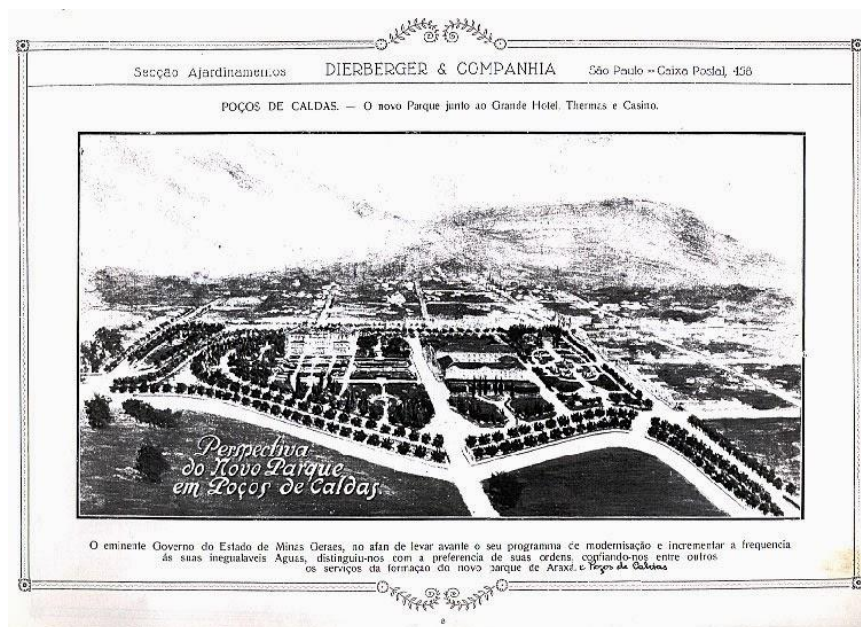


Figura 2.36: Vista do Projeto de Reynaldo Dierberger, arquiteto paisagista, que foi o idealizador do Parque José Afonso Junqueira. Fonte: (POZZER, 2001, p.54)

De semelhante importância para o futuro que se queria grandioso para a estação hidroclimática mineira – e como estrutura que repetiria ampliada adiante, a despeito do

período e das mil ocorrências que os separam – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Carlos Pinheiro Chagas cumpririam nos anos 1920, numa segunda fase importante da implantação da estação termal caldense, as promessas e visões acalentadas décadas antes. Antônio Carlos tinha formação em direito e Pinheiro Chagas em medicina. Ambos enveredaram para funções de governo para, juntos, retomar as águas ao Estado e edificar suntuosos prédios públicos das Termas, do Palace Hotel e do Cassino. É no decurso desta gestão que Poços de Caldas se transformariam num imenso “canteiro de obras”, por onde veraneou, como se dizia, a melhor sociedade brasileira dos anos 1930 e 1940 – rescaldo da belle époque. (MARRAS, 2004, p.60)

Carlos Pinheiro Chagas foi enviado à Europa para se atualizar com o que havia de mais requintado e moderno para implantar posteriormente em Poços de Caldas. Para uma nova remodelação urbana embarcou pela Europa visitando 16 estâncias, localizadas em: Portugal, Alemanha, França, Itália e Tchecoslováquia. Fazia relatórios, desenhos e descrições de tudo que ia tomando conhecimento: equipamentos, tratamentos e espaços para virem a ser replicados no Brasil.

O guia feito a favor do progresso caldense haveria de servir de roteiro de viagem para Pinheiro Chagas. Nele resumem-se as imagens que os médicos e estadistas sonhavam para a estação hidrotermal de Poços de Caldas:

É necessário um plano geral, que tenha a sua base nos erros do passado, nas necessidades do presente e nas grandes responsabilidades do futuro. (...)

O novo balneário precisa ser devidamente estudado e executado com todas as exigências da ciência hidroterápica moderna. (...)

È preciso ir à Europa agora neste verão para se apreciar quais formas as variantes hidriáticas da atualidade. (...)

A Comissão desembarcará em Bordéus, seguirá para os Pirineus, em que visitará apenas Luchon. Caunterets e Saint-Sauveur, não visitando as 30 ou 40 restantes, o que tomará muito tempo. E em seguida a uma visita rápida a Plombière e Royat, visitar Vichy, seguindo depois para Aix-le-Bains e concluindo por uma rápida visita a Carlsbad na Eslováquia, e Marienba, na Alemanha, concluindo a visita por Paris.(...)

E nessa visita, feita com uma paciência beneditina, é preciso descer a detalhes mínimos, ver tudo com interesse, minuciosamente, tomando apontamentos, levantando croquis, fazendo desenhos coloridos, tirando fotografias, organizando o engenheiro plantas as mais completas e elucidativas. (MARRAS, 2004, p.62)

Assim, Carlos Pinheiro Chagas seguiu para a Europa, exatamente como o Dr. Pedro Sanches de Lemos havia feito na virada do século, e retornou ao Brasil em setembro de 1927 para dar prosseguimento aos projetos e implantar seus novos conhecimentos.

Na planta a seguir (figura 2.37) se podem ver os mapas que fazem parte do livro: “Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais”, que foi editado em 1927, pelo Serviço de Estatística da Secretaria do Estado da Agricultura para comemorar o “Centenário da Independência no Brasil”.

O mapa retrata o Estado de Minas Gerais e suas divisas, e em detalhe ampliado, observam-se no mapa os edifícios públicos mais significativos da cidade: prefeitura, hotéis, sanatório, grupo escolar, igrejas, thermas e a implantação da cidade em escala 1/20:00.

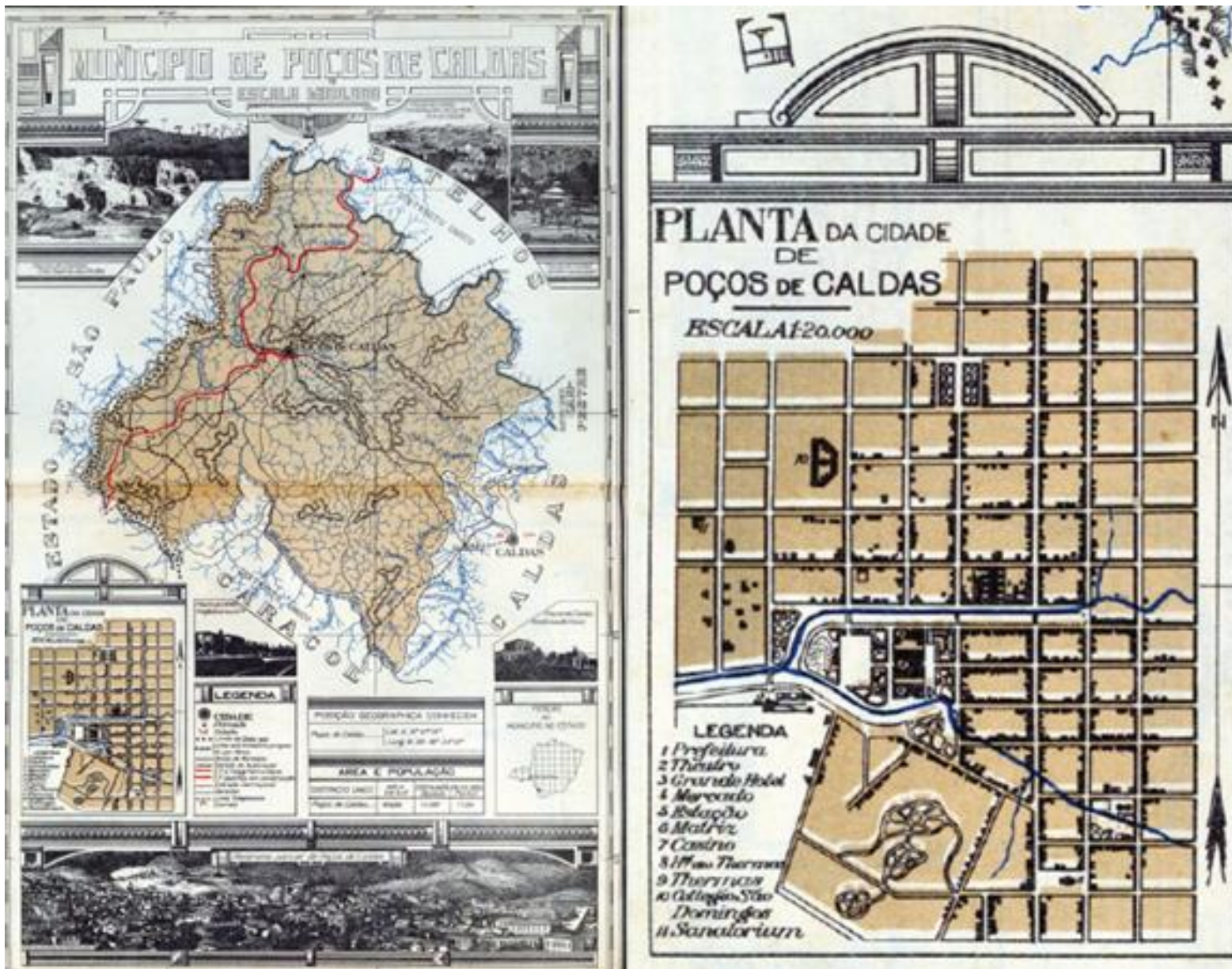


Figura 2.37: Mapa de situação do Estado de MG e destaque ampliado da cidade de Poços de Caldas em 1927.

Fonte: Site: <http://www.albumchorografico1927.com.br/indic-e-1927/pocos-de-caldas>. Acesso em fevereiro de 2016.

Pretendia-se construir uma cidade balneária aos moldes das estações balneárias européias de Luchon, Aix-le-bains e Vichy, entre outras, com muito luxo e requinte.

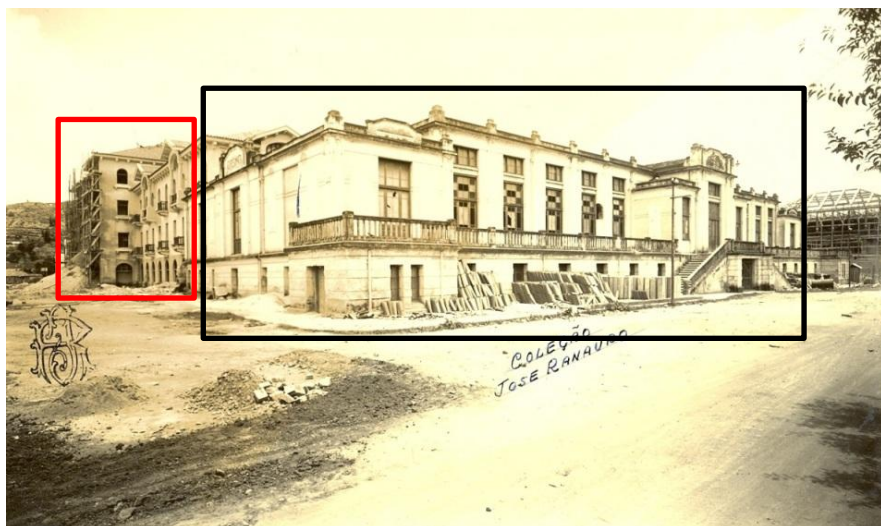


Figura 2.38: Construção do novo Palace Hotel (Destaque em vermelho) no local onde se encontrava o antigo Hotel da Empresa, as Termas Primitivas e seu Cassino (Destaque em preto), que foram posteriormente demolidos. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Assim, nos anos 1920, o Estado decidiu investir efetivamente na estância. Nesse grande projeto foi proposto construir o novo Complexo do Parque José Afonso Junqueira que contemplava um grande hotel de luxo, um cassino e um novo edifício destinado às termas. Estas novas construções envolviam

grandes nomes na época da engenharia, arquitetura e paisagismo. Os três edifícios projetados pelo arquiteto Eduardo Vasconcelos Pederneiras⁶ foram implantados em meio aos jardins elaborados por Reynaldo Dieberger⁷, e para os projetos de saneamento e abastecimento de água da cidade, o renomado engenheiro sanitário Saturnino de Brito foi o escolhido.

O *Palace Casino* foi construído com pinturas artísticas e todo o mobiliário renovado. O Palace Hotel iria ser concluído em 24 meses e iria ter um mobiliário digno para esse hotel, trazendo luxo e requinte. Inaugurado o Palace, reformado o Balneário dos Macacos, a água sulfurosa acabou sendo retirada do Grande Hotel, que passou à categoria também de hospedagem, porém sem o privilégio de água sulfurosa exclusiva para seus hóspedes. Então a água sulfurosa do grupo Pedro Botelho concentrar-se-ia somente no balneário das Termas Antônio Carlos, anexo ao Palace Hotel, cujos hóspedes seriam os únicos privilegiados. E

⁶ 6 Eduardo Vasconcelos Pederneiras foi o engenheiro responsável pelo projeto das Termas Antônio Carlos, Palace Hotel e Palace Casino de Poços de Caldas (MEGALE, 2002, p.35)

⁷ 7 Reynaldo Dieberger, célebre paisagista nascido em São Paulo e radicado em Campinas. (MOURÃO, 1988, p.110)

assim esperava-se desenvolver ainda mais a vida na estância. (MOURÃO, 1952, p.103)

O *Palace Casino* foi inaugurado em 1931, superava em luxo seus similares europeus, atraindo grande número de pessoas. Mais tarde foram construídos os cassinos da Urca, do Hotel Quissisana, o Líder, o Imperial e o Imperial Azul. Havia casas de jogos, como o Gibimba, que não fechavam suas portas, dando assim a oportunidade aos banhistas (que naquele tempo eram muitos) de testarem a sua sorte antes ou depois do banho termal. (MAIA, 1923 apud MEGALE, 2002, p.36)



Figura 2.39: Vista principal do Palace Hotel. Anos 30. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Diante de todos os melhoramentos que iam sendo realizados na cidade, não poderia deixar de referir o importante trabalho de saneamento que foi realizado em toda a cidade.



Figura 2.40: Enchente em 1926. Este trecho compreende a atual Rua Assis Figueiredo e a Rua Prefeito Chagas. Fonte: MORAIS, 2004, p.27

Desde a década de 1920, a estância enfrentava graves problemas de abastecimento, saneamento, salubridade e principalmente sofria com enchentes, que inundavam grande parte do centro da cidade. No ano de 1926, ocorreu uma grande inundação provocada por muitas horas de chuva intensa, atingindo um metro acima do nível do calçamento das ruas.

O Engenheiro Saturnino de Brito realizou diversos projetos e obras em 53 cidades brasileiras, ao longo de todo o período da Primeira República (1889-1930), entre elas as cidades de: Santos, Vitória, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e também em Poços de Caldas por volta do ano de 1928. Além de sanear as cidades, elaborava seus planos de extensão e buscava “aformosear” a paisagem da cidade. Embelezar, higienizar e modernizar fazia parte dos seus ideais de cidade.

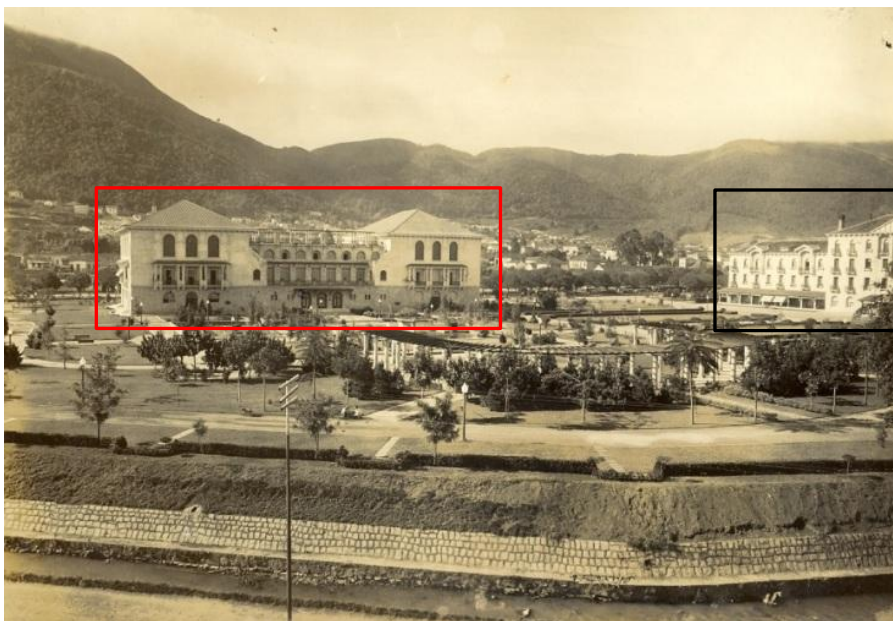


Figura 2.41: Vista do Parque José Afonso Junqueira. Anos 30. (Destaque em preto): *Palace Casino*; (Destaque em vermelho): *Palace Hotel*.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

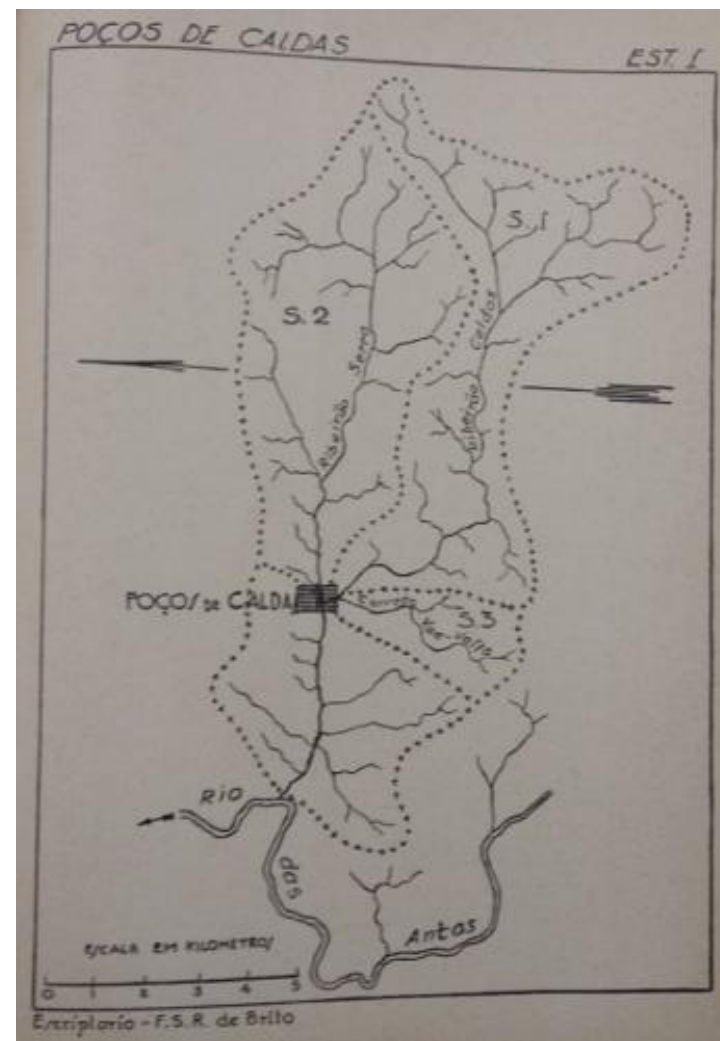


Figura 2.42: Projeto de Saneamento e Embelezamento para Poços de Caldas, elaborado por Saturnino de Brito em suas Obras completas de Saturnino de Brito: *Projetos e Relatórios: Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas – volume XIII* - Fonte: (BRITO, 1944, p. 263)



Figura 2.43: Anteprojeto de Expansão de Saturnino de Brito para a cidade em 1928. Retificação dos Ribeirões: da Serra, das Caldas e dos Poços. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

O saneamento, o embelezamento, arborização das ruas, a criação de grandes avenidas-parques eram elementos marcantes nas propostas feitas por Saturnino de Brito.

Enfim, a engenharia sanitária de Saturnino de Brito, ao propor um novo traçado para as cidades brasileiras, e, portanto, também um novo modo dele ser definido, redesenham as cidades, criando uma imagem urbana moderna, radicalmente diversa daquela da cidade colonial brasileira, ainda que adequada às características tropicais e subtropicais – tanto do ponto de vista climático como social – do País. Ao invés dos lotes estreitos do tecido urbano colonial, que resultam em quarteirões insalubres, Brito propõe lotes amplos, com largura suficiente para se garantir insolação e iluminação adequadas, em quarteirões salubres com vielas sanitárias e pequenos jardins internos, assim como avenidas de fundo de vale e avenidas-parques, praças e jardins onde estarão instalados os edifícios com equipamentos do sistema de saneamento (estações elevatórias, usinas de tratamento dos esgotos) e banheiros públicos. A cidade como manufatura e sua maquinaria urbana serão concebidos por Brito e a partir de uma racionalidade técnica que irá esmiuçar o desenho de cada elemento urbano, bem como o de cada peça sanitária. (ANDRADE, 1992, p. 223)

As “artes” para Saturnino de Brito eram uma conciliação entre a estética e a técnica. Havia uma grande preocupação com a concepção estética, a monumentalidade, a criação de longas ruas e avenidas ligando pontos importantes da cidade. Saturnino buscava evidenciar edifícios e obras significativas das cidades,

criando grandes praças e espaços de lazer, passeios, áreas arborizadas que embelezavam a cidade.

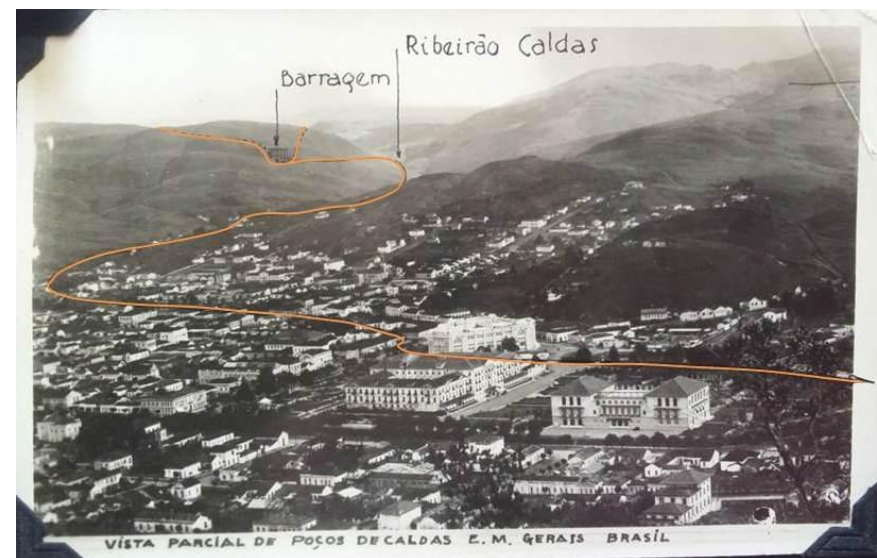


Figura 2.44: Percurso do Ribeirão das Caldas em direção à Represa Saturnino de Brito. Décadas de 1930 - 1940. Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

O traçado da cidade de Poços de Caldas foi definido por vias construídas ao longo do curso de seus ribeirões. Tais vias permanecem, até hoje, como eixos estruturadores do tecido urbano, e a partir das mesmas desenvolveu-se o traçado de outras ruas e bairros, característicos da sua paisagem.

Os tratamentos com as terapias termais iniciaram um processo de melhoramentos no espaço físico da cidade balneária, uma vez que além dos tratamentos, o divertimento e o lazer também faziam parte da cura. A beleza e o luxo da cidade atraíam cada vez maior número de pessoas em busca de cura, mas também veranistas. A necessidade de espaços com mais qualidade, arborizados e são ia transformando a paisagem de Poços de Caldas. Instalava-se uma nova maneira de urbanizar a estação hidromineral. O espaço dos tratamentos termais não era apenas local de sanar doenças, mas inseria novas práticas sociais e culturais. Era uma localidade aprazível com hotéis, passeios, bailes, cassino, apresentações e shows de renomados artistas brasileiros da época.

Em Poços de Caldas, esses passeios programados e instituídos pela terapia termal ganhavam elemento publicitário de primeira ordem, sobretudo dos médicos, que viam na topografia específica do território, complemento essencial das indicações médicas. A beleza natural dos morros e dos campos; [...] compunham naquele momento, a variedade de atividades que o indivíduo era obrigado a participar durante a temporada. [...] O contato com a natureza [...], tinha para esses médicos um duplo sentido. Primeiro, porque atuava como parte do tratamento higiênico quando respiravam bons ares e segundo porque era através desses passeios que os curistas poderiam controlar as suas emoções evitando sentimentos de tédio na estação. Este aliás, sentimento muito comum naquelas pessoas que escolhiam as caldas como recurso terapêutico. A chegada de novos balneantes e também diversas toilettes das senhoras e senhoritas no ramal da Mogyana funcionavam

como um bom atenuador desse sentimento, afinal de contas, as novidades estariam garantidas até a chegada da próxima locomotiva na estação. (MARRICHI, 2015, p.175)

A cidade de Poços de Caldas assenta-se no vale das confluências de três ribeirões retificados: o da Serra, o das Caldas e o dos Poços. O Ribeirão dos Poços se une ao Rio das Antas nas proximidades da Cascata do mesmo nome e juntos recebem o nome de Rio Lambari até desagurem no Rio Pardo. O Ribeirão das Caldas se origina das vargens das Caldas, atravessa a estância de Poços de Caldas, passando junto às nascentes de águas termais e se une ao Ribeirão dos Poços. No início do curso do Ribeirão das Caldas forma-se a Represa Saturnino de Brito, inaugurada em 16 de fevereiro de 1935, que foi construída para conter as enchentes que ocorriam naquela época na cidade. Na região mais central da cidade, próximo à Praça Dom Pedro II, mais conhecida por Praça dos Macacos, o curso do ribeirão segue a céu aberto e continua uma parte subterrânea até encontrar o Córrego Vai-e-Volta, unindo-se também ao Ribeirão dos Poços. O Ribeirão da Serra deu origem à atual Avenida Francisco Sales e próximo ao Parque José Afonso Junqueira também se une ao Ribeirão dos Poços. Mais tarde, nos anos 1950 também foi construída mais uma represa, a do Bortolan.

No fim do ano de 1929, o Dr. Carlos Pinheiro Chagas, abandonou a Prefeitura de Poços de Caldas, para seguir uma

carreira como Deputado Federal. Assim, assumiu a Prefeitura em dezembro de 1929 o Sr. João Afonso Junqueira, um dos filhos mais novos do Coronel Agostinho Junqueira, tendo uma administração extremamente criteriosa para dar continuidade a todas as benfeitorias que a cidade havia alcançado e permaneceu no cargo até setembro de 1930. A seguir, Ademaro de Faria Lobato foi nomeado pelo Presidente de Minas Gerais, assumindo a prefeitura em 1930 em um período muito conturbado pela revolução até ser afastado do cargo em 1931. Até chegar a administração do Engenheiro Francisco de Paula Assis Figueiredo, que permaneceu à frente da cidade entre 1931 a 1939.



Figura 2.45: Planta do Parque José Afonso Junqueira e ocupação dos lotes do entorno da praça central. Data aproximada entre 1930 e 1940.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

No tempo do prefeito Francisco de Paula Assis Figueiredo (1931- 1939), foi quebrado o monopólio do jogo em Poços de Caldas, surgindo boates e cassinos com grandes vantagens para os cofres públicos, pois as casas de jogos proporcionavam vultosas rendas ao município. Engenheiro empreendedor calçou toda a cidade com asfalto e paralelepípedos, construiu a Represa “Saturnino de Brito”, afastando definitivamente o flagelo das enchentes; iniciou as obras do aeroporto, inaugurado em 1938, facilitando o transporte aos turistas de regiões mais distantes. Trouxe ainda para Poços de Caldas os Irmãos Maristas, resolvendo o problema da educação secundária para os meninos. Deu início a uma propaganda turística tão eficiente, que incrementou a vinda da alta cúpula social e política do Brasil e do estrangeiro para Poços de Caldas. (MEGALE, 2002, p.36)

Em 1935, nota-se esse núcleo central formado, a praça principal, o Parque José Afonso Junqueira, a malha urbana já consolidada, os ribeirões retificados e uma maior concentração urbana da cidade. O período entre os anos de 1917 e 1939 foram verdadeiramente os anos líderes na frequência, não tanto da cura como de uma concorrência extremamente rica, com hábitos da vida européia, entre outras exigências sociais ligadas à elegância de vir passar temporadas em uma estação de águas. (MOURÃO, 1952, p.294)



Figura 2.46: Foto aérea de 1935 mostrando a configuração urbana da cidade.
Fonte: CD-ROM Memorial Enciclopédia Municipal Eletrônica em Multimídia de Poços de Caldas – 2002.

As notícias de propagandas da cidade eram sempre mostrando todas as belezas e riquezas da cidade. Procuravam mostrar também o grande empenho dos administradores no desenvolvimento da estância.

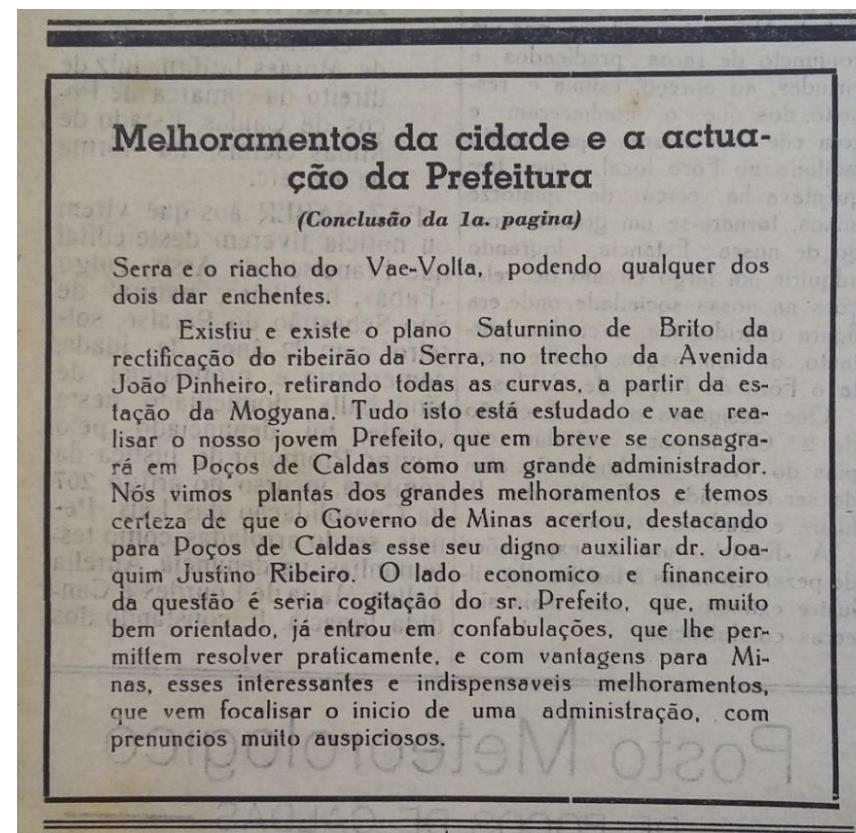


Figura 2.47: Nota na Revista de Poços de Caldas em 08 de outubro de 1939, sobre os melhoramentos que estavam sendo feitos pelo Prefeito Joaquim Justino Ribeiro em sua administração (1939 – 1945). Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

O Prefeito Municipal Sr. Joaquim Justino Ribeiro administrou a cidade no período de 1939 a 1945 efetuando grande investimento em obras de embelezamento da cidade, havia

também grande preocupação em divulgar a cidade de Poços de Caldas para o Brasil e o mundo.

Consta na Revista de Poços de Caldas de 27 de agosto de 1939, que durante a administração de Justino Ribeiro foi solicitado pelo Governo Federal que fosse elaborado um levantamento de mapas de todos os municípios brasileiros. De acordo com o Decreto- Lei Federal Nº. 311, o Governo de Minas baixou o Decreto Nº. 148, fixando um prazo até o último dia, ainda do mês de agosto para ser apresentado ao Conselho Nacional de Geografia podendo, o município que não o apresentar, ter sua autonomia cassada. (ver figura 2.48)

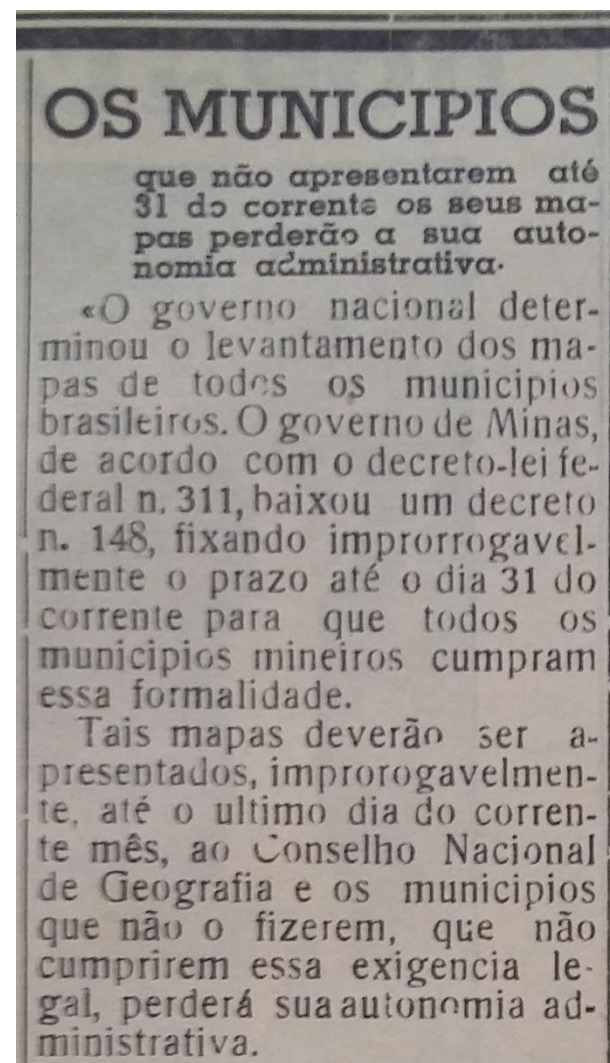


Figura 2.48: Nota na Revista de Poços de Caldas em 27 de agosto de 1939, solicitando levantamento de mapas dos municípios brasileiros. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Posteriormente, ainda na administração de Joaquim Justino Ribeiro, foi solicitado o levantamento da planta cadastral em 1943 pelo Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais que demonstrava toda a configuração da cidade naquele período. Observa-se nota no jornal “O ECO”, de 05 de outubro de 1943 (figuras 2.49 e 2.50), citando a finalização desse levantamento que vinha sendo feito há um ano por uma equipe especializada.



Figura 2.49: Página no Jornal “O ÉCO” em 05 de outubro de 1943, cumprimentando o Prefeito Joaquim Justino Ribeiro pelo seu aniversário, salientando seus feitos. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

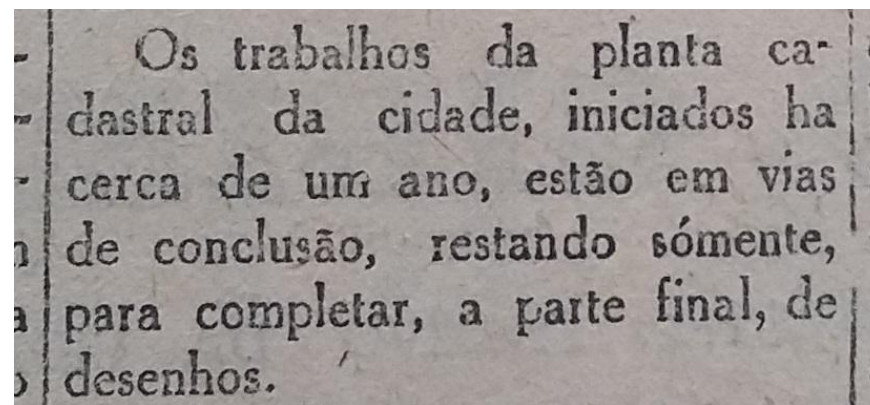


Figura 2.50: Detalhe ampliado da página do jornal “O ECO” em 05 de outubro de 1943, citando o andamento da execução da planta cadastral de 1943.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Nesse levantamento pode-se observar o Complexo Hidrotermal do Parque José Afonso Junqueira consolidado, os ribeirões retificados, as praças, os edifícios históricos mais importantes da cidade: Hotel, Cassino e Thermas, o entorno, os lotes e sua ocupação.

O levantamento cadastral de 1943, contempla 26 pranchas que demonstram a configuração da cidade naquele período. Entre essas, obteve-se acesso à 25 destas pranchas. Posteriormente, serão utilizados para a análise morfológica da cidade, este conjunto de plantas cadastrais.

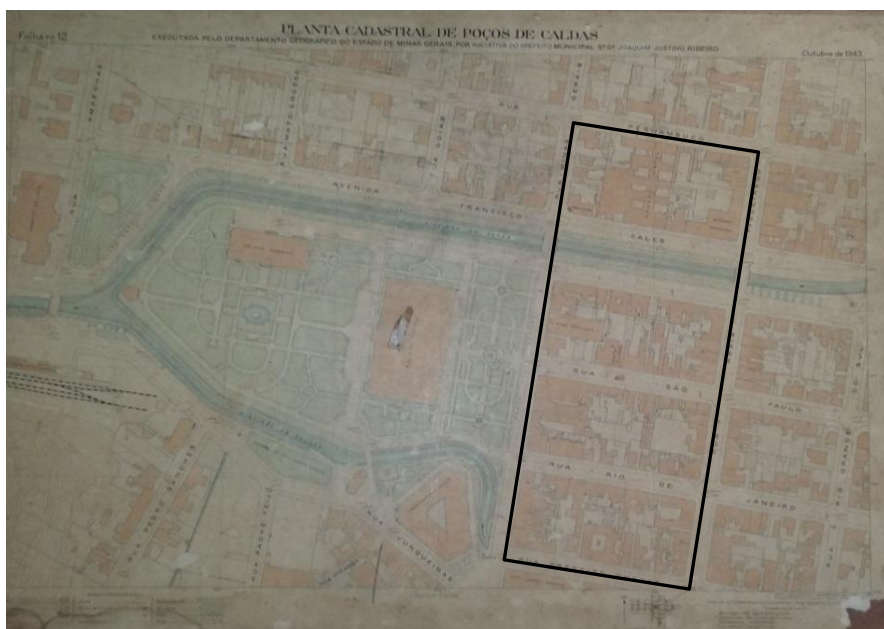


Figura 2.51: Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943 – Prancha nº 12. Posteriormente esta prancha será utilizada para o estudo dos quarteirões (Destaque em preto) no entorno da Praça Pedro Sanches. Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas – Secretaria de Planejamento de Poços de Caldas.

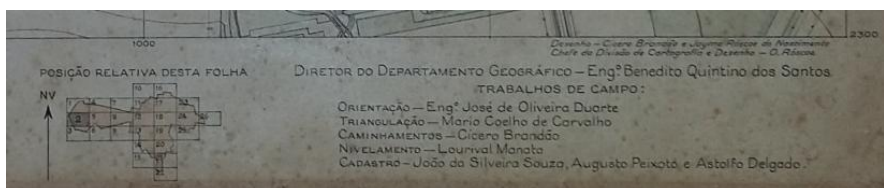


Figura 2.52: Detalhe da equipe técnica da Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943. Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas – Secretaria de Planejamento de Poços de Caldas.

Ao consultar os registros da administração do Prefeito Joaquim Justino Ribeiro no Arquivo Municipal de Poços de Caldas buscou-se complementar as informações relativas à Planta Cadastral de 1943.

Para executar esse levantamento foi ordenado pelo prefeito um Decreto Municipal pedindo um crédito adicional ao Governo de Minas Gerais para conseguir realizar esse trabalho.

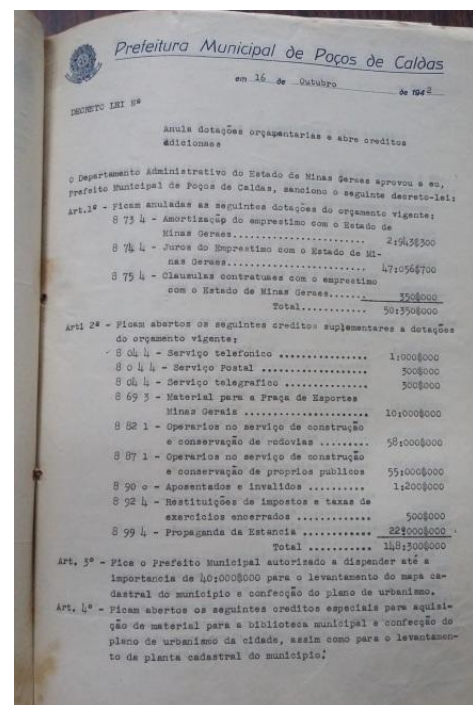


Figura 2.53: Decreto Lei Municipal Nº. 39 de 16 de outubro de 1942 que autoriza o gasto adicional com a planta cadastral. Fonte: Arquivo Municipal de PC.

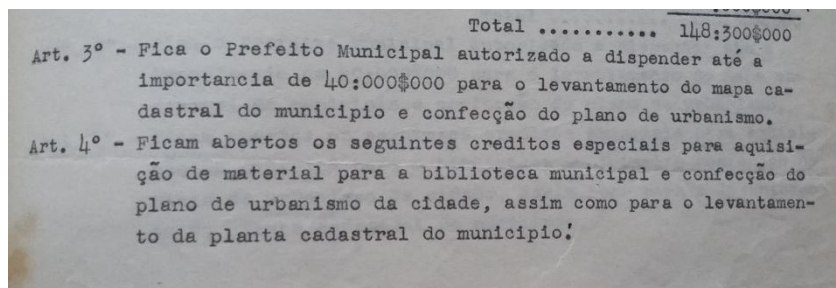


Figura 2.54: O destaque é para o Decreto Lei Municipal Nº 39 de 16 de outubro de 1942 que autoriza o gasto adicional com a planta cadastral. Fonte: Arquivo Municipal de Poços de Caldas.

Foi contratada uma equipe técnica que veio de Belo Horizonte para realizar esse trabalho da planta cadastral coordenado pelo Engenheiro Benedito Quintino dos Santos do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais. Encontraram-se correspondências entre o Prefeito Justino Ribeiro e o Engenheiro Benedito Quintino planejando as necessidades e requisitos para execução do trabalho.

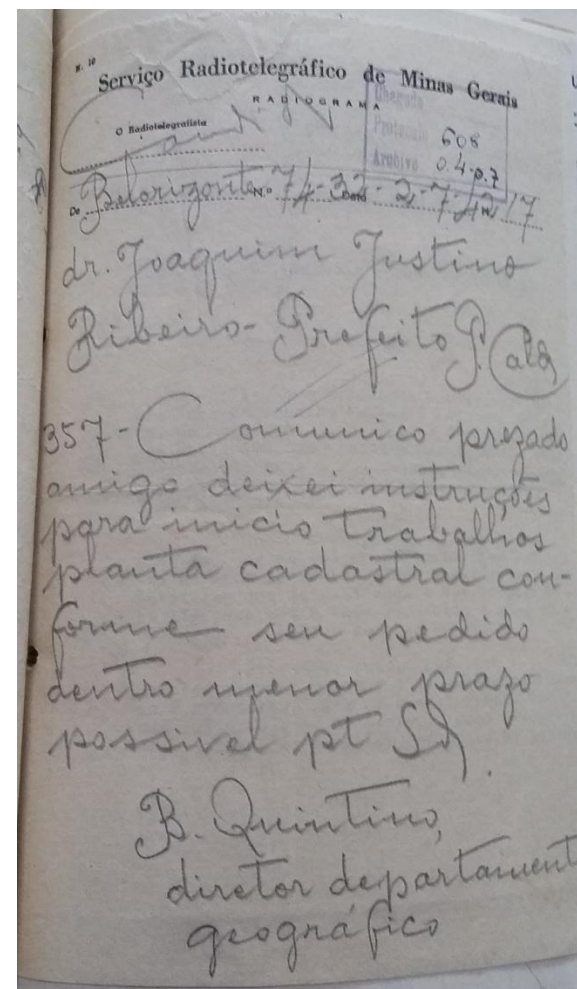


Figura 2.55: Correspondência trocada entre o Prefeito Justino e o Engenheiro Benedito Quintino dos Santos para elaboração da planta cadastral. Fonte: Arquivo Municipal de PC.

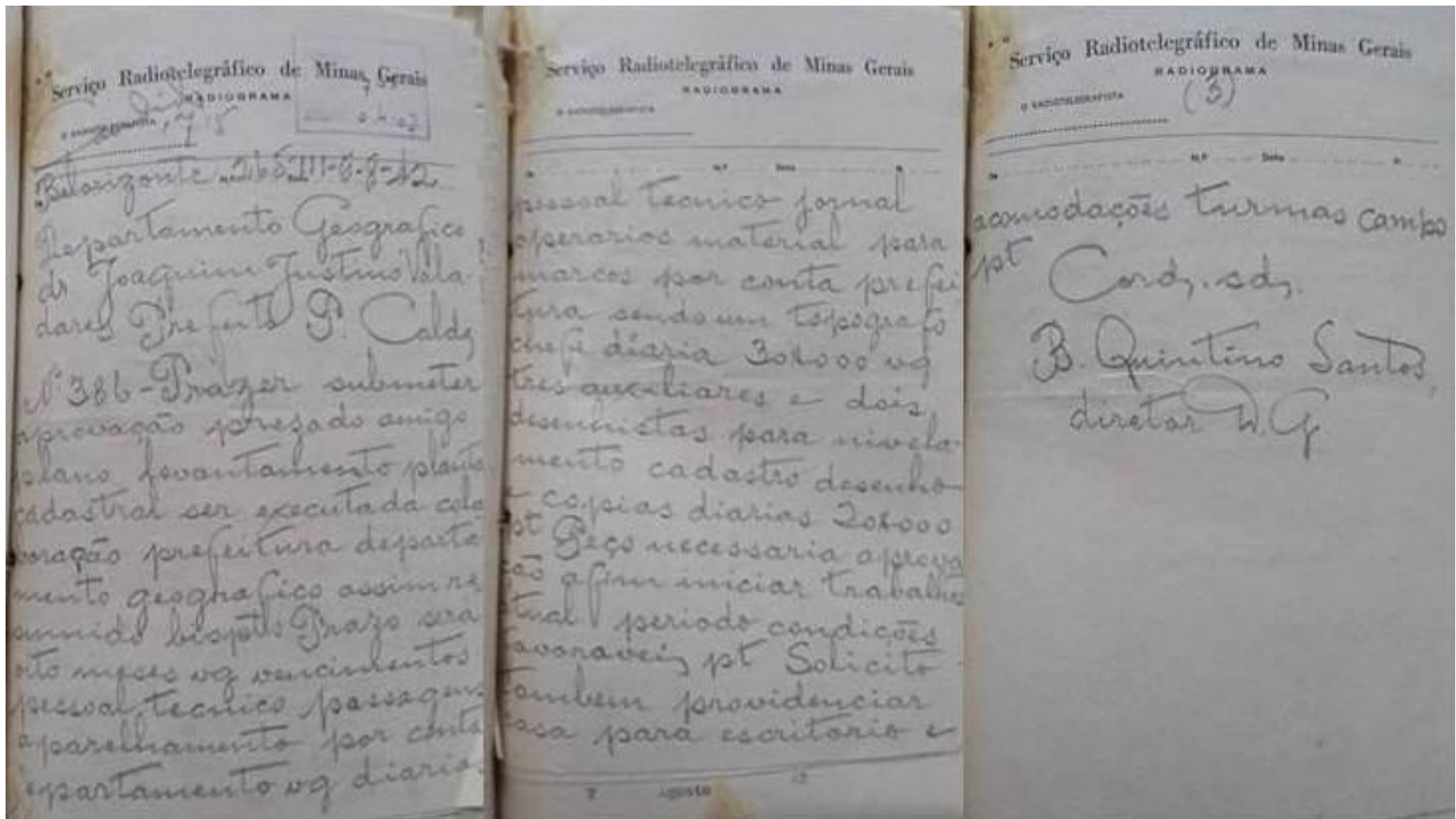


Figura 2.56: Correspondência trocada entre o Prefeito Justino e o Engenheiro Quintino com providências a serem tomadas para a execução da planta cadastral em 06 de agosto de 1942. Fonte: Arquivo Municipal de PC.

No Arquivo Municipal também foram encontrados relatórios que citavam um Plano Geral de Urbanização para a cidade de Poços de Caldas, o qual estaria sendo proposto por um escritório de engenharia de Belo Horizonte em 1942, coordenado pelo Engenheiro Lincoln de Campos Continentino, que era um profissional muito importante na época, e que trabalhava com planos de expansão para diversas cidades brasileiras, entre elas, a cidade de Belo Horizonte e a Estancia Hidromineral de Araxá.

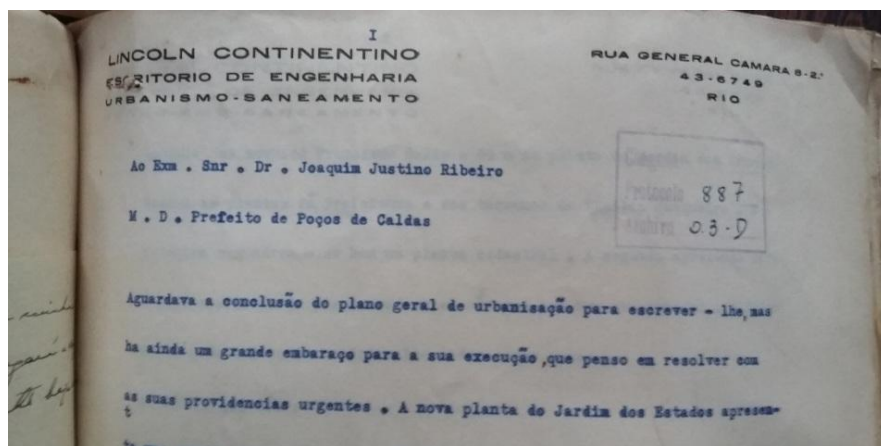


Figura 2.57: Detalhe do relatório do Engenheiro Lincoln Continentino para o Prefeito de Poços de Caldas em meados de 1942. Fonte: Arquivo Municipal de PC.

Não foi encontrado nenhum registro com a data da entrega final da planta cadastral à Prefeitura, mas há indícios de que foram finalizadas em 1944.

O Prefeito Justino Ribeiro teve uma administração muito interessante e ativa em relação às questões urbanísticas da cidade. Sucedeu à administração o Prefeito Resk Fraya que veio a ser nomeado em novembro de 1945 e permaneceu até 06 de fevereiro de 1946. A seguir o Prefeito Nilo Gomes, administrando entre fevereiro de 1946 até janeiro de 1947, quando enfrentou graves problemas políticos e econômicos.

A Descoberta da penicilina como antibiótico (1940) e a proibição dos jogos de azar no Brasil no Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946), foram dois importantes acontecimentos que afetaram a fonte de recursos econômicos da estância, contribuindo para um período de decadência em Poços de Caldas. Não só o turismo tinha se desenvolvido neste período histórico, mas todos os setores da vida pública. As indústrias hoteleiras, de laticínios, doces e vinhos, eram as grandes beneficiadas pelo fato de estarem diretamente ligadas ao movimento turístico. O café continuou sendo um dos mais importantes produtos da região. A Casa Bancária Moreira Salles e os bancos: da Lavoura e do Comércio e Indústria eram os principais estabelecimentos financeiros na cidade. (MEGALE, 2002, p.37)

Este movimento turístico de elevado nível cessou repentinamente com o decreto baixado em 1946, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que suprimiu o jogo em todo o país. A determinação governamental foi um rude golpe para as estâncias hidrominerais, que passaram por uma fase de inatividade, custando a se refazerem economicamente. (MEGALE, 2002, p.37)

Houve uma grande necessidade de se encontrarem novas alternativas para movimentar a cidade. Optou-se, então, pelo desenvolvimento da extração de riquezas minerais no Planalto de Poços de Caldas. A exploração de minérios, entre eles: o zircônio, o manganês, o urânio e principalmente a bauxita se tornaram grande fonte de renda para o Município.

A Penicilina

O mais espantoso fato a respeito da penicilina, a nova droga maravilhosa, é que a mesma procede de uma das mais baixas e mais desprezadas formas de vida vegetal: o bolor comum.

Foi em 1929 que o professor Alexander Fleming, da Universidade de Londres, observou que um prato sobre o qual estavam se desenvolvendo germes «staphylococcus» havia-se contaminado com bolor. O cientista filtrou a massa de material e, para sua surpresa, descobriu que o líquido filtrado era extremamente eficaz na prevenção do desenvolvimento do «staphylococcus». Concluiu que, durante o processo de vida do bolor, era escretado o *Penicillium Notatum*, um agente inibidor que roubava ao impiedoso germem *staphylococcus* sua capacidade de reprodução.

Não se dedicou muita atenção a esta descoberta científica e as renomadas drogas sulfanilâmidas apareceram no cenário médico, para reavivar a velha confiança na ciência quimioterápica.

O grande cientista católico Louis Pasteur provou ao mundo, em fins do século XIX, que os fenômenos como a fermentação e a doença são causadas por bactérias, organismos vivos e microscópicos. Desde essa momentosa descoberta, o homem vem travando uma luta incan-

çavel para controlar os danos causados por essas minúsculas formas de vida.

Durante muitas décadas, deve ter sido aparente existir algum oculto poder curativo na lama em que os jovens brincavam, nos bairros pobres, em seus anos de infância, pois esses jovens sobreviviam, cresciam e tornavam-se cidadãos sadios. De acordo com todas as regras de bacteriologia, a lama e os produtos deteriorados e embolorados são campos de criação de algumas das mais perigosas bactérias conhecidas pelo homem. No entanto, mais recentemente, os cientistas que se dedicam a pesquisas médicas extrairam da nossa humilde e velha terra produtos químicos que possuem poderes anti-bactéricos ainda não sonhados. E essa descoberta auxiliou a explicar o que parecia ser uma anomalia: crianças saudias, crescendo e brincando na lama.

BAZAR BRASIL
Novidades para presentes
Brinquedos, jornais, revistas e figurinos.
Rua Prefeito Chagas 138 Fone-856

O E'CO

ANO III — NUM. 257

Figura 2.58: Nota no Jornal "O ÉCO" de Poços de Caldas em 22 de janeiro de 1944, sobre a descoberta da Penicilina. Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

CAPÍTULO

UM ESTUDO DE MORFOLOGIA
URBANA APLICADO À REGIÃO
CENTRAL DE POÇOS DE CALDAS

03

A partir do levantamento dos estudos morfológicos desenvolvidos na Europa e da pesquisa histórica relativa à cidade de Poços de Caldas, apresentados nos capítulos 1 e 2, respectivamente, demonstrar-se-á no capítulo 3, uma análise morfológica do tecido urbano de Poços de Caldas.

Utiliza-se como referência para analisar a cidade, as linhas conceituais dos estudos de morfologia urbana da escola francesa feitos por Philippe Panerai e o trabalho da professora Stael A. P. Costa, baseado nas escolas inglesa e italiana¹.

De acordo com Costa (2014), o conceito de Morfogênese desenvolvido por M.R.G. Cozen é adequado para entender a formação de “paisagens urbanas históricas”. Como apresentado no capítulo 1, para M.R.G. Cozen, “historicidade” e “palimpsesto” são conceitos complementares para compreender a formação da paisagem urbana, pois o desenvolvimento histórico das cidades produz a acumulação de formas, que se sobrepõe em um determinado espaço físico. Cada período histórico deixa, portanto, suas marcas impressas na paisagem urbana e pode ser

¹ 1 - A professora da Escola de Arquitetura da UFMG, Stael A. P. Costa, em co-autoria com Maria Manoela Gimmler Netto, no livro: Fundamentos de Morfologia Urbana, de 2015, estuda as escolas de morfologia urbana italiana e inglesa, e aplica seus conceitos e métodos no estudo de caso da cidade de Ouro Preto.

reconhecido como um “período morfológico”. (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.64-5).

Costa aponta que para M.R.G. Cozen, o conceito de “Morfogênese” explica a ideia de origem, de gênese da forma urbana, sempre entendida a partir de um processo histórico. Dessa forma, os centros históricos urbanos são lugares privilegiados para estudar tais processos, pois na qualidade de lugares fundacionais, neles a sobreposição de camadas históricas se intensifica.

A metodologia de análise desenvolvida por M.R.G. Cozen propõe que os processos morfológicos da paisagem urbana podem ser traduzidos em “Períodos Morfológicos”. O autor sugere ainda que os “Períodos Morfológicos” devem se apoiar nos estudos de outras disciplinas, sobretudo a História.

Os períodos morfológicos são definidos como parte de processos de transformação cultural contínua, no qual a história geral e regional, a história do planejamento urbano, o urbanismo, a arquitetura, a tecnologia, a economia e outros aspectos relevantes da cultura estão todos presentes. (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p.69)

Como demonstrado no capítulo 2, a formação histórica de Poços de Caldas pode ser dividida em quatro fases significativas. Cada uma dessas fases imprime suas marcas na paisagem urbana e corresponde à produção de registros cartográficos e de planos que demonstram as estratégias de ocupação do território e

de desenvolvimento da cidade. Essas fases podem ser entendidas como quatro “Períodos Morfológicos” e seus principais registros, que permitem compreender a sobreposição das intervenções no espaço são os seguintes:

- **1º Período:** A Descoberta das águas sulfurosas e seus povoadores (de 1760 até aproximadamente 1800)
 - o Cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais
- **2º Período:** A Fundação da cidade (aproximadamente período entre 1800 e 1872)
 - o O primeiro registro do povoado em 1826 solicitado pelo Governo da Província de Minas Gerais, o levantamento feito pelo Engenheiro Reis Brandão de 1865.
- **3º Período:** A Exploração das águas e o desenvolvimento da cidade por concessionários particulares (de 1872 a 1900)
 - o O plano urbanístico de 1872, o projeto do Engenheiro Maywald de 1880.
- **4º Período:** O Estado no controle da estância hidromineral (de 1900 a 1946)
 - o O projeto do arquiteto Piffer de 1912, a planta de 1927, a planta da cidade da década de 1930, a

foto aérea de 1935 e por último o conjunto de plantas cadastrais de 1943.

Como resultado da sobreposição de camadas históricas, a forma urbana de Poços de Caldas resulta complexa, portanto, no sentido de elucidar sua gênese, a metodologia apresentada no presente estudo utiliza como materiais de análise a cartografia histórica e os registros fotográficos da cidade. A análise foi construída mediante três procedimentos:

PROCEDIMENTO 01: Utilizando-se como base a planta cadastral de Poços de Caldas de 1943, foi feita a sobreposição da imagem da cartografia antiga para fazer uma comparação dos dados históricos.

PROCEDIMENTO 02: A partir do redesenho em *Autocad* dos mapas de: 1826, 1865, 1872, 1880 e 1927, procedeu-se a sobreposição destes mapas, sobre a base cartográfica da década de 1930 para entender a trajetória do desenvolvimento da cidade como se fossem “lentes históricas.”

PROCEDIMENTO 03: Utilizando também a base cartográfica de 1943, elaborou-se uma análise mais detalhada de algumas quadras (04 quarteirões) no entorno da Praça Pedro Sanches,

analisando os tipos morfológicos existentes com as bases conceituais de Philippe Panerai: quadras, ruas e lotes deste tecido urbano. Elaboraram-se ainda estudos tridimensionais volumétricos para construir a configuração urbana deste tecido.

O termo “tecido urbano” remete a diversos significados, entre eles aos produtos têxteis; aos tecidos vegetais e ósseos; e à estruturação de um conjunto, arcabouço ou preenchimento. Quando aplicado à cidade, enuncia a continuidade, renovação, permanências e variações. (PANERAI, 2014, p.77)

Segundo Panerai, a respeito do tecido urbano:

Ele explica a constituição das cidades antigas e responde às questões levantadas pelo estudo das urbanizações recentes. Ele pressupõe uma atenção tanto ao banal quanto ao excepcional, tanto às ruas comuns e às edificações corriqueiras quanto às regulamentações e aos monumentos. [...] O tecido urbano é constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. (PANERAI, 2014, p.77-78)

Os estudos do tecido urbano estabelecem ligações entre os elementos: ruas, parcelas e edificações. Ao serem analisados os grandes traçados viários revelam estruturas monumentais e as ligações com os espaços públicos, monumentos e edifícios públicos. Um monumento ou edifício público pode ser um gerador de traçados. A permanência de um determinado tipo de

parcelamento também pode contribuir para a conservação de bairros e espaços construídos.

Panerai afirma:

O espaço público compreende a totalidade das vias: ruas e vielas, bulevares e avenidas, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias. Esse conjunto organiza-se em rede, a fim de permitir a distribuição e circulação. (PANERAI, 2014, p.81)

Para Panerai, os espaços públicos podem ser analisados de diferentes formas, como espaços específicos, como sistemas que organizam os tecidos urbanos ou como um sistema global que constitui o arcabouço da forma urbana. As marcas da história podem ser comparadas com cartografias antigas analisando as larguras das vias, cruzamentos e afastamentos; nas parcelas pode-se analisar os alinhamentos, recuos, casas isoladas ou geminadas sempre tendo a rua como referência.

Segundo Panerai,

A observação de plantas cadastrais representadas de modo que ressalte mais os limites das propriedades do que a implantação dos edifícios fornece indicações que, confrontadas com a análise in situ, garantem um bom entendimento do tecido. (PANERAI, 2014, p.86)

Para Panerai, a cidade é vista como obra de arte, como artefato. Pode-se perceber isso ao serem analisados os mapas

cadastrais, que demonstram as plantas baixas das edificações, onde se representa uma cidade através de seus edifícios.

Lamas também comenta que estes tipos de estudos de morfologia podem servir como instrumentos para a prática do urbanismo, na medida em que tratam os espaços como referências para o desenvolvimento de criações urbanas contemporâneas.

No princípio do século XXI, a prática urbanística, a filosofia de intervenção na cidade e a própria ideia de cidade apresentam sinais menos utópicos do que em períodos anteriores, como resultado de vários fatores, de entre os quais se podem destacar: a crise do modernismo e dos seus modelos, o regresso à cidade como objeto de referência e a perspectiva da desagregação da cidade ou, pelo menos, da sua ilegibilidade à luz dos conceitos morfológicos urbanos tradicionais. (LAMAS, 2007, p. 20)

As cidades continuam tendo traços de obsolescência, mas estão em contínuas transformações. A partir do estudo morfológico de uma cidade, pode-se analisar os espaços construídos, os "cheios e vazios", os elementos urbanos, as ocupações, as densidades, e até mesmo identificar atividades que estão presentes em determinados espaços.

Ainda Lamas comenta que:

Não devemos aprisionar a urbanidade à cidade histórica, nem à inevitabilidade de que o renascimento urbano recorra obrigatoriamente a formas passadas. No entanto, os exemplos construídos que herdamos, e

que fazem parte da nossa vida na cidade, constituirão sempre modelos propulsores de novas concepções espaciais. (LAMAS, 2007, p. 20)

Costa comenta que, a composição urbana é resultante do processo de ocupação territorial. O estudo morfológico refere-se aos processos morfológicos da paisagem urbana histórica, consequentes das transformações e permanências ao longo do tempo.

Os períodos morfológicos são definidos como parte de processos de transformação cultural contínua, no qual a história geral e regional, a história do planejamento urbano, o urbanismo, a arquitetura, a tecnologia, a economia e outros aspectos relevantes da cultura estão todos presentes. (COSTA, 2015, p.69)

Diante destes preceitos, demonstrar-se-à a seguir a cartografia analisada.

2º PERÍODO: O PRIMEIRO MAPA DO POVOADO DE 1826:

O primeiro mapa do povoado que daria origem a Poços de Caldas data de 05 de março de 1826, e foi feito pelo Juiz de Fora Doutor Agostinho de Souza Loureiro por ordem do Governo da Província de Minas Gerais. Esse mapa mostra de forma sintética, mas clara, os elementos do sítio natural que condicionam a implantação do sistema urbano.

O mapa apresenta os locais das nascentes das águas termais, assinaladas com as letras (a) e (b). De acordo com a legenda, (a) é a nascente das águas termais mais quentes e (b) a nascente das águas mais temperadas. No lugar assinalado com a letra (c) é previsto o projeto de um hospital, distante 45 palmos da nascente (a), mas que nunca chegou a ser construído. Também é assinalado o local destinado a ser um cemitério.

O mapa demonstra também o curso do Ribeirão das Caldas, elemento estruturador da futura paisagem urbana e o caminho que vai para o arraial de Caldas. As anotações comentam também a paisagem composta pela Serra das Caldas que faz parte dos campos por detrás do qual corre o Rio Pardo.

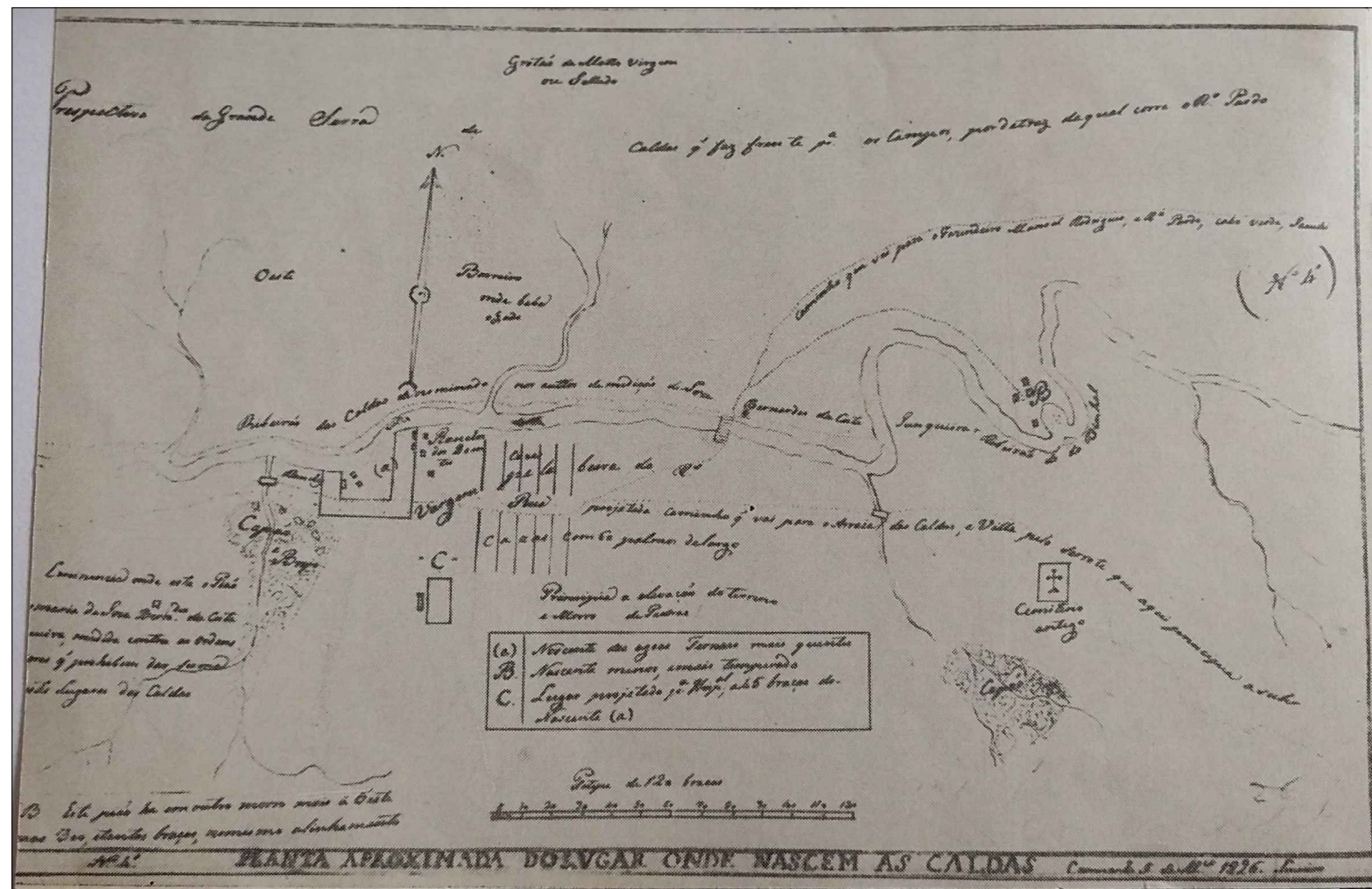
Está demarcado o pião da sesmaria de Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, futuro doador do patrimônio de Poços de Caldas. Outras anotações que constam no mapa são: a barreira onde o gado bebia água; alguns ranchos para os doentes; uma rua

projetada com casas de 60 palmos de largura, um grupo de cinco cabanas na margem direita do Ribeirão do Pinhal e o grotão da mata virgem da Serra do Selado.

Diante desse registro, destacam-se três elementos principais, que vão dar início à formação do povoado, e permanecerão como referências na paisagem urbana até os dias de hoje. São eles: as duas nascentes de águas termais e o local que se destinava ao cemitério antigo, que atualmente é o lugar destinado à Matriz de Nossa Senhora da Saúde. Já existe nesse registro o “caminho” das águas que se achavam na paisagem, e um pequeno indício de ruas ou quadras que viriam se consolidar no território. Mesmo sendo um desenho rudimentar já se pronunciava o que viria a tornar-se o povoado.

(Ver Figura 3.1)

1826



Primeiro registro da povoação em 1826.
 Fonte: (OTTONI, 1960, Estampa 12)

1826



ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

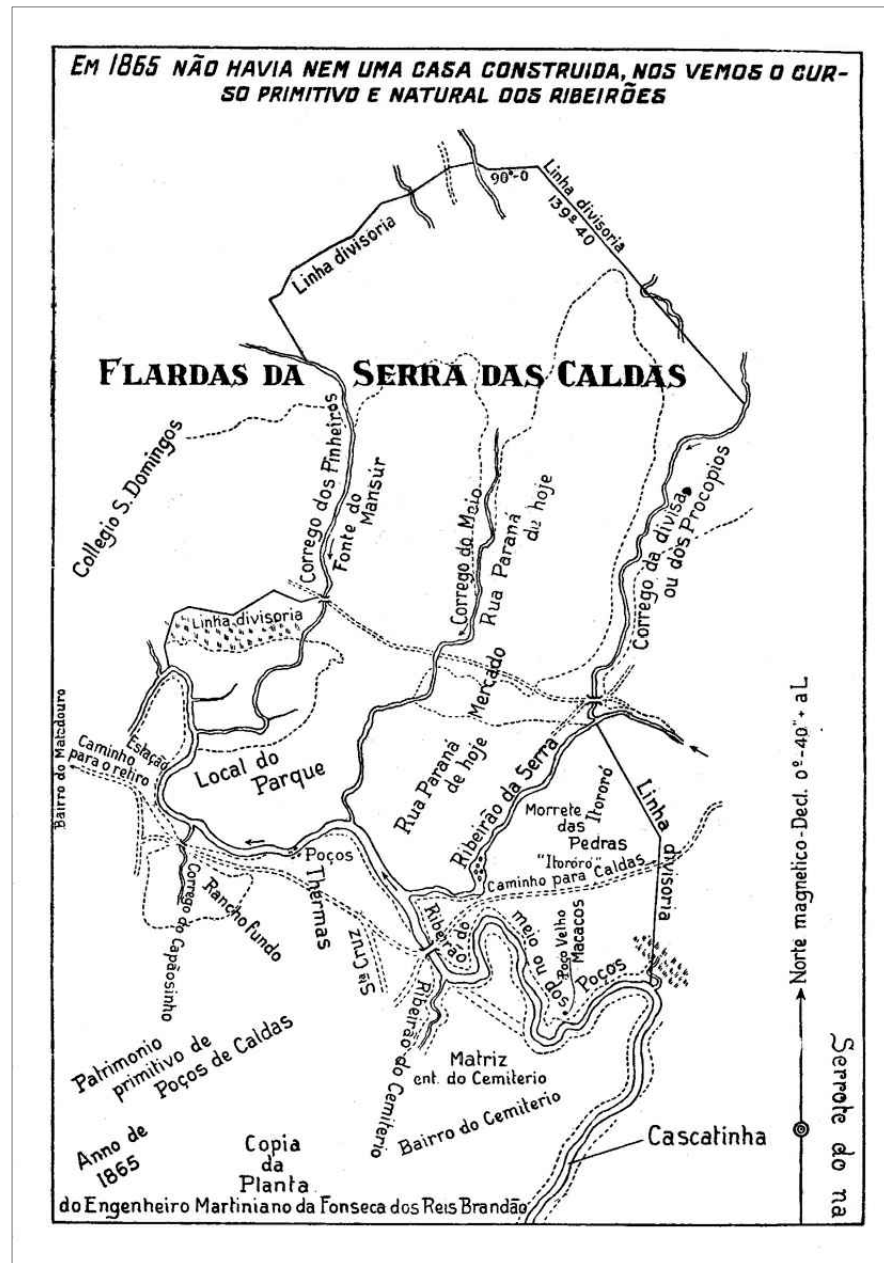
3.2

2º PERÍODO: O LEVANTAMENTO DE 1865:

A imagem da figura 3.3 apresenta uma cópia de 1952 do levantamento realizado pelo Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, em 1865. Originalmente o levantamento foi feito para orçar obras e proceder à desapropriação de terras que já pertenciam ao sesmeiro Joaquim Bernardes da Costa Junqueira e seus herdeiros. Esse levantamento demonstra uma região sulcada de ribeirões e córregos, apresenta alguns dos limites da região dos Campos das Caldas e não continha registro de casas construídas. Estão presentes muitas linhas tracejadas que correspondem aos caminhos de passagem dos tropeiros. Essas linhas tracejadas são marcantes, pois coincidem com elementos importantes do sistema viário que viriam a ser implantados anos depois. Registra também morros importantes que se destacam na paisagem do povoado: o Itororó e o de Santa Cruz. Há nesse levantamento diversas anotações que podem ter sido escritas posteriormente pelo Dr. Mário Mourão em seu livro Síntese Histórico-Social, em 1952.

(Ver Figura 3.3)

1865



Cópia da Planta do Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, em 1865.
Fonte: MEGALE, 2002, p.24

3º PERÍODO: A PLANTA DE 1872:

A planta elaborada pelo Engenheiro Pedro Luis Taulois, foi demarcada no povoado pelo Engenheiro Honório Henrique Soares do Couto e posteriormente encaminhada pelo Presidente da Província de Minas Gerais, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, em 08 de dezembro de 1872.

Nesse período já se nota que princípios urbanísticos vão sendo implantados no território. Há a presença de um traçado regular, com ruas largas, quadras definidas e lotes demarcados.

Na planta consta a demarcação de ruas e lotes organizados em uma malha ortogonal, com terrenos alinhados, indicando também um local destinado a construir uma grande praça. A planta destaca elementos da paisagem natural que condicionam a organização do sistema urbano: os percursos dos ribeirões e córregos que atravessavam todo o povoado, a Serra de São Domingos na parte norte do mapa e o Morro de Santa Cruz. As linhas tracejadas já previam uma ampliação do traçado ortogonal onde a cidade deveria se expandir.

No traçado ortogonal, as quadras estão dispostas com dimensões estimadas em cerca de 100m por 100m. Quanto ao parcelamento das quadras, algumas são divididas em 20 lotes de 10 X 50m, com frente para a praça proposta (Largo Senador Godoy) e frente para a rua posterior (Rua Marques de Paraná). Em

algumas quadras os lotes ocupam toda a sua largura. Em outras quadras o parcelamento é feito com lots de 10 X 100m. A proposta de parcelamento das quadras está em acordo com a tradição que remonta ao período colonial, com lotes estreitos e de muita profundidade.

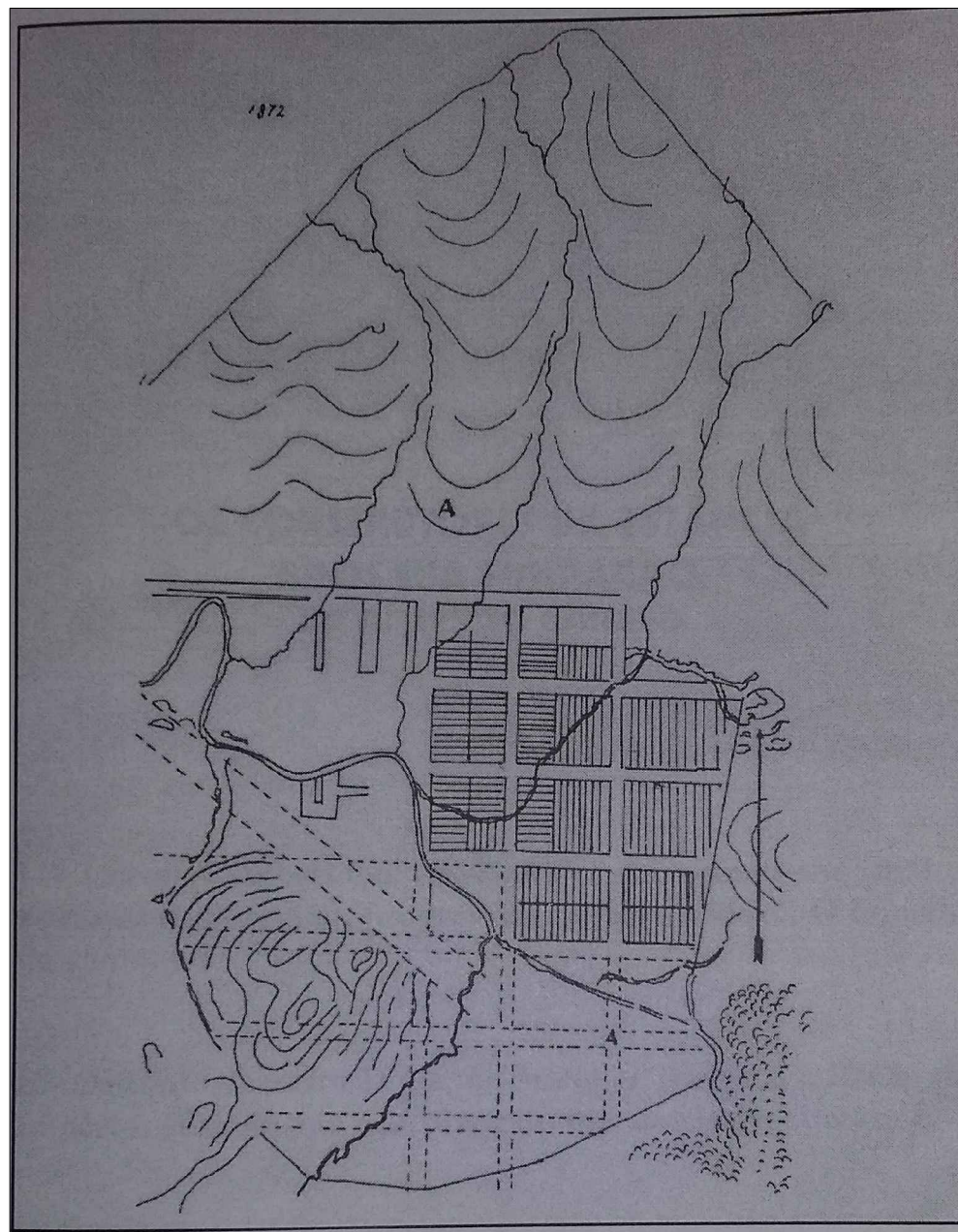
Os córregos se mantêm ainda em seu curso natural. Previa-se construir dois edifícios para banhos: um próximo ao poço Pedro Botelho e outro próximo ao poço dos Macacos, contendo espaço para banhos, local para suadouro e banheira especial para pessoas com moléstias contagiosas.

Na planta, consta uma anotação com a letra “A”, na região norte da cidade, acima da atual Av. Francisco Salles, onde se previa a construção de edifícios públicos.

Nessa planta de 1872 se define o traçado ortogonal da cidade. As sobreposições dos mapas demonstram as marcas impressas desse período morfológico na paisagem urbana.

(Ver Figura 3.5)

1872



Redesenho do Mapa de 1872. Plano do Engenheiro Pedro Luiz Taulois e demarcado pelo Engenheiro Honório Henrique Soares do Couto.
Fonte: (MOURÃO, 1998, p. 18-19)

1872



ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

3.6

3º PERÍODO: A PLANTA DE 1880:

A planta de 1880 foi elaborada pelo Engenheiro Carlos Alberto Maywald e é considerada uma revisão da planta de 1872. O original encontra-se muito danificado e nos dois fragmentos da planta levantados percebe-se que o traçado ortogonal e a dimensão das quadras se mantêm em relação à planta de 1872. Os lotes são divididos em 10 metros de frente por 50 metros de fundo. Há o prolongamento da via principal do largo (antiga Rua Prates / atual Rua Minas Gerais) na frente do Largo Senador Godoy (atual Praça Pedro Sanches) até encontrar a quadra que se destinava a ser outra praça, a Praça da Independência (atual Praça Francisco Escobar), subindo pela antiga Rua da Saúde (atual Rua Minas Gerais).

Nesse período a “urbanidade” já está implantada, com as ruas projetadas, as quadras e lotes definidos. O curso das águas ainda se mantinha, sem que fosse feita a retificação dos ribeirões e as hierarquias de algumas quadras já vai sendo definida. Para demonstrar isso vemos a proposta de construção de edifícios públicos ocupando algumas quadras inteiras. Exemplo disso é a Praça da Columbia com o Balneário dos Macacos, a quadra do antigo cemitério já reservada para alguma construção (a igreja matriz da cidade ocupou esta quadra posteriormente) e no alto da antiga Rua Prates (atual Rua Minas Gerais), onde Maywald

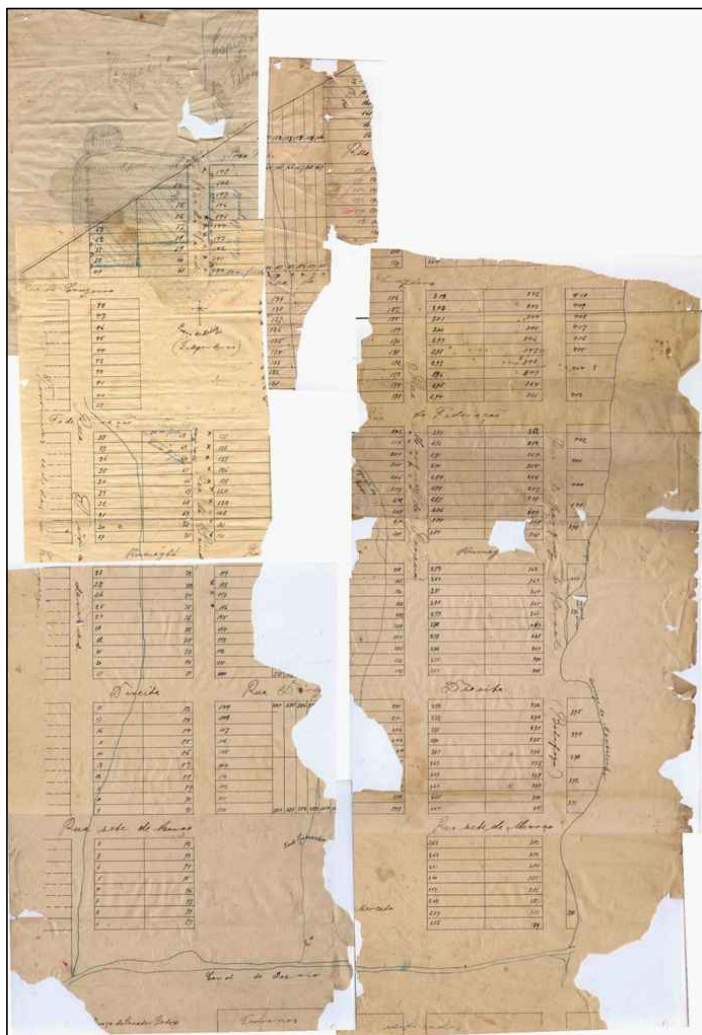
sugeria que fosse o local ideal para a construção da Matriz, na Praça da Independência (localização atual da Santa Casa de Misericórdia).

As quadras que tinham as dimensões de 100 por 100 metros eram divididas ao meio, fazendo com que os lotes tivessem 50 metros de comprimento por 10 de largura. E havia também algumas quadras maiores que ao centro da quadra dividiam os lotes no sentido da largura toda da quadra deixando lotes com 100 metros por 10 metros (o lote teria frente para duas ruas). Eram unidades do solo urbano organizado a partir das ruas. Neste trecho da cidade, as construções eram alinhadas com os limites dos lotes e com altura de até dois pavimentos, sempre tendo a rua como referência. Os fundos tinham soluções mais livres, aceitando anexos e edículas.

A sobreposição das plantas demonstra que a configuração dessas quadras ainda se mantêm nos dias de hoje. No trecho do mapa acima da Av. Francisco Salles (antiga Rua da Vala), se encontra a área que estava destinada a construção de edifícios públicos da proposta do plano de 1872.

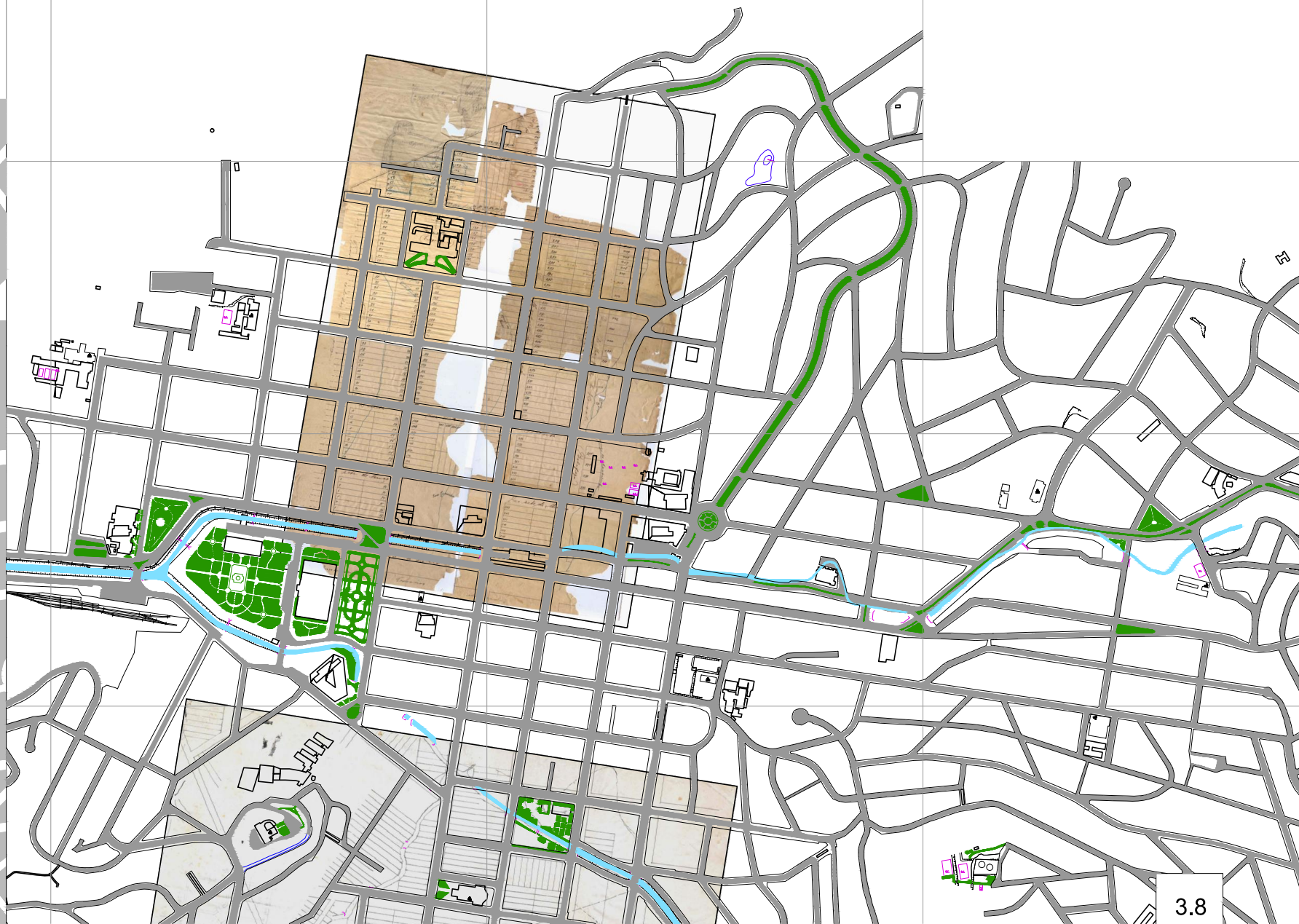
(Ver Figura 3.7)

1880



Trechos do projeto de Carlos Alberto Maywald para o traçado da cidade em 1880.
Fonte: (MATTHES, 2001, p.34)

1880



3.8

ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

4º PERÍODO: A PLANTA DE 1912:

A planta de 1912 foi elaborada pelo arquiteto José João Piffer para promover melhoramentos na estância. O núcleo urbano passa a ser considerado um amplo jardim público.

No centro da praça identifica-se um grande edifício, onde se dispõem um hotel (ao centro) e em suas extremidades: um edifício destinado a ser cassino (lado direito) e na outra extremidade um edifício destinado a ser balneário (lado esquerdo).

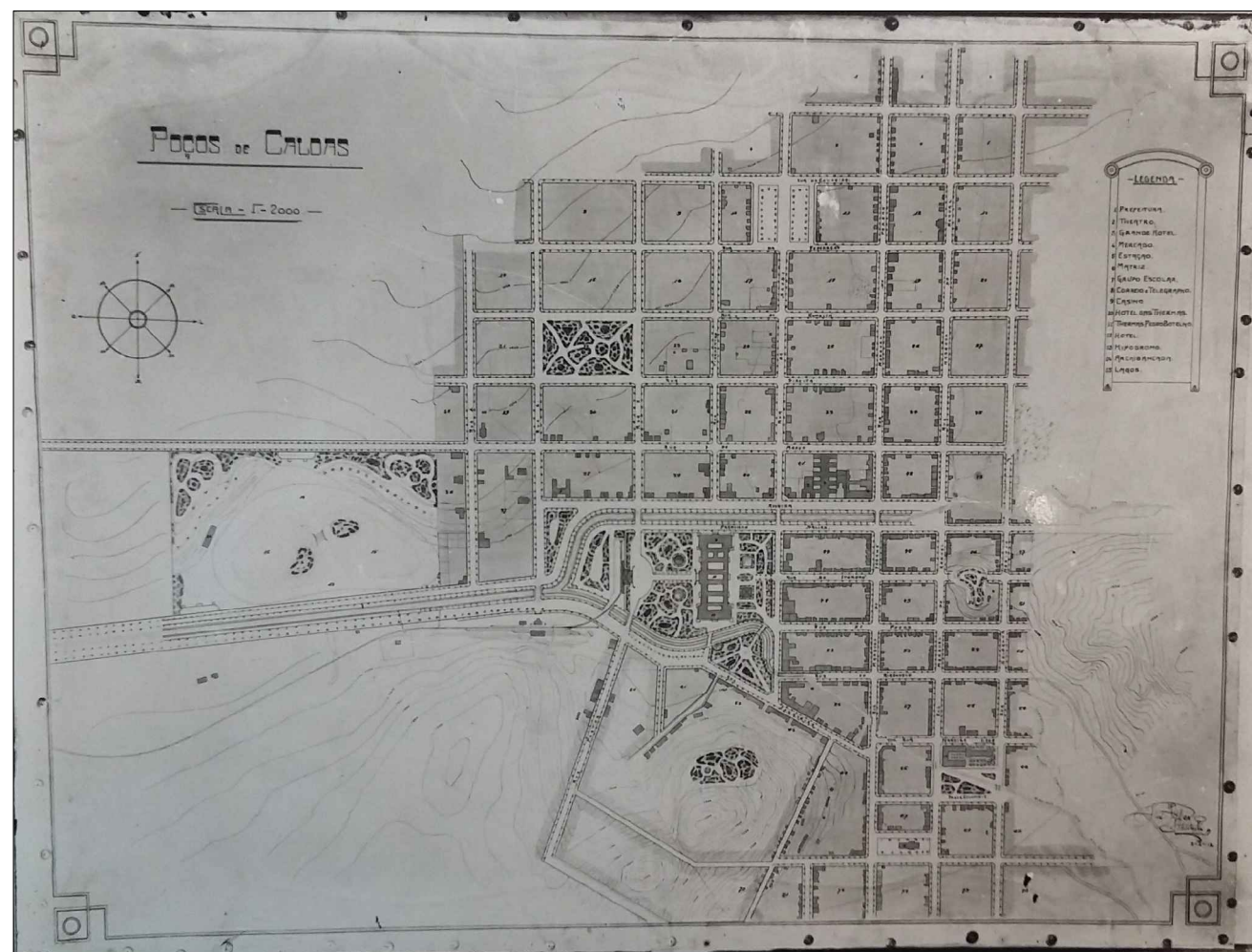
Os jardins ocupam a maior área da praça e também contemplava uma extensão da estação da Linha Férrea da Mogyana. Já se notava o percurso dos ribeirões retificados estruturando vias arborizadas.

O ordenamento das quadras já se encontrava consolidado. As quadras próximas à praça central, nos quarteirões 2, 3 e 4, como verifica-se na figura 3.26, possui a mesma largura da maioria das quadras (aproximadamente 50 metros), mas o dobro do comprimento das restantes quadras, ao qual essa dimensão se manteve e influenciou nas quadras que sobem pela antiga Rua da Saúde (atual Rua Minas Gerais), até alcançar a Praça da Independência (atual Francisco Escobar). As quadras no entorno da praça central já ocupavam os lotes nos quatro lados da quadra, enquanto que as quadras mais afastadas desse núcleo, apenas dois lados das quadras.

Nessa proposta de implantação, identifica-se que algumas quadras passam a ter uma hierarquia sobre outras e se tornam privilegiadas. A Praça da Columbia contempla um grande balneário, o Balneário Mário Mourão; o local do antigo cemitério contempla a nova edificação da Matriz de Nossa Senhora da Saúde. O quarteirão 01, como se vê na figura 3.26 era o que possuía maior ocupação. Nele foram construídos importantes edifícios: a Prefeitura, o Teatro Polytheama, o Grande Hotel e o Mercado Municipal.

Foi proposta também uma quadra destinada a construir um hipódromo e outra grande área com arquibancada e lagos. (essas duas propostas de projeto não chegaram a ser executadas). (Ver Figura 3.9)

1912



Planta da Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas em 1912. Projeto Arq.º José João Piffer.
Fonte: Arquivo IEB – USP- SP

1912
POSO DE CALOAS



LEGENDA

3.10

ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

4º PERÍODO: A PLANTA DE 1927:

A planta de 1927 faz parte da coleção do livro: “Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais”, que foi editado em 1927, pelo Serviço de Estatística da Secretaria do Estado da Agricultura para comemorar o “Centenário da Independência no Brasil”.

Na planta se pode ver o traçado da cidade consolidado, a ocupação das quadras, os cursos das águas já sendo retificados marcando a paisagem. Esse percurso é definido pelos três ribeirões que formam um “Y” estruturando as vias principais da cidade. A Avenida João Pinheiro, com o Ribeirão dos Poços (saída oeste da cidade – sentido São Paulo); a Avenida Francisco Salles, com o Ribeirão da Serra (saída nordeste da cidade, sentido Botelhos) e a Rua Junqueiras / Avenida Santo Antônio com o Ribeirão das Caldas (saída sudeste da cidade, sentido Andradas).

Nessa planta também observam-se que edifícios públicos importantes já estavam construídos no período: a Prefeitura, o Theatro Polytheama, o Grande Hotel e o Mercado. Estes edifícios compunham uma quadra (Ver detalhes do Quarteirão 01 – Figuras 3.26 a 3.31) com edificações imponentes na cidade.

A Estação da Mogyana, a Matriz de Nossa Senhora da Saúde, o Hotel da Empreza contendo nas suas laterais: as Termas

e o Cassino primitivos; o Colégio São Domingos e o Grande Sanatorium também já embelezavam a paisagem urbana.

As quadras já estavam bem delineadas na cidade, mas ainda não se encontravam totalmente ocupadas. As quadras mais centrais já tinham ocupações nos seus quatro lados, e as mais afastadas, muitas vezes em dois lados, e há até alguns casos com ocupação em apenas um lado da quadra.

(Ver Figura 3.11)

1927

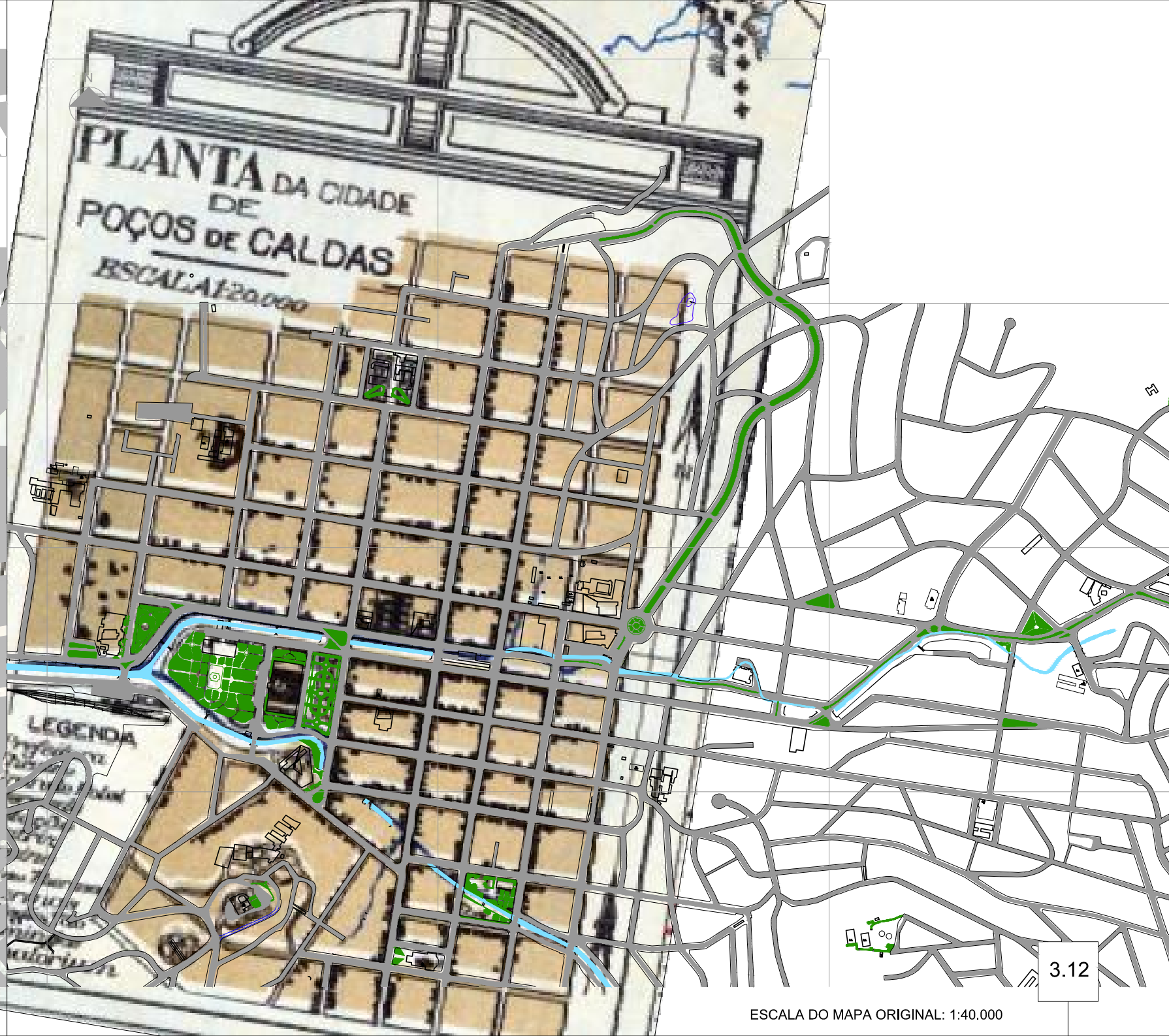


Mapa de situação da cidade de Poços de Caldas em 1927.

Fonte: Site: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/pocos-de-caldas>.

Acesso em fevereiro de 2016.

1927



LEGENDA

3.12

ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

4º PERÍODO: A PLANTA CADASTRAL DE 1943:

Conforme apresentado no capítulo 2, esse levantamento foi solicitado na década de 1940 (Ver Figura 3.24). Nele pode-se observar a malha ortogonal bem consolidada, a implantação do traçado reticulado na parte mais plana e central da cidade, mesmo sendo uma região sujeita a alagamentos, visto que era uma região sulcada por ribeirões. Nas áreas mais altas, dos morros e encostas, ainda nesse período não se nota muita ocupação (diferente do que acontece atualmente onde a quadrícula teve que ser reorganizada para poder expandir a cidade por seus morros).

Na área central, que é caracterizada por um sistema de vias ortogonais bem articuladas e largas, existem modelos de parcelamentos bem diferenciados. As construções ocupam os quatro lados das quadras e o centro (“miolo”) da quadra possui uma forma de implantação variada de partes dos edifícios. A maior parte das quadras da área central possui construções até dois pavimentos. Não existiam até então edifícios altos. O primeiro edifício alto a ser construído foi o “Bauxita”, em 1945 que possui 12 andares.

A retificação dos ribeirões marca a paisagem urbana. Seu desenho em forma de “Y” estrutura o traçado viário. As três avenidas que se constituíram ao longo desses ribeirões marcam as três entradas da cidade. A Av. João Pinheiro, é a entrada

proveniente de São Paulo, a Av. Santo Antônio é proveniente de Andradas e a Av. Francisco Salles / Av. José Remígio Prezias proveniente de Caldas e Botelhos e a partir delas o restante das ruas se distribuem.

O projeto das “Grandes Obras” como ficou conhecido já estava construído e em pleno funcionamento: o Palace Hotel (1929), o Palace *Casino* (1931) e as *Thermas* Antônio Carlos (1931). O Parque José Afonso Junqueira já embelezava a paisagem, em conjunto com a retificação dos três principais ribeirões que cortavam a cidade: dos Poços, da Serra e das Caldas.

Ao se analisar a área central, em detalhe na figura 3.26, várias edificações foram demolidas e outras descaracterizadas. Só foram construídos dois edifícios altos no recorte das quadras analisadas (Ver Figura 3.26). Um edifício no quarteirão 01 e outro edifício no quarteirão 04.

No século XIX, ocorreram diversas transformações sócio-econômicas e tecnológicas que influenciaram o modo de construir: a preocupação com as questões de higiene, a insolação, a ventilação, os recuos laterais, os ajardinamentos, a elevação do pavimento ao solo (porões altos). Todas essas medidas eram implantadas para melhorar as condições das edificações. O aperfeiçoamento dos hábitos higienistas se aplicava em construções de redes de esgotos, de abastecimento de água, de

iluminação pública, de novos meios de transporte. No caso do trecho analisado nessa pesquisa, das quadras no entorno da Praça Pedro Sanches (Figura 3.26) essas medidas são verificadas.

Com relação ao uso do solo, é a área em que predominava (e ainda hoje), o uso comercial e de serviços. Já na década de 1940, era predominante na mesma a existência de diversos hotéis e cassinos.

DÉCADA
1930



Planta da cidade na década de 1930.

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

DÉCADA
1930



ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

1935



Foto aérea de 1935 mostrando a configuração urbana.

Fonte: CD-ROM Memorial Enciclopédia Municipal Eletrônica em Multimídia de Poços de Caldas – 2002.

1935





1826



1865



1872



1880



1927

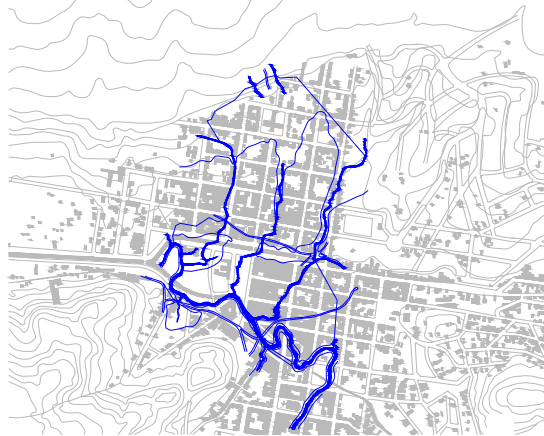


Década de 1930

1826



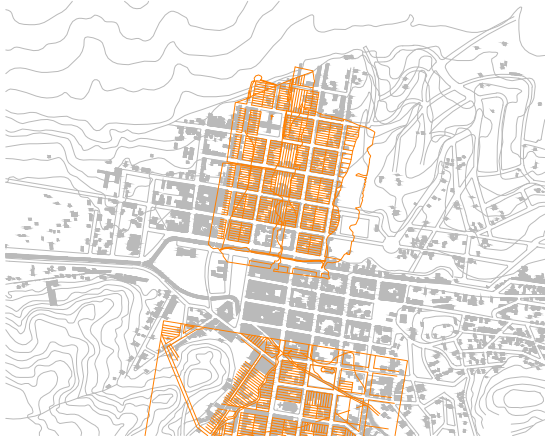
1865



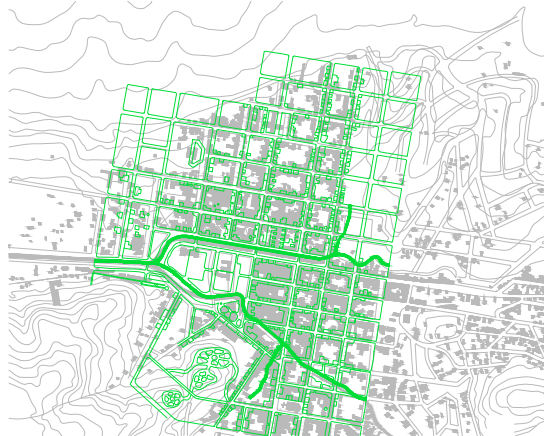
1872



1880



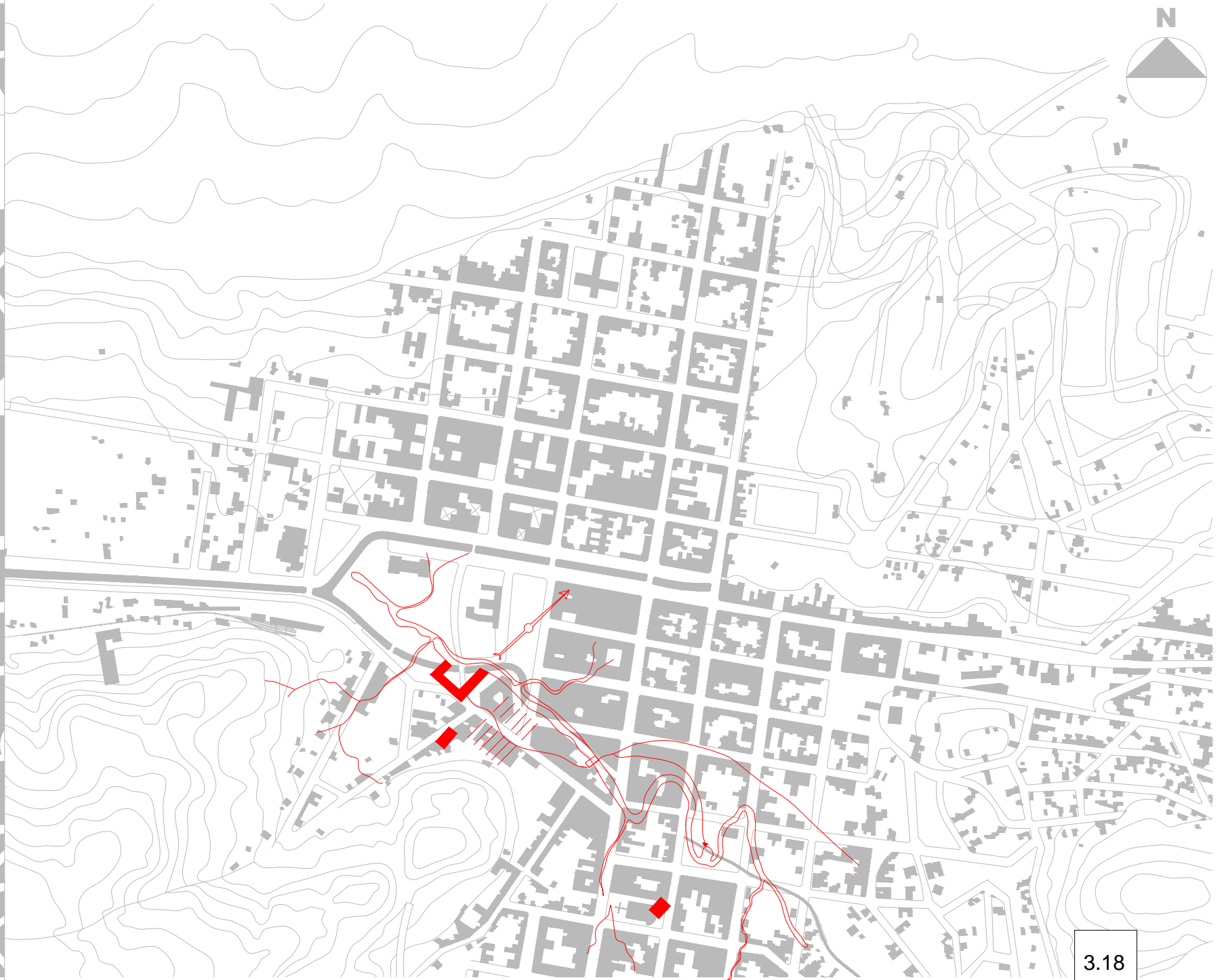
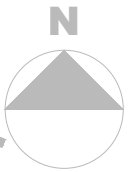
1927



DÉCADA
1930



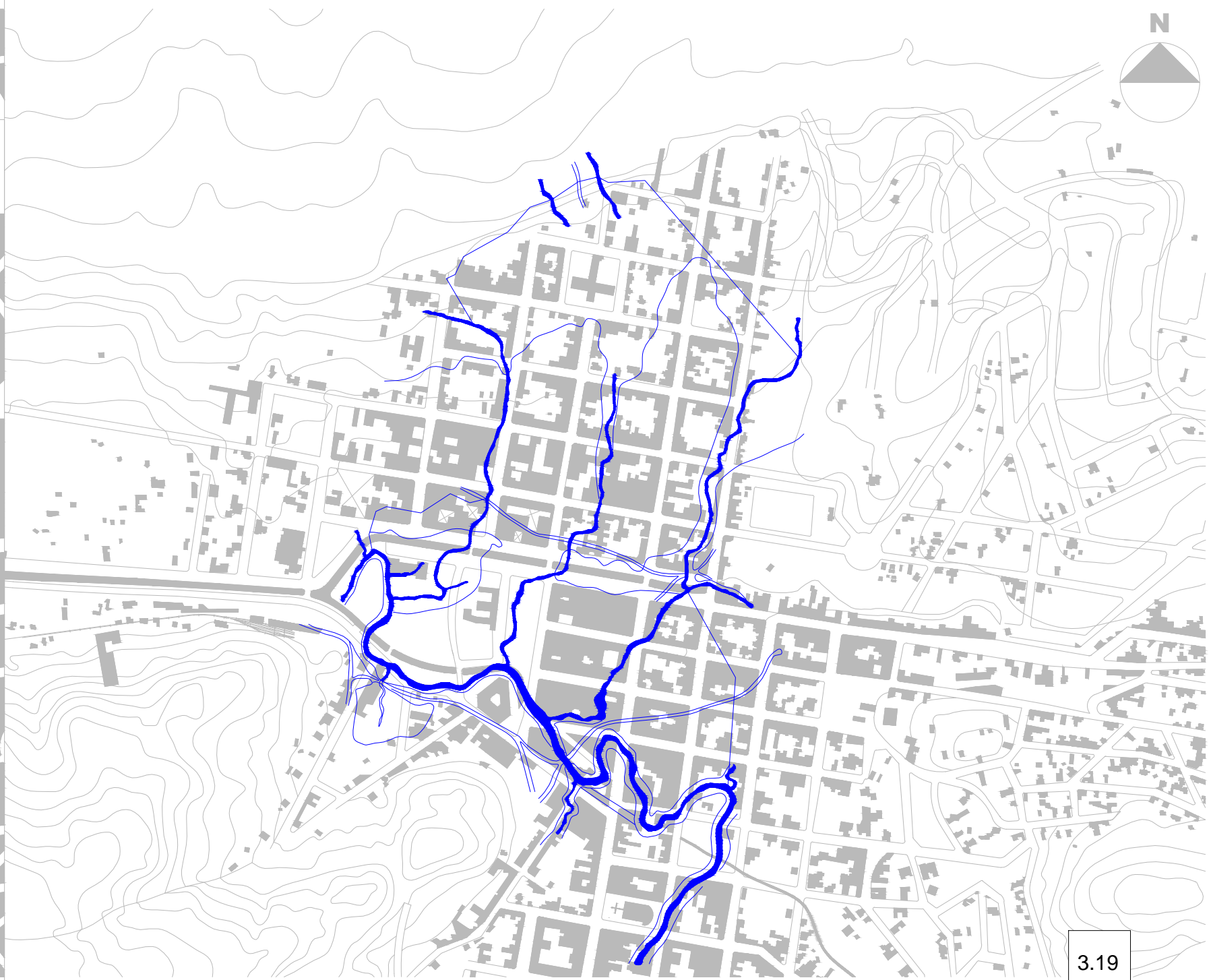
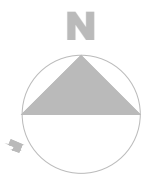
1826



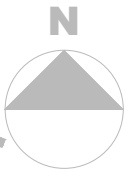
ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

3.18

1865



1872



3.20

1880

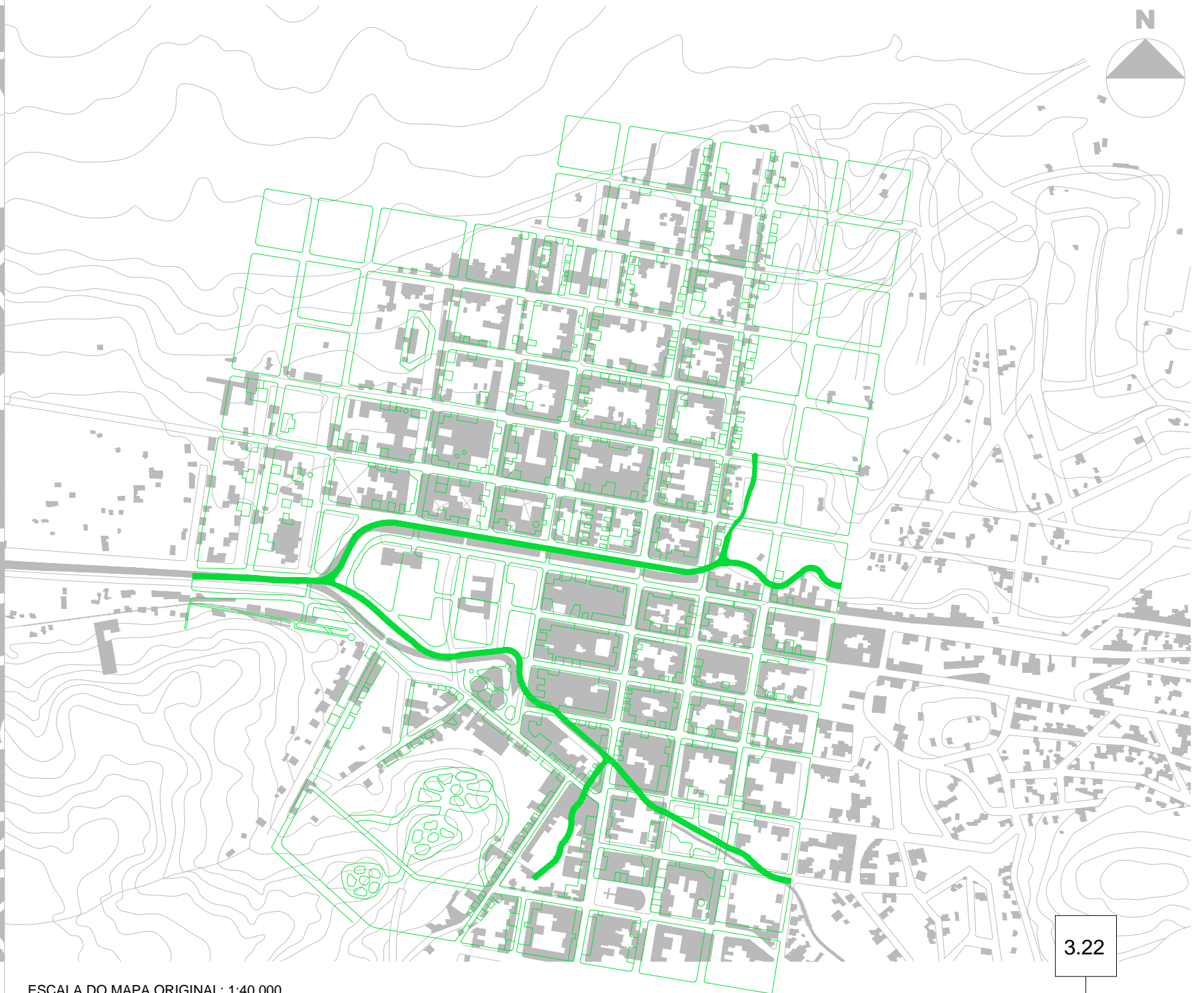
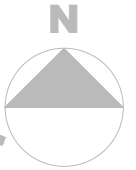


ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

3.21



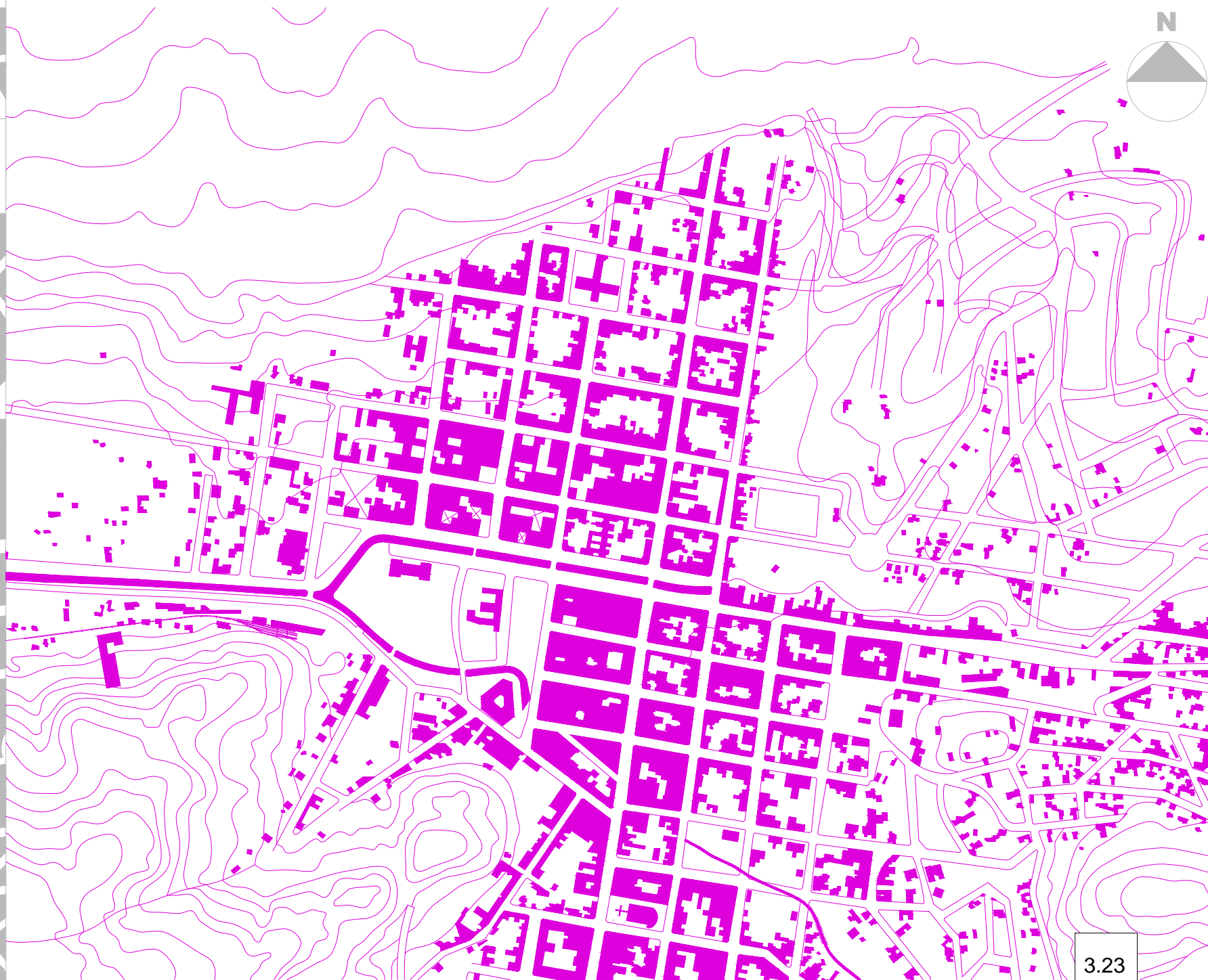
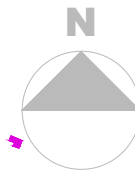
1927



ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

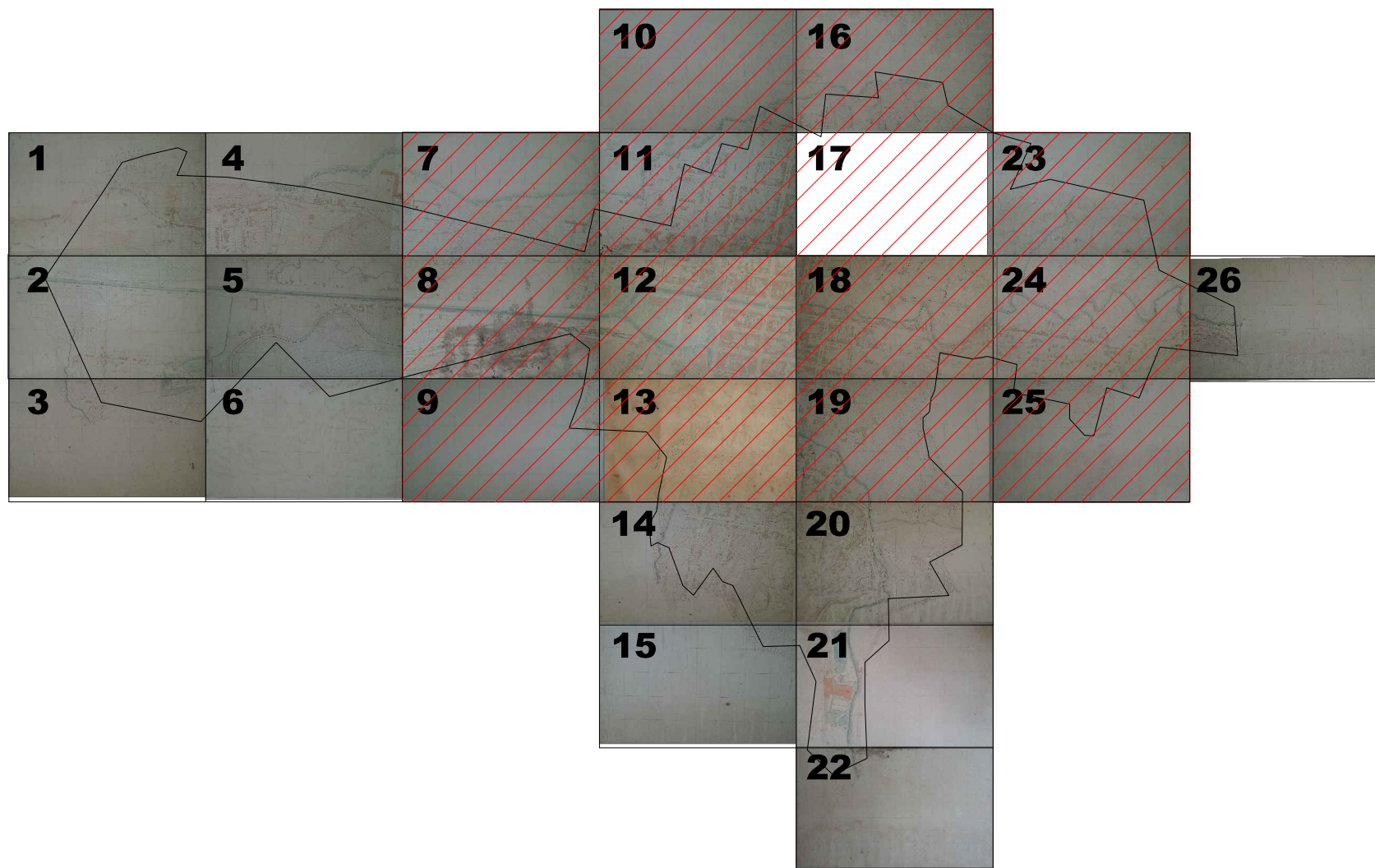
3.22

DÉCADA
1930



3.23

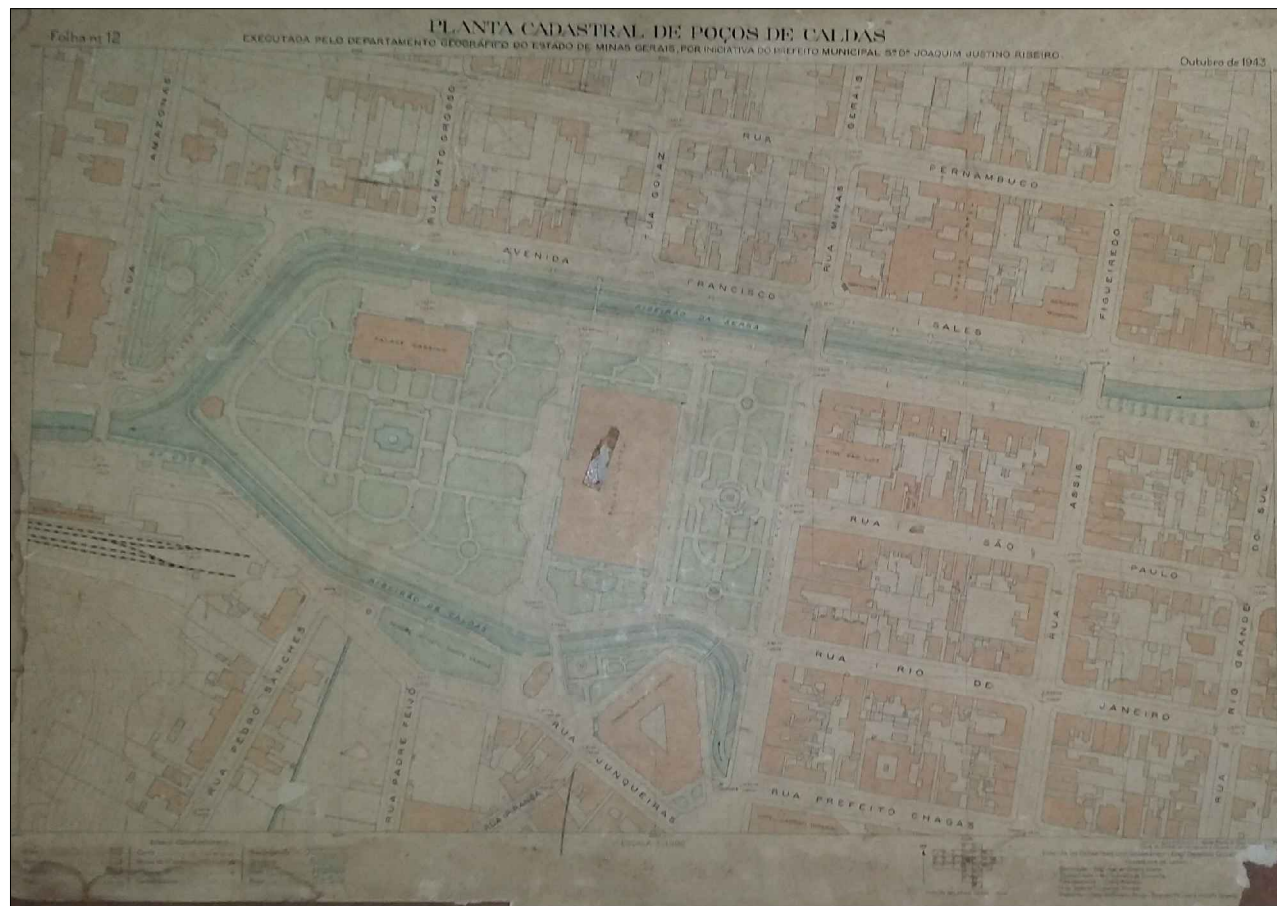
1943



Pranchas utilizadas na análise: 07,08,09,10,11,12,13,16,18,19,23,24 e 25
Nota: A prancha nº 17 não foi encontrada.

Levantamento Cadastral de Poços de Caldas em 1943 - articulação das 26 pranchas
Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas – Secretaria de Planejamento de Poços de Caldas.

1943



Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943 – Prancha nº 12.
Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas – Secretaria de Planejamento de Poços de Caldas.

1943



Ver detalhes:
Quarteirão 01

Ver detalhes:
Quarteirão 02

Ver detalhes:
Quarteirão 03

Ver detalhes:
Quarteirão 04

Recorte do entorno da Praça Pedro Sanches

Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943 – Prancha nº 12.

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas – Secretaria de Planejamento de Poços de Caldas.

1943



Prefeitura Municipal
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC

1920



Quartirão 1 - Av. Francisco Salles
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

1926



Implantação sem escala



Prefeitura Municipal
Fonte: (MORAIS, 2002, p. 41)

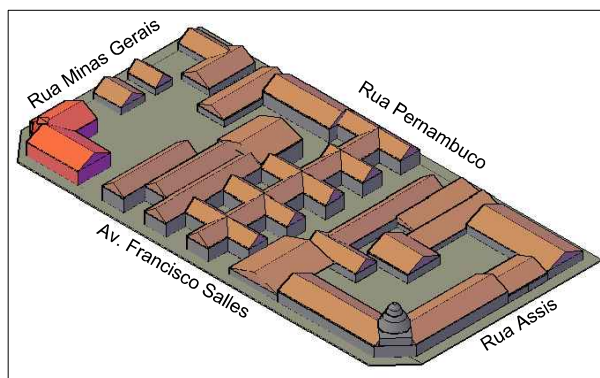
1930

1930



Ribeirão da Serra com Quartirão da Prefeitura ao Fundo.
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

PREFEITURA



Fonte: Luciana Valin (jun / 2016)

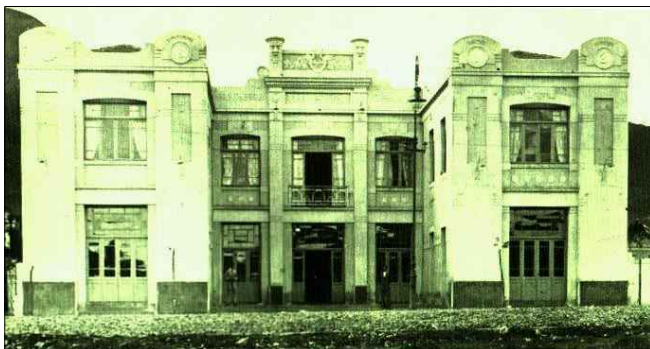


2016

Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)

1943

POLYTHEAMA



Teatro Polytheama
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

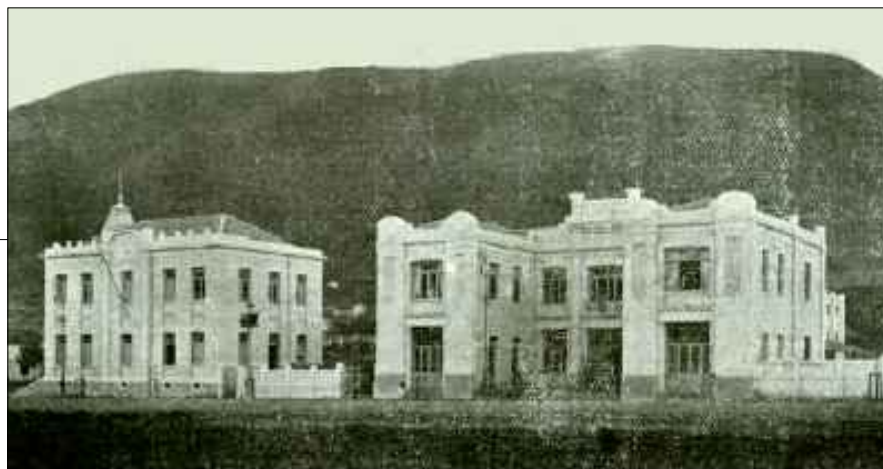
s/d 1940



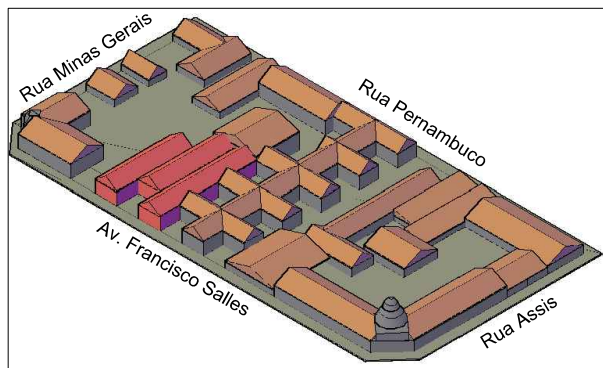
Teatro Polytheama
Fonte: (MORAIS, 2002, p. 63)



Implantação sem escala



Prefeitura Municipal e Teatro Polytheama
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC



Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)



Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)

2016

3.28

1943

GRANDE HOTEL



Implantação sem escala

1913



Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

s/d



Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC

1930

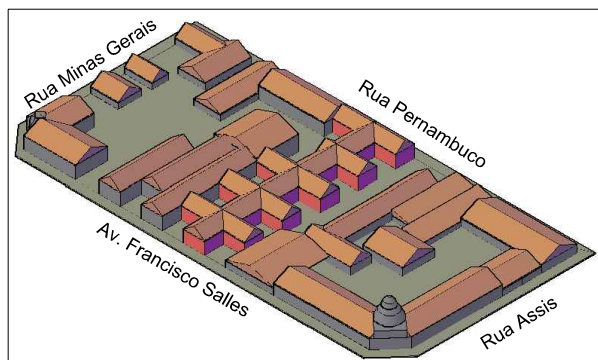


Fonte: (MORAIS, 2006, p.49)

1942



Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)

1943

MERCADO



Antigo Mercado
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC

1916



Antigo Mercado pela Av. Francisco Salles
Fonte: (RIO, 1992, p.22)

1918



Implantação sem escala

1928

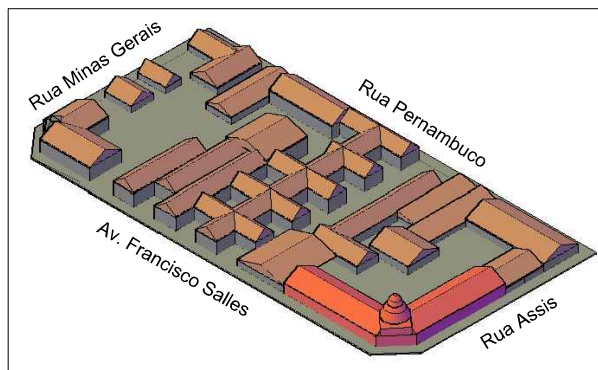


Antigo Mercado - esquina Rua Assis Figueiredo com Av. Francisco Salles
Fonte: (RIO, 1992, p.22)

s/d



Poços de Caldas - Mercado Municipal
Antigo Mercado - Rua Assis Figueiredo
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)



Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)

2016

3.30

1943



Ribeirão da Serra
Fonte: IEB - USP

1920



Ribeirão da Serra - à esquerda Prefeitura Municipal e à direita Antigo Parc Hotel
Fonte: IEB - USP



Implantação sem escala

1910



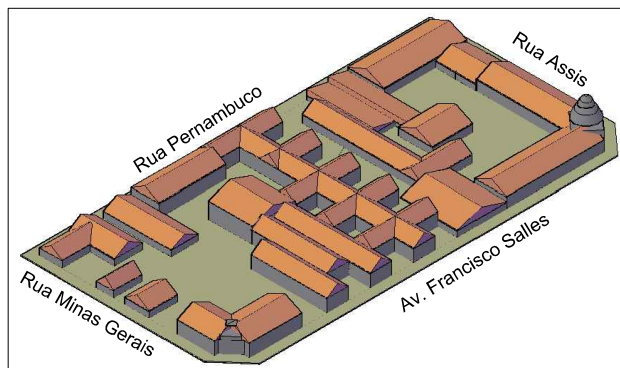
Ribeirão da Serra e à direita Antigo Parc Hotel
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC



1912

Ribeirão da Serra
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

AV. FRANCISCO SALLES



Fonte: Luciana Valin

2016



Fonte: Google Earth pro - acesso em maio 2016.

3.31

1943

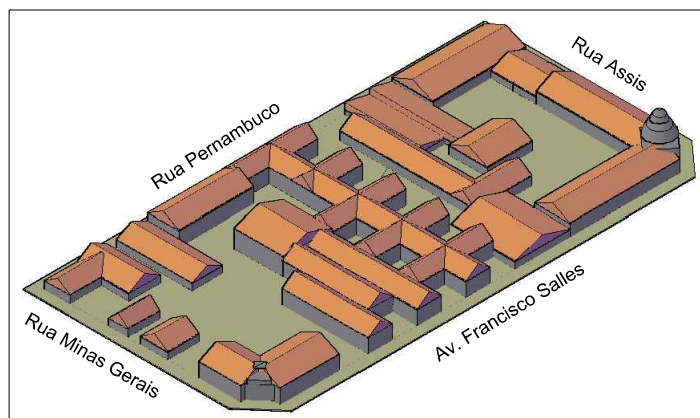


Foto da década de 1950, utilizada como base para construir imagem Tridimensional do Quarteirão 1
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

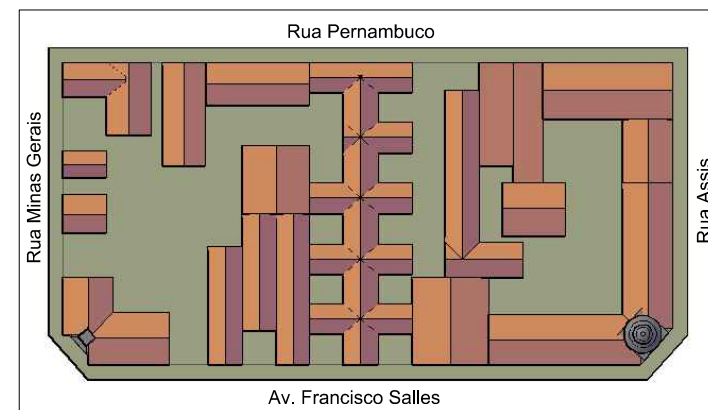


imagem com a Praça Pedro Sanches e entorno como demonstra a Figura 3.26
Fonte: Google Earth pro - acesso em 08 de novembro 2016.

QUARTEIRÃO 1



Implantação do Quarteirão 1
Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)



Implantação em perspectiva do Quarteirão 1
Fonte: Luciana Valin (Jun / 2016)



ENTORNO PRAÇA
PEDRO SANCHES



1910

Largo Senador Godoy
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC



1911

Largo Senador Godoy
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



Implantação sem escala



1920

Largo Senador Godoy com Rua Rio de Janeiro
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



1935

Parc Hotel à esquerda e Praça Pedro Sanches à direita
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



2011

Praça Pedro Sanches ao fundo Rua São Paulo
Fonte: Luciana Valin (Nov / 2011)



1935

Hotel Gambrinus na Rua Prefeito Chagas
Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



2016

Hotel Gambrinus hoje
Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)



ENTORNO PRAÇA
PEDRO SANCHES



Cassino Gibimba e Hotel D'ouest
Fonte: (MORAIS, 2004, p. 62)

1940



Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)

2016



Implantação sem escala



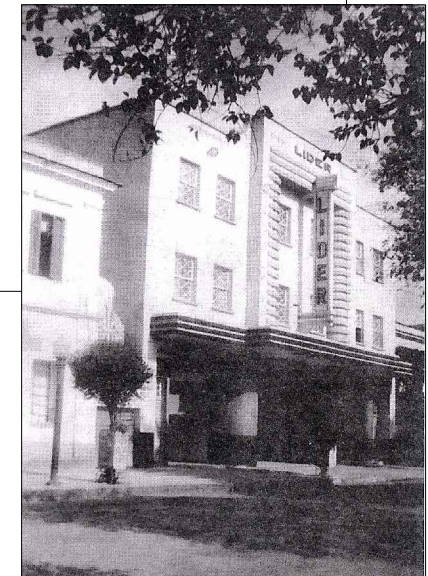
Praça Pedro Sanches
Fonte: CD-Rom Memorial Enciclopedia de PC

1929



Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)

2016



Antigo Cassino Líder
Fonte: (MORAIS, 2004, p. 61)

1940



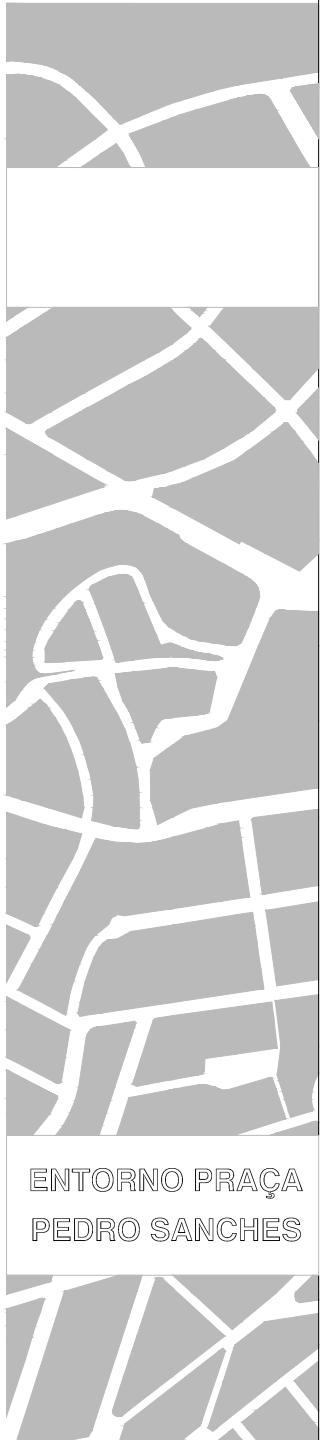
Rua Prefeito Chagas
Fonte: (MORAIS, 2004, p. 11)

1920



Rua Prefeito Chagas hoje
Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)

2016



ENTORNO PRAÇA
PEDRO SANCHES



1925

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas

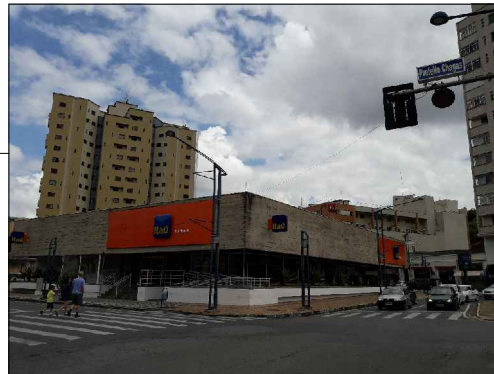


2016

Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)



Implantação sem escala



2016

Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)



1944

Fonte: (MORAIS, 2006, p. 74)



1925

Fonte: Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas



2016

Fonte: Luciana Valin (Nov / 2016)



ENTORNO PRAÇA
PEDRO SANCHES



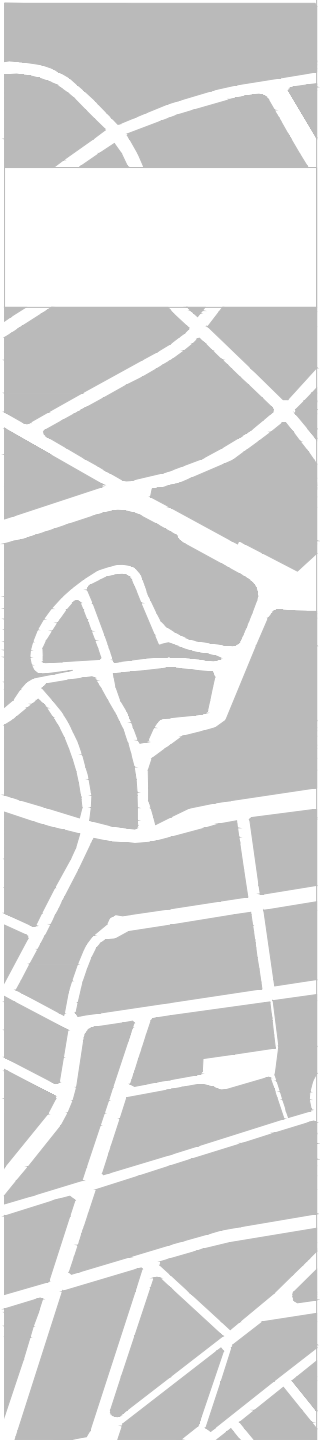
Vista das quadras analisadas no entorno da Praça Pedro Sanches
Fonte: Foto de João Batista Blasi (Nov / 2016)



Implantação sem escala



Recorte das quadras analisadas na pesquisa (à esquerda - Rua Prefeito Chagas, Rua Rio de Janeiro, Rua São Paulo e Av. Francisco Salles - à direita) .
Fonte: Foto de João Batista Blasi (Nov / 2016)



ESCALA DO MAPA ORIGINAL: 1:40.000

The background of the page is a light gray map. On the left side, there is a regular grid of white lines representing a street layout. On the right side, there are irregular white lines representing a more complex, possibly natural or irregular street pattern. A white rectangular box with a thin black border is centered on the page, containing the text 'CONSIDERAÇÕES FINAIS'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

De acordo com a metodologia proposta por Costa (2015), a partir da obra de M. R. G. Cozen, entendendo que um período histórico de formação de um lugar pode ser considerado o mesmo que “Período Morfológico”, ao se aplicar esse tipo de leitura na cidade de Poços de Caldas, tendo como base o recorte temporal dessa pesquisa, que se iniciou em 1760 e vai até 1946, podem-se identificar os quatro períodos morfológicos expostos. Assim sendo, essas “camadas históricas” vão se sobrepondo e se acumulando no mesmo espaço, como um palimpsesto.

A análise de Poços de Caldas demonstra uma hierarquia das transformações dos elementos na composição da paisagem urbana ao longo do tempo. Dos elementos que permanecem ao longo desses períodos, aquele que revela um caráter de maior permanência é o traçado urbano que define o perfil das quadras. Entre os elementos da forma urbana de Poços de Caldas, os edifícios privados são aqueles que passaram pelo mais alto grau de modificações. As análises das quadras revelam que mesmo aqueles que não foram demolidos, passaram por descaracterizações drásticas.

Cidade cuja origem está relacionada ao uso de suas águas termais, os planos urbanos implantados em Poços de Caldas

refletem os princípios estéticos e de higiene urbana, vigentes a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Tais ideias e princípios orientam o ordenamento de seu traçado urbano, o parcelamento das suas quadras, a disciplina imposta aos seus cursos d’água, as águas como o elemento estruturador da cidade, a criação de praças, jardins e do parque que constitui o coração da cidade.

Os tipos edilícios que compõe a paisagem urbana também se definem a partir dos princípios modernos da higiene e da estética. Controlados pelos códigos de construção, os tipos edilícios se adaptam à forma dos lotes e podem se materializar a partir das técnicas modernas e da chegada dos materiais através da ferrovia.

O estudo da cidade de Poços de Caldas revela que a forma urbana é definida pela história e geografia do lugar. A sobreposição dessas camadas pode ser considerada como a materialização da sua história.

Pode-se concluir que, um dos aspectos mais importantes para se elaborar um estudo de morfologia urbana é considerar a ação do homem, sobre um lugar, em um determinado tempo. Para compreender uma cidade, é necessário entender a relação entre os diversos aspectos da forma urbana que a compõem. Entre eles: os espaços construídos, os espaços livres, os traçados viários, as ruas, as quadras, os lotes e as edificações.

A morfologia urbana está entrelaçada com a historicidade, que significa a permanência ao longo do tempo. O presente e o passado estão materializados na cidade e podem ser identificados através de suas camadas históricas.

Os estudos de morfologia urbana, cuja origem é interdisciplinar, assumem grande relevância, pois podem contribuir para o entendimento de questões de planejamento urbano, arquitetura, urbanismo, história e também podem ser utilizados com a finalidade de proteção e conservação do patrimônio construído e da paisagem cultural.

Para realizar um estudo como o que foi apresentado nesse trabalho, é necessário fazer uma revisão bibliográfica extensa, buscar bases para fundamentação teórica, reunir os dados que possam construir um panorama histórico do objeto de estudo, levantar a cartografia histórica existente, aliada às fotografias antigas, para que se proceda a uma análise bem fundamentada de morfologia urbana.

Um estudo de morfologia urbana pode contribuir na qualificação do espaço urbano, influenciando no sistema viário, nos espaços livres, nos espaços públicos, nas áreas verdes, na identificação dos tipos de ocupação urbana; pode ajudar a identificar os tipos de espaços que compõem o tecido urbano; pode ajudar a identificar áreas para adensar e/ou conter os espraiamentos que são um grande problema da atualidade das

nossas cidades; pode servir como um instrumento útil no processo de planejamento urbano: para adotar parâmetros urbanísticos nas legislações, leis de zoneamento, controlar a ocupação e uso do solo, promover a compatibilização de seus usos; pode ajudar na criação de métodos de ordenamentos em planos diretores e leis urbanísticas.

A cidade é a expressão espacial das relações econômicas, sociais, políticas e culturais de uma sociedade. É um território de disputas, desequilíbrios e desigualdades. Assim, os estudos de morfologia urbana podem contribuir com práticas metodológicas para tentar solucionar alguns problemas que as cidades têm enfrentado atualmente.

Este tipo de estudo é o início de uma proposta pioneira para uma cidade de porte médio como Poços de Caldas e pode se desdobrar em diversos trabalhos futuros, que junto de outros anteriormente elaborados, podem se transformar em ações efetivas e de caráter regulamentador, disciplinador e práticos necessários a Poços de Caldas contemporânea.

The background of the page is a light gray map. On the left side, there is a regular grid of white lines. On the right side, there are several irregular, interconnected white shapes that resemble a network or a set of land parcels.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A TEMÁTICA DA MORFOLOGIA URBANA E SUAS RELAÇÕES

Figura 1.1: Exemplo da configuração de espaços privados, públicos e formas construídas.....	pg 14
Figura 1.2: Capa da <i>Encyclopédie Méthodique: Architecture</i>	pg 14
Figura 1.3: Um exemplo de composição arquitetônica de Durand.....	pg 15
Figura 1.4: Evolução do tecido urbano do bairro de San Bartolomeo em Veneza, entre o séc. XI e meados do séc. XX.....	pg 17
Figura 1.5: Os elementos do tecido urbano por Philippe Panerai no Cairo. (Vias, parcelas e edifícios).....	pg 21
Figura 1.6: Recorte da capa do trabalho de inventário de espaços públicos, por José Lamas: A Praça em Portugal. (2007).....	pg 24
Figura 1.7: Capa da Revista Científica “Journal of the International Seminar on Urban Form”.....	pg 28

Capítulo 2: A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS

Figura 2.1: Mapa da ocupação da área urbana de Poços Caldas que faz parte do PDDI de 1968.....	pg 31
Figura 2.2: Mapa com a localização dos edifícios históricos mais significativos.....	pg 33
Figura 2.3: Registro da descoberta do Rio Pardo confeccionado na Capitania de São Paulo em 1766.....	pg 35
Figura 2.4: Carta Corográfica da parte da Capitania de São Paulo que confina com a Capitania de Minas Gerais em que mostram as divisões entre as duas capitanias em 1874.....	pg 38
Figura 2.5: Mapa que faz parte da Carta do Termo da Vila de Campanha da Princesa, de 29 de janeiro de 1802. O destaque é para o Registro das Caldas, no limite entre as Capitanias de Minas e São Paulo.....	pg 39
Figura 2.6: Primeiro registro da povoação em 1826.....	pg 43
Figura 2.7: Cópia da Planta do Engenheiro Martiniano da Fonseca dos Reis Brandão, em 1865.....	pg 44

Figura 2.8: Mapa elaborado em 1872 para a estruturação do povoado.....	pg 48
Figura 2.9: Redesenho do mapa de 1872.....	pg 48
Figura 2.10: Projeto de Carlos Alberto Maywald para o traçado da cidade em 1880.....	pg 54
Figura 2.11: Configuração do Largo Senador Godoy em 1888.....	pg 57
Figura 2.12: Hotel da Empreza, Passadiço e o Balneário Pedro Botelho.....	pg 57
Figura 2.13: Antiga Estação da Mogyana de Poços de Caldas em 1910.....	pg 58
Figura 2.14: Em destaque, Dom Pedro II em Poços de Caldas em 1886 para a inauguração oficial do Ramal das Caldas da Cia Mogyana.....	pg 59
Figura 2.15: Mapa da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro que contém os destinos das linhas de circulação.....	pg 60
Figura 2.16: Palacete “Vila Junqueira”, atual Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.....	pg 63
Figura 2.17: Local que foi construído posteriormente o loteamento do Jardim dos Estados (1947). Assinalados vê-se os três chalés dos Procópios.....	pg 64
Figura 2.18: Chalé Azul dos “Procópios” em 1905. Atual Casa da Cultura de Poços de Caldas.....	pg 64
Figura 2.19: Chalé do Conde Prates. 1900.....	pg 65
Figura 2.20: Balneário dos Macacos no princípio do século XX.....	pg 65
Figura 2.21: Foto em 1929 da construção das Thermas Antônio Carlos e no alto a Capela de Santa Cruz.....	pg 66
Figura 2.22: Largo Senador Godoy e Igreja do Bom Jesus da Cana Verde em 1911.....	pg 66
Figura 2.23: Projeto de Planejamento de Avenidas e Parques do Dr. David Ottoni, em 1905.....	pg 67
Figura 2.24: Configuração do Largo Senador Godoy. s/d.....	pg 68
Figura 2.25: Nota sobre a “urbe”. Jornal “O ECO” – Poços de Caldas, 05 de outubro de 1943.....	pg 69
Figura 2.26: Nota com a propaganda de Poços de Caldas no Jornal “O ECO” – Poços de Caldas, 05 de outubro de 1943.....	pg 70
Figura 2.27: Mapa elaborado pela Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas.....	pg 71
Figura 2.28: Ao fundo a Praça da Columbia com o Balneário Mário Mourão.....	pg 72
Figura 2.29: Foto da 1ª Matriz de Nossa Senhora da Saúde (1920).....	pg 73
Figura 2.30: Título da Companhia Melhoramentos em 1919.....	pg 74

Figura 2.31: Planta da Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas em 1912.....	pg 75
Figura 2.32: Av. Francisco Salles. Década de 1910.....	pg 76
Figura 2.33: Prefeitura Municipal. Década de 1910.....	pg 76
Figura 2.34: Av. Francisco Salles. Década de 1910.....	pg 76
Figura 2.35: Prefeitura, Polytheama e Grande Hotel. Década de 1910.....	pg 76
Figura 2.36: Vista do Projeto do Parque por Reynaldo Dierberger, arquiteto paisagista.....	pg 79
Figura 2.37: Mapa de situação da cidade de Poços de Caldas em 1927.....	pg 81
Figura 2.38: Construção do novo Palace Hotel.....	pg 82
Figura 2.39: Vista principal do Palace Hotel. Anos 30.....	pg 83
Figura 2.40: Enchente em 1926. Este trecho compreende a atual Rua Assis Figueiredo e a Rua Prefeito Chagas.....	pg 83
Figura 2.41: Vista do Parque José Afonso Junqueira. Anos 30.....	pg 84
Figura 2.42: Projeto de Saneamento e Embelezamento para Poços de Caldas, elaborado por Saturnino de Brito.....	pg 84
Figura 2.43: Anteprojeto de Expansão de Saturnino de Brito para a cidade em 1928.....	pg 85
Figura 2.44: Percurso do Ribeirão das Caldas em direção à Represa Saturnino de Brito. Décadas de 1930 - 1940.....	pg 86
Figura 2.45: Planta do Parque José Afonso Junqueira e ocupação dos lotes do entorno da praça central. Data aproximada entre 1930 e 1940.....	pg 88
Figura 2.46: Foto aérea de 1935 mostrando a configuração urbana.....	pg 89
Figura 2.47: Nota na Revista de Poços de Caldas em 08 de outubro de 1939, sobre os melhoramentos que estavam sendo feito pelo Prefeito Joaquim Justino Ribeiro em sua administração.....	pg 89
Figura 2.48: Nota na Revista de Poços de Caldas em 27 de agosto de 1939, solicitando levantamento de mapas dos municípios brasileiros.....	pg 90
Figura 2.49: Página no Jornal “O ECO” em 05 de outubro de 1943, cumprimentando o Prefeito Joaquim Justino Ribeiro pelo seu aniversário, salientando seus feitos.....	pg 91

Figura 2.50: Detalhe ampliado da página do jornal “O ECO” em 05 de outubro de 1943, citando o andamento da execução da planta cadastral de 1943.....	pg 91
Figura 2.51: Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943 – Prancha nº 12.....	pg 92
Figura 2.52: Detalhe da equipe técnica da Planta Cadastral de Poços de Caldas em 1943.....	pg 92
Figura 2.53: Decreto Lei Municipal Nº. 39 de 16 de outubro de 1942 que autoriza o gasto adicional com a planta cadastral.....	pg 92
Figura 2.54: O destaque é para o Decreto Lei Municipal Nº 39 de 16 de outubro de 1942 que autoriza o gasto adicional com a planta cadastral.....	pg 93
Figura 2.55: Correspondência trocada entre o Prefeito Justino e o Engenheiro Benedito Quintino dos Santos para elaboração da planta cadastral.....	pg 93
Figura 2.56: Correspondência trocada entre o Prefeito Justino e o Engenheiro Quintino com providências a serem tomadas para a execução da planta cadastral em 06 de agosto de 1942.....	pg 94
Figura 2.57: Detalhe do relatório do Engenheiro Lincoln Continentino para o Prefeito de Poços de Caldas em meados de 1942.	pg 95
Figura 2.58: Nota no Jornal “O ECO” de Poços de Caldas em 22 de janeiro de 1944, sobre a descoberta da Penicilina.	pg 96

Capítulo 3: UM ESTUDO DE MORFOLOGIA URBANA APLICADO À REGIÃO CENTRAL DE POÇOS DE CALDAS

- 3.1 - Mapa 1826
- 3.2 - Mapa 1826 – sobreposição
- 3.3 - Mapa 1865
- 3.4 - Mapa 1865 – sobreposição
- 3.5 - Mapa 1872
- 3.6 - Mapa 1872 – sobreposição

- 3.7 - Mapa 1880
- 3.8 - Mapa 1880 – sobreposição
- 3.9 - Mapa 1912
- 3.10 - Mapa 1912 – sobreposição
- 3.11 - Mapa 1927
- 3.12 - Mapa 1927 - sobreposição
- 3.13 - Mapa Década de 1930 – Planta da cidade
- 3.14 - Mapa Década de 1930 – sobreposição
- 3.15 - Foto Aérea 1935
- 3.16 - Foto Aérea 1935 – Identificação das ruas e quadras
- 3.17 – Lentes – Períodos: 1826, 1865, 1872, 1880, 1927 e Década 1930
- 3.18 – Lentes – 1826 / Década 1930
- 3.19 – Lentes – 1865 / Década 1930
- 3.20 – Lentes – 1872 / Década 1930
- 3.21 – Lentes – 1880 / Década 1930
- 3.22 – Lentes – 1927 / Década 1930
- 3.23 – Lentes – Década 1930 (Base das lentes)
- 3.24 – Levantamento da Planta Cadastral – Articulação das 26 pranchas (Quadrícula)
- 3.25 - Mapa 1943 – Planta Cadastral – Prancha nº 12
- 3.26 - Mapa 1943 – Quadras no entorno da Praça Pedro Sanches - Leitura com transparências das ruas, quadras e lotes.
- 3.27 – Análise do Quarteirão 1 - Detalhe para o edifício da Prefeitura
- 3.28 - Análise do Quarteirão 1 – Detalhe para o edifício do Teatro Polytheama
- 3.29 – Análise do Quarteirão 1 – Detalhe para o edifício do Grande Hotel
- 3.30 – Análise do Quarteirão 1 – Detalhe para o Mercado Municipal

- 3.31 – Análise do Quarteirão 1 – Detalhe para a Rua Francisco Salles
- 3.32 – Quarteirão 1 – 3D, foto da quadra
- 3.33 – Análise do Entorno da Praça Pedro Sanches
- 3.34 – Análise do Entorno da Praça Pedro Sanches
- 3.35 – Análise do Entorno da Praça Pedro Sanches
- 3.36 – Análise do Entorno da Praça Pedro Sanches
- 3.37 - Mapa 2006 – Leitura com transparências das ruas, quadras e lotes.

The background of the page is a light gray map. On the left side, there is a regular grid of white lines representing a city street layout. On the right side, there are irregular white lines representing a natural landscape feature, possibly a river or a coastline. In the center, there is a white rectangular box with a thin black border containing the text.

FONTES E
BIBLIOGRAFIA

FONTES DE PESQUISA:

- Biblioteca da PUC – Campinas – Campus I
- Biblioteca da PUC Minas – Campus Poços de Caldas
- Biblioteca das Thermas Antônio Carlos – Poços de Caldas - MG
- Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas - MG
- IBGE / MG – Escritório em Poços de Caldas - MG
- Prefeitura de Poços de Caldas - Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- USP – Campus São Paulo – IEB (Instituto dos Estudos Brasileiros)
- Arquivo pessoal Sr. José Santiago da Silva Prezina Filho.
- Arquivo Municipal de Poços de Caldas

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; GUNN, Philip Oliver Mary. A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito. 1992. nv. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840 / Patrícia Vargas Lopes de Araújo - Campinas, SP : [s. n.], 2008. Acesso em: 25.outubro.2016 <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000426921>

AYMONINO, Carlos. O significado das cidades. Lisboa: Presença, 1984.

BARBOSA, Juscelino. Relatório apresentado ao Governo de Minas em 31 de janeiro de 1907. São Paulo: TYP. Espindola & C., 1907.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

BERTONI, Ângelo. No caminho para o urbanismo. Saturnino de Brito e Édouard Imbeaux, Trajetórias profissionais entre Brasil e França. An. Mus. Paul., [s.l.], v. 23, n. 1, p.111-132, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/1982-02672015v23n0105.

BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Obras completas de Saturnino de Brito. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1944. Vol. XIII.

CAPONI, Heloisa. Memorial Enciclopédia Municipal Eletrônica de Poços de Caldas. CD-Rom. MH Comunicação Eletrônica: Poços de Caldas, 2002.

CHAGAS, Carlos Pinheiro. Relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo de Poços de Caldas pelo prefeito. 1º volume: 1927 – 2º volume: 1928. Poços de Caldas: Est. Graphico “Tupy”, 1929.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. Fundamentos de morfologia urbana. / Stael de Alvarenga Pereira Costa, Maria Manoela Gimmler Netto – Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

CUNHA, A. G. da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DE ARAGÃO, Solange Moura Lima. O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem. Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 29-43, jan. 2006. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12811>>. Acesso em: 23.março. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/12811>.

- ÉRRICO NETO, Carlos. Fundação de Poços de Caldas. Origem histórica: 6 de novembro de 1872. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 1992.
- FERNANDES, Sérgio Miguel Padrão - Gênese e forma dos traçados das cidades portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: FA, 2014.
- FERREIRA, Marcos. CARDOSO, Maria Tereza. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, nº 23, Jul/2000, p.214-233. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/varia/admin/pdfs/23p214.pdf>
- FRAMPTON, Keneth; História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FONTANARI, Rodrigo, Alexandre Macchione Saes, and Paulo Roberto de OLIVEIRA. "Transporte ferroviário e economia regional em São Paulo: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana EF (1900-1920)." *XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (Aphes), "Estado, Sociedade e Mercados Num Mundo Global. 2013. Disponível: <http://www.aphes.pt/> Acesso em: setembro 2016.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.
- JORNAL "O ÉCO". Poços de Caldas. 05 de outubro de 1943. Ano III. Número 169.
- JORNAL "O ÉCO". Poços de Caldas. 22 de janeiro de 1944. Ano III. Número 257.
- JORNAL "Revista de Poços de Caldas". 27 de agosto de 1939. Ano XI. Número 470.
- JORNAL "Revista de Poços de Caldas". 08 de outubro de 1939. Ano XI. Número 476.
- KRAFTA, Romulo. Notas de aula de morfologia urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007.
- LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DE POÇOS DE CALDAS (Estado de Minas). Campinas: Typ. Minerva – Aranha & Irmão. 1901.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana / Bernard Lepetit; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LIMA, Mariana Quezado Costa. Formas urbanas: regular, qualificar e adensar. Monografia Graduação. Universidade Federal do Ceará. Centro de tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- LYNCH, Kevin. A Imagem da cidade. São Paulo: Liv. Martins Fontes, 1998.
- MARRAS, Stelio. A Propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MARRICHI, Jussara Marques de Oliveira. A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 e 1931. São Paulo: Annablume, 2015.

- MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
- MATTHES, Adriane. Arquitetura e permanências: o projeto urbano na constituição da esfera pública. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Campinas, 2005.
- MATTOS, José Américo Junqueira de. Família Junqueira: sua história e genealogia. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.
- MEGALE, Nilza Botelho. Memórias Históricas de Poços de Caldas. Poços de Caldas, MG: Sulminas, 2002.
- MIYAZAKI, Vitor Koiti. Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. Dissertação de Doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente. Presidente Prudente: UNESP, 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105090/miyazaki_vk_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: março 2016.
- MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- MORAIS, Décio Alves. Poços de Caldas: memórias em preto e branco. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.
- MORAIS, Décio Alves. Poços de Caldas: memórias em preto e branco II. Poços de Caldas: Sulminas, 2006.
- MOURÃO, Benedictus Mário. Quarteto Construtor de Poços de Caldas e Epopeia de Pedro Sanches. Edição do Autor. Poços de Caldas, MG: Gráfica SULMINAS, 1998.
- MOURÃO, Mário. Poços de Caldas: Síntese Histórico-Social. 2ª ed. São Paulo. Oficinas Gráficas de Saraiva, 1952.
- NEVES, Lourenço Baeta. Higiene das Cidades. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.
- NEVES, Lourenço Baeta. Relatório do ano de 1921 ao Conselho Deliberativo Municipal pelo prefeito. 1922.
- OLIVEIRA, Nirlei Maria. A História da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Poços de Caldas (MG): Câmara Municipal de Poços de Caldas, 2012.
- OTTONI, H. B. Poços de Caldas. São Paulo: Anhambi, 1960.
- PANERAI, Philippe. Análise urbana / Philippe Panerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Fischer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2014.
- PANERAI, Philippe. Formas urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2013.
- PEREIRA, Alcidino Gonzaga. Monographia Histórica da Parochia de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Typ. Central, 1920.
- PEREIRA, Renata Baesso. Arquitetura das esquinas de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas. Campinas, 2000.

PEREIRA, Renata Baesso. Arquitetura, imitação e tipo em Quatrèmere de Quincy. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-SP. São Paulo, 2008.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: maio 2016.

PLANO de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 1968.

POZZER, Carlos E. Poços de Caldas: a construção de uma paisagem urbana. *Dissertação de Mestrado* apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Campinas, 2001.

PREZIA, Ademaro. Poços de Caldas de outrora. Poços de Caldas: Edições Loyola. 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO, João do. *João do Rio: A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione. Instituto Moreira Salles, 1992.

RIO, João do. *João do Rio: Um escritor entre duas cidades*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1992.

ROSANELI, Alessandro Filla. *Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*. *Dissertação de Doutorado* apresentada à Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2009.

SALGADO, Ivone. BERTONI, Angelo. (Org.) *A construção do saber urbano e sua matriz sanitária. Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas*. 1ed. São Carlos: RIMA, 2010, v. 1, p. 3-13.

SALLES, Instituto Moreira. *Memórias de Poços de Caldas- Poços de Caldas : Casa da Cultura de Poços de Caldas*, 1993.

